UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

MARCEL HARTMANN PRESTES

O DISCURSO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL* SOBRE A FRANÇA

PORTO ALEGRE

2015

MARCEL HARTMANN PRESTES

O DISCURSO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL* SOBRE A FRANÇA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof ª. Dr ª. Marcia Benetti

Co-orientadora: Prof ª. Ms. Gisele Dotto Reginato

PORTO ALEGRE

2015

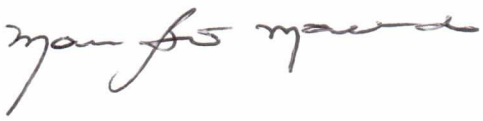
UFRGS
FABICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento, para avaliação e defesa pública, do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado **O discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França**, de autoria de **Marcel Hartmann Prestes**, estudante do curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 18 de junho de 2015.



Marcia Benetti

MARCEL HARTMANN PRESTES

O DISCURSO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL* SOBRE A FRANÇA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Conceito final: **A**

Aprovado em: **01/07/2015**

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Marcia Benetti Machado - UFRGS

Orientadora

_____

Prof.ª Ms. Gisele Dotto Reginato - UFRGS

Co-orientadora

_____

Prof. Dr. Sean Hagen - UFRGS

Examinador

_____

Prof. Dr. Ivan Bomfim - UFRGS

Examinador

Para minha mãe: minha melhor amiga, meu exemplo de sensibilidade, doçura e compreensão. De lenço na cabeça, com um sorriso e delicadeza.

AGRADECIMENTOS

À família, pelo amor imensurável.

Aos amigos, pelo amor que me impulsiona.

Ao Marco, pelo amor que me aceita e que vê o melhor de mim.

À professora Marcia Benetti, por aceitar a orientação do meu trabalho, por acreditar no meu potencial e pelas observações certeiras.

À professora Gisele Dotto Reginato, pela paciência, pelo esforço, pela atenção, pela doçura, pela leveza, pela gentileza, pelas palavras de carinho, de incentivo e de apoio. Trago cada dizer do lado esquerdo do peito e um modelo de pessoa no qual me espelhar.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ser um ambiente no qual pude desenvolver o pensamento crítico e conviver com pessoas admiráveis. Um dia espero dar o devido retorno à sociedade.

Ao interdiscurso da minha vida e de vidas passadas.

RESUMO

A presente monografia busca analisar os sentidos construídos pelo jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França. O trabalho é composto por cinco capítulos, nos quais discutimos o jornalismo sob a perspectiva construcionista, contextualizamos a publicação e o seu lugar de fala ao formar teias discursivas para o leitor, e analisamos o *corpus* da pesquisa. Para viabilizar o estudo, empregamos a Análise do Discurso de linha francesa (AD), aporte teórico-metodológico que apresenta o discurso como produtor de sentidos, com base nos quais os indivíduos passam a significar a si mesmos e ao mundo. Buscamos analisar os sentidos hegemônicos no discurso da publicação e compreender a construção de sentidos acerca da identidade nacional da França. Nosso objeto de estudo são 16 artigos opinativos selecionados em nove edições consecutivas da publicação, de agosto de 2013 a maio de 2014. Cada texto faz referência a algum aspecto da França, nas temáticas de política, comportamento e economia. Os resultados da pesquisa elencaram duas formações discursivas nos textos: França retrocede e França avança. A análise indica que, no discurso da publicação, o sentido hegemônico é de que a França retrocede quando adota políticas alinhadas a uma ideologia mais neoliberal, quando mostra sinais de ficar cada vez mais xenófoba e quando caminha em direção a um conservadorismo social. Na contrapartida, um sentido minoritário mas existente é de que a França avança, especialmente quando adota políticas de fundo igualitário.

Palavras-chave: Jornalismo; *Le Monde Diplomatique Brasil*; França; Discurso; Identidade nacional.

RESUME

Ce mémoire essaie de rechercher les senses offerts à propos de la France par la publication Le Monde Diplomatique *Brasil*. Le travail est composé de cinq chapitres, dans lesquels on discute le journalisme à partir de la perspective constructiviste, contextualise la publication et son place de parole en formulant des nappes discoursives au lecteur, ainsi qu'on analyse le *corpus* de la recherche. Pour permettre l'étude, on a utilisé l'Analyse du Discours (AD) française, théorie méthodologique selon laquelle le discours est un producteur de senses, à partir desquels les individus signifient eux-mêmes et le monde. On a essaié de trouver les senses hégémoniques présents au discours de la publication et comprendre la construction des senses à propos de l'identité nationale de la France. Notre objet d'étude est formé par 16 articles opinatifs sélectionnés parmi neuf éditions consecutives du journal, d'août 2013 à mai 2014. Chaque texte renvoi à un aspect de la France, dans les rubriques de politique, social et économie. On a trouvé deux formations discursives prédominantes dans les textes : France retraite et France avance. L'analyse du discours montre que, au discours de la publication, le sens hégémonique est d'une France en retraite quand elle adopte des politiques alignées à une idéologie plus néolibérale, quand elle montre des signes de devenir de plus en plus xénophobe et quand elle s'insère dans un mouvement vers le conservatisme. Néanmoins, il y a des sens minoritaires montrant une France qui avance, surtout quand elle adopte des politiques situés dans un spectre égalitaire.

Mots-clés : Journalisme; Le Monde Diplomatique *Brasil* ; France ; Discours ; Identité nationale.

ABSTRACT

This monography aims to investigate the meanings proposed about France by the publication *Le Monde Diplomatique Brasil*. The research is divided into five chapters, in which we discuss the journalism from a constructional perspective, try to contextualize the publication and its place of meanings production as it formulates repeatable relations to the reader, and analyze our *corpus*. In order to make this research possible, we use the French Discourse Analysis (DA) method, according to which a discourse produces meanings, from where individuals signify themselves and the world. We analyzed the hegemonic meanings proposed by the publication and tried to understand the construction of meanings concerning the French national identity. Our *corpus* is composed by 16 opinion articles selected among nine consecutive editions of the publication, from August 2013 to May 2014. Each text makes references to a certain aspect of France, in the thematics of politics, life, and economy. Through our theoretical device, we have found two discursive formations related to France: France recedes and France progresses. The results have led us to realize that, on the publication discourse, the hegemonic meaning is based on a France which recedes when adopting neoliberal oriented policies, when showing signs of becoming more and more xenophobe, and when it walks towards conservatism. Nonetheless, there is a minority meaning accord to which France progresses, especially when it adopts equalitarian and socially oriented policies.

Keywords: Journalism; *Le Monde Diplomatique Brasil*; France; Discourse; National identity.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – *Corpus* da pesquisa.....56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....12

2. O JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E GÊNERO DISCURSIVO.....17
2.1. O contrato de comunicação no jornalismo.....19
2.2. O jornalismo como forma de conhecimento.....22
2.3. Jornalismo: campo de circulação de sentidos.....26

3. *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL*, UMA LEITURA GLOBAL.....31
3.1. *Le Monde Diplomatique Brasil*, a versão brasileira.....31
3.2. Identidade e pós-modernidade.....34
3.2.1 Identidade nacional.....40
3.3. Jornalismo internacional e a dissolução de fronteiras culturais.....43
3.4. A opinião no jornalismo e o artigo como gênero jornalístico.....48

4. O DISCURSO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL* SOBRE A FRANÇA.....53
4.1. Análise do Discurso (AD).....53
4.2. *Corpus*.....57
4.3. O discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França.....58
4.3.1. FD1: França retrocede.....60
4.3.1.1. França xenófoba.....65
4.3.2. FD2: França avança.....69
4.4. Implicações da análise.....71

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....75

REFERÊNCIAS.....78

ANEXOS.....84

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época de globalização, de dissolução de fronteiras culturais, de compressão espaço-temporal e de fluxos internacionais de capital e de informação. Estamos conectados a regiões longínquas e compartilhamos cada vez mais signos com comunidades cuja história, paradoxalmente, é diferente da nossa. “No lugar das antigas comunidades face a face, nossas vidas hoje estão, de forma cada vez mais direta e abrangente, ligadas a, e condicionadas por, grupos de pessoas que nunca vimos – e que, na verdade, em sua grande maioria, nunca veremos” (MIGUEL, 1999, p. 198). São diversos discursos e artefatos oriundos de culturas estrangeiras que hoje têm como chegar à nossa presença, graças às novas tecnologias que aproximam regiões que, anteriormente, tinham maior dificuldade em manter contato.

Em um contexto no qual nossa nacionalidade parece dizer cada vez menos sobre nossa identidade (HALL, 1998), estudar os sentidos propostos a respeito da França a partir de uma publicação cuja origem não é o Brasil nos ajuda a compreender as dinâmicas sociais pelas quais passamos. Entender os processos de atuação de um representante da imprensa estrangeira, que é porta-voz do país em questão, e analisar a forma como ela faz circular sentidos a respeito de sua nação de origem permite-nos refletir sobre o contexto no qual nos inserimos e o papel da imprensa no nosso cotidiano. Ao mesmo tempo em que nossa identidade se dilui e flui, o jornalismo ainda atua na construção e reiteração dos discursos que constituem a identidade de uma comunidade. Investigar o assunto é buscar respostas para anseios que nos acometem, para a mais primordial e complexa pergunta que nos fazemos: as origens da nossa identidade e a relação com a nossa comunidade.

Além disso, não podemos deixar de citar o fato de que o assunto interessa pessoalmente o autor do presente trabalho. Acreditamos que pesquisar nossa relação com o mundo atual, a constituição da nossa identidade, sua relação com a identidade nacional e a atuação da imprensa nisso contribui para que consigamos refletir sobre a vida que levamos e as escolhas que adotamos no dia a dia. Não apenas a França, mas também o Brasil e outras nações, cada vez se veem mais face a face com a questão da identidade nacional, por conta das tecnologias da informação, dos fluxos de imigração e de seu consequente questionamento acerca do que define um francês ou brasileiro.

Aproveitamos esta parte introdutória para evidenciar nosso lugar de fala nesta pesquisa – e para isso, valemo-nos brevemente da primeira pessoa do singular. A escolha de analisar o discurso jornalístico da versão brasileira de uma publicação francesa surgiu a partir da curiosidade em investigar mais a fundo uma parte dos sentidos que circulam em nossa sociedade a respeito da França. Durante a graduação, tive a oportunidade de realizar parte dos estudos na Université Stendhal-Grenoble III, em Grenoble, capital dos Alpes no sudeste da França. Ao longo de dois semestres, pude vivenciar a cultura francesa de perto e testemunhar, em meio a conversas com nativos, o orgulho sentido pelo seu país, por sua história e por sua cultura. Em uma disciplina de Cultura Francesa, o talentoso professor de Francês e Cultura Francesa Monsieur Guichard dedicou boa parte das discussões para estudar a origem desse nacionalismo quase intrínseco ao povo francês. Visto que a imprensa contribui para a construção e reiteração dos discursos sobre a identidade nacional de uma nação, na medida em que faz circular sentidos a respeito da cultura do país e pode ajudar a delimitar os assuntos aos quais a população de determinada região deve prestar atenção (economia *do Brasil*, política *em Brasília*, a *força e garra* do povo brasileiro que *adora cerveja no verão*), comecei a questionar-me: a imprensa francesa no Exterior produz que tipo de discurso para o leitor que não é francês? Quais sentidos faz circular no imaginário[1] da população de outro país?

Com base nesses questionamentos, o objetivo geral deste trabalho é **analisar os sentidos construídos pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França**. Os objetivos específicos são: a) Identificar e problematizar os sentidos hegemônicos e b) Compreender a construção de sentidos sobre a identidade nacional.

Como metodologia para a monografia, foi escolhida a Análise do discurso (AD) de linha francesa. Circunscrito na sociedade, o indivíduo diariamente atravessa e é atravessado por sentidos que disciplinam suas ações, sugerem pontos de vista a serem adotados e outros a serem refutados. Tais discursos nos dão liberdade, na medida em que a informação nos dota de saber e empodera nossas ações, mas também nos limitam: somos ensinados a adotar determinados pontos de vista em prol de outros, a construir certos objetivos de vida em contraponto a outros. "As representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores" (CHARAUDEAU, 2007, p. 47). Essa disciplinarização do

[1] Apesar de esta pesquisa não estar centrada no estudo do imaginário, recorrentemente nos valemos dessa discussão para aprofundar as problemáticas em torno do nosso recorte. Como aponta Benetti (2009), há muitas perspectivas teóricas sobre as quais se pode abordar o imaginário. A autora se baseia em Durand e define o imaginário como "o conjunto de imagens mentais que permitem ao homem se expressar simbolicamente, tanto na relação com o mundo exterior quanto internamente, no mundo onírico ou dos devaneios. Essas imagens mentais agregam-se em 'constelações de imagens'" (BENETTI, 2009, p. 287).

cotidiano pode ser relacionada com Foucault (2012, p. 34), segundo o qual "a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras". Ao fazerem esse movimento de delimitação, os discursos que fluem em nossa sociedade também ajudam na definição de quem somos: se leio revistas de saúde e reportagens sobre alimentação saudável, construo minha identidade em torno de uma *persona* que se preocupa com a própria saúde. Nesse momento, objetifico-me, porque me instrumentalizo para atingir um objetivo ("vou controlar minha alimentação para ficar mais magro"). Por conta disso, muitas vezes tais discursos nos deixam contraditoriamente seguros, por ajudarem a definir nossa identidade, mas também ansiosos e inseguros diante do inefável, visto que oferecem projeções de um ser inalcançável e nos colocam à distância daquilo que almejamos para nossa identidade.

Tornamo-nos um devir constante, uma tentativa diária de chegarmos o mais perto de um horizonte que projetamos, como nos traz Eduardo Galeano ao falar de utopia. Como indivíduo parte da sociedade, também sou atravessado por esses discursos, que me permitem refletir sobre determinadas questões, mas ao mesmo tempo me tornam ansioso e inseguro diante da minha configuração no mundo. Afinal, o que penso da França é o que vivi ou o que me ensinaram a pensar, a partir de um país idealizado?

A maior façanha de uma ideologia[2] é se apresentar como verdade irrefutável ou como fruto exclusivo de uma opinião individual – como se o pensamento fosse oriundo de uma só pessoa, sem interconexão com o já dito. Estudar, portanto, os discursos contemporâneos que permeiam nosso imaginário é permitir-me investigar as dinâmicas por meio das quais nos relacionamos, as tensões e contradições a partir das quais nós e nosso pensamento se constituem, as origens de nossas opiniões e escolhas em um ser-estar na sociedade.

Após esse breve parêntese, voltamos à primeira pessoa do plural. Na definição do tema, observamos que são poucas as pesquisas que se prestam a analisar o discurso de um jornal estrangeiro para o leitor brasileiro. Dialogamos com trabalhos anteriores, como o de Ogassawara (2011), o de Aguiar (2002) e o de Batalha (2006), os quais abordam, respectivamente, o discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a América Latina, o

[2] Empregamos a palavra "ideologia" com base na definição de Chauí (2001), que conceitua ideologia pelas ideias e representações que indicam aos sujeitos o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Não iremos nos aprofundar neste trabalho em conceituar esse termo, mas é preciso destacar que, na Análise do Discurso, o conceito de ideologia é central, já que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (ORLANDI, 2007). Ressaltamos também que, para a conceituação do termo "Formações Ideológicas", Pêcheux tem influência do trabalho de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de Estado (BRANDÃO, 2004).

discurso do *Le Monde Diplomatique* (edição francesa) sobre o Brasil e a relação do *Le Monde Diplomatique Brasil* com o Fórum Social Mundial. Ressaltamos, no entanto, que nosso foco de análise é outro: a construção do discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França, país de origem da publicação.

Portanto, justificamos a pertinência do presente trabalho para debater essas questões e contribuir com a análise do contexto atual de dissolução de fronteiras culturais. Por mais distante que a França esteja do Brasil, ela ainda afeta de alguma forma a nossa vida, no âmbito cultural, por meio da moda, do cinema ou da culinária, no âmbito linguístico, quando falamos ateliê, *ballet*, *démodé*, abajur (*abat-jour*) ou cassetete (*casse-tête,* quebra-cabeça), ou no âmbito político-econômico, visto que a França é protagonista na política internacional ao se posicionar como uma das potências europeias mais fortes. A imprensa estrangeira e a editoria de jornalismo internacional atuam nesta conexão entre comunidades distintas ao nos ligar a países que nunca pisamos, a culturas que pouco vivenciamos e a ideias que ainda não pensamos.

Para trabalhar tais questões, a pesquisa está dividida em mais quatro capítulos, além desta introdução. No capítulo que segue, trabalhamos o jornalismo a partir da perspectiva construcionista, os elementos do contrato de comunicação no jornalismo e o jornalismo como campo de circulação de sentidos e discursos.

O terceiro capítulo é destinado a compreender o lugar de fala a partir do qual o *Le Monde Diplomatique Brasil* (a partir de agora, abreviado na sigla "LMDB") produz seu discurso. Para tal, fazemos um breve apanhado sobre a publicação. Jornal com posicionamento à esquerda, o LMDB publica artigos e reportagens sobre temas relativamente complexos: no nosso *corpus,* temos artigos opinativos sobre a crise na República Democrática do Congo, a intervenção da Europa na Palestina e a desigualdade de gênero na França. Com base em Ogassawara (2011), concordamos que o jornal tem um tom editorial altermundialista – isto é, busca promover uma alternativa à globalização neoliberal que acentua a concentração de renda e a exploração acentuada do meio ambiente. Por conta disso, quaisquer eventos analisados que sejam permeados por uma ideologia de direita são criticados pela publicação.

Também estudamos conceitos-chave sobre a identidade na pós-modernidade (pois que o jornal ajuda a derrubar fronteiras culturais ao fazer circular sentidos sobre um país e uma cultura estrangeira), sobre jornalismo internacional e sua consequente dissolução de fronteiras culturais (pois que os textos se subscrevem nessa editoria para o leitor da publicação e o conectam a sentidos da identidade de um francês, o que contribui para a reatualização do

discurso da identidade nacional francesa) e sobre jornalismo opinativo (pois que o *corpus* é composto por artigos opinativos).

No quarto capítulo, abordamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Na análise, encontramos 243 Sequências Discursivas (SDs), sob as quais se assentam os sentidos sobre a França no LMDB. Elas se agrupam em duas Formações Discursivas: **França retrocede** e **França avança**. Descobrimos que, no discurso da publicação, a França retrocede quando adota políticas alinhadas a uma ideologia mais neoliberal, quando mostra sinais de ficar cada vez mais xenófoba e quando caminha em direção a um conservadorismo social. Na contrapartida, ela avança quando adota políticas de fundo igualitário. Como implicações da análise, contextualizamos o discurso do LMDB com o discurso de identidade nacional reativado cotidianamente em nossa sociedade e a influência do discurso jornalístico nesse movimento. Por fim, o último capítulo é dedicado às considerações finais, nas quais trazemos algumas reflexões acerca do tema.

2. O JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E GÊNERO DISCURSIVO

A forma de encarar o mundo de uma maneira racional move a busca pelo conhecimento desde o surgimento do método cartesiano, adotado pela ciência moderna. Mas se até pouco tempo atrás essa Ciência buscava "a verdade", e o jornalismo era visto como o espelho do real (exemplo é a Teoria do Espelho, desenvolvida a partir de 1850), hoje contamos com perspectivas que relativizam essa relação e trazem outra visão acerca de como obtemos o conhecimento do mundo. A verdade que enxergamos constituir-se-ia de uma tessitura costurada ao longo de nossa vivência, com base nas experiências que adquirimos por meio de nossos sentidos. Não haveria uma verdade absoluta capaz de ser alcançada pelo ser humano, mas rastros dela apreendidos pelo nosso corpo.

> Falar de "a verdade", enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo sentido. Mais apropriado seria se falar no adjetivo, no enunciado "verdadeiro". E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (MEDITSCH, 1997, p. 4, grifos do autor).

A forma de acesso à realidade se dá pela experiência cotidiana, que pouco a pouco constrói uma memória capaz de encadear uma teia de enunciados verdadeiros. O processo se dá pela experiência empírica individual, mas também por meio de outros atores - tais como a família, a escola, os amigos ou o trabalho - que nos aportam seus próprios discursos e nos fazem remodelar a nossa teia discursiva, ou seja, o conjunto de enunciados verdadeiros que nossa experiência constrói e que configura a nossa interpretação da realidade do mundo. Somos, portanto, mediados por instituições que nos aportam conhecimento a partir do qual construiremos a visão sobre o "real".

Se por um lado se diz que não há real e sim interpretações sobre o real, por outro lado é preciso ressaltar que nem todos os discursos são verdadeiros. Um acontecimento pode oferecer diversos entendimentos, mas certamente existem os entendimentos equivocados. Isto é, se o presidente da República fez uma declaração bombástica, não posso dizer que o governador a fez, visto esta ser uma interpretação falaciosa do acontecimento. Sendo assim, um acontecimento pode suscitar superinterpretações, como diz Eco (2012), mas nem todas as interpretações serão corretas. "Se é verdade [...] que os fatos são sempre *abertos*, [...] continuam, de qualquer sorte, sendo fatos; o que quer dizer [...] que os fatos podem suscitar infinitas interpretações mas não consentem qualquer apreensão possível" (GOMES, 2009, p. 28, grifos do autor).

De qualquer forma, as instituições podem produzir tanto discursos verdadeiros quanto falsos. O jornalismo, consequentemente, é uma delas, que produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo e reproduz os conhecimentos gerados por outros autores, o que contribui para o estabelecimento de consensos a respeito de valores e atitudes. Ao ler uma notícia a respeito da alta do pão francês, por exemplo, comungo da mesma informação com todas as outras pessoas que tomaram conhecimento da mudança do preço. Os meios de comunicação ajudam, consequentemente, na manutenção das comunidades, na medida em que nos permitem "criar uma linguagem e conhecimento comuns, com base na realidade. [E] O jornalismo ajuda ainda a identificar os objectivos, os heróis e os vilões de uma comunidade" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16).

A informação é uma transmissão de um saber por alguém que o possui a alguém que se presume não o possuir. Como consequência, ao saber da novidade, o indivíduo passa a estar inscrito na comunidade de pessoas privilegiadas detentoras de uma nova informação. O movimento o empodera visto que a pessoa conhece algo que outros não conhecem. A informação, portanto, não é usada apenas para o conhecimento do cidadão e para sua vida pessoal diária, mas é compartilhada entre entes que vão transformá-la em moeda de poder. Assim, o indivíduo utiliza a informação também para "ocupar uma certa posição social, estabelecer relações com o outro, sejam elas de convívio [...] ou de poder, pois exerce poder sobre o outro aquele que informa o que este ignora, ou que tem condições de comentar a atualidade" (CHARAUDEAU, 2007, p. 80).

Ao depararmo-nos com uma nova informação, circunscrevemos o elemento desconhecido em delimitações fornecidas pela memória de experiências passadas. Mais do que preconceitos, são tentativas de enquadrar o que é novo em formas de significado já decodificadas pela consciência, em um movimento de compreensão daquilo que, até o momento, é incompreensível. Assim os índios fizeram quando da chegada dos europeus, interpretando as caravelas como "divindades" - incorporando-as a um repertório que fazia parte do imaginário da tribo. Analogamente, diariamente apropriamo-nos da realidade por meio de tipificações, que se tornam anônimas à medida que nos distanciamos da comunicação presencial (BERGER; LUCKMANN, 2009). Tais tipificações são conceitos-chave no jornalismo. Visto que o público-alvo do *Le Monde Diplomatique Brasil* não está na França e, *a priori*, não está familiarizado com os costumes, a cultura e a língua francesa, o conhecimento a respeito de tais elementos vai também se operar a partir de tipificações: na França, a sociedade opera desta forma, em vez daquela; os franceses agem assim, em vez de

outro jeito. Os assuntos pautados pelo periódico podem ajudar a definir a agenda[3] de discussões dos leitores brasileiros em torno dos temas abordados pelos artigos traduzidos do francês.

Para fazer tal conexão, o jornalismo utiliza discursos, que são construções linguísticas feitas com determinados objetivos - entre eles convencer e vender (SOARES, 2013). Assim, "as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público" (CHARAUDEAU, 2007, p. 19)[4]. Para alcançar a almejada objetividade, o jornalista vai se respaldar de todas as formas, tais como o uso de aspas, a apresentação de possibilidades conflituais e de provas auxiliares, e a estruturação da informação em uma sequência apropriada (TUCHMAN, 1999). Todo esse discurso é construído a partir da linguagem, que opera por meio de escolhas e de silêncios para que o interlocutor comunique ao mundo visões construídas a respeito. "Por meio da linguagem, posso transcender o hiato entre minha área de atuação e a do outro [...]. A linguagem é capaz de 'tornar presente' uma grande variedade de objetos que estão ausentes do 'aqui e agora'" (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 60, grifos dos autores). Por meio dela, une-se o conhecimento específico adquirido individualmente, pela própria experiência, com o conhecimento geral, ligado ao senso comum e adquirido a partir da experiência dos outros.

2.1 O contrato de comunicação no jornalismo

Fundamental no processo de comunicação, a linguagem fornece a estrutura, os códigos e as restrições da interação durante a troca de mensagens. A informação é "essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo" (CHARAUDEAU, 2007, p. 19). O discurso jornalístico não existe dissociado de uma ideologia, "pois é um ponto de vista que será manifestado por um suporte; no caso da linguagem verbal, um texto escrito ou falado" (SOARES, 2013, p. 34). Ele está amparado na

[3] Utilizamos o termo "agenda" com base na teoria da *agenda setting* proposta por McCombs (2009), segundo a qual as mídias contribuiriam para pautar os temas de debate da população ao focar em determinados acontecimentos.

[4] O autor utiliza o termo "mídias", mas nós nos apropriamos do conceito, que pode ser usado para pensar o jornalismo. Fazemos essa ressalva com base no entendimento de que mídia e jornalismo não podem ser tomados como sinônimos porque a mídia abrange um universo mais amplo e porque o jornalismo possui especificidades enquanto campo de produção de sentidos.

credibilidade dos veículos, jornalistas e fontes, é elaborado segundo regras e rotinas particulares e se baseia em um complexo contrato de comunicação (BENETTI, 2009).

Tal contrato, diz Benetti (2009), é amparado na exigência de fornecer e obter informações verídicas, verificadas, atuais e originais. Mas tal exigência de credibilidade não é exclusiva do jornalismo. Essas são em grande medida as exigências que atribuímos a qualquer tipo de fonte de informação com a qual travamos contato (LISBOA, 2012). Nossa primeira ação ao conhecer um indivíduo é confiar em alguma medida no seu relato, até que se prove que devamos fazer o contrário. Dessa forma,

> outras fontes de conhecimento - a memória, o raciocínio, a percepção e a introspecção - se desenvolvem e nos tornam menos dependentes do relato dos outros. Ainda assim, o testemunho pode continuar sendo a principal fonte de crenças verdadeiras. Confiamos em relatos de outros para saber o que comer para ter vida longa, para descobrir o melhor remédio para a gripe, o cinema em cartaz, a geografia do Brasil e a mais nova descoberta da neurociência (LISBOA, 2012, p. 7).

Em nome da credibilidade, o jornalista se coloca como simples fornecedor da informação, como se esta fosse alheia ao mundo e como se houvesse um "grau zero" de informação, a partir do qual os profissionais iniciariam o seu relato neutro. No entanto, "como a instância midiática é obrigada a pôr a informação em cena, esta se torna um objeto inteiramente mediado" (CHARAUDEAU, 2007, p. 78). O jornalista é, então, um dos tantos atores que contracenam nesta peça que chamamos construção da realidade, atuando junto com outros indivíduos e instituições que aportam cada qual um determinado discurso sobre o "real". O diferencial do jornalismo é a identidade de mediador que seus profissionais se atribuem, segundo a qual o papel do jornalista seria de apenas transmitir a informação da "forma mais neutra o possível". Essa expressão, exaustivamente empregada pelas empresas em editoriais, forma um discurso que regula a profissão.

Esta credibilidade faz parte do contrato de comunicação firmado pelo jornal e pelo leitor, que abrange as limitações e as expectativas de cada ator, o qual deve seguir as cláusulas informalmente implícitas para que a troca de informações tenha sucesso. Cabe ao jornal, por exemplo, apurar as informações, checar dados e apresentar o acontecimento tentando ser fiel a ele. Não lhe cabe inventar histórias, inserir detalhes fictícios ou fugir da temática apresentada. Ao leitor, cabe consumir o produto compreendendo que se trata do discurso jornalístico, e não publicitário, científico ou literário. O contrato regula as ações de cada ator e permite que a troca seja produtiva. Além disso, situa o leitor na comunicação, ao assegurá-lo de que um discurso foi feito para ele ou não. "Quando os sujeitos não reconhecem os elementos do

contrato proposto pelo veículo jornalístico, o discurso fica comprometido em sua inteligibilidade, eficácia e legitimação" (BENETTI; REGINATO, 2013, p.1).

Charaudeau (2007, p. 68) aponta que o contrato é formado por dados externos e internos. Os externos "são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período". Eles abrangem as condições de identidade ("com quem se fala?"), que se foca nos traços de status social, econômico e cultural dos atores; condições de finalidade ("estamos aqui para dizer o quê?"), que tratam sobre o objetivo da troca de informações; condições de propósito ("sobre o que falaremos?"), que falam dos temas abordados, sendo como exemplos as editorias do jornal, definidoras dos assuntos publicados naquelas páginas; e as condições de dispositivo ("em que ambiente se situa a troca?"), que define, por exemplo, se a mensagem é veiculada na televisão, no rádio, no jornal impresso ou em uma conversa de bar. Já os dados internos tratam de como a troca se desenrolará, os quais se dividem em três espaços de comportamento linguageiros. Há os de locução ("em nome de quê se fala?"); os de relação (nos quais os atores exercem relações de força ou de aliança sobre o outro); e os de tematização ("é argumentativo? narrativo?"). Tais dados ajudam a definir as condições dos atores quando da troca de informações e auxiliam os autores a saber o que esperar do outro e como imaginar o outro (BENETTI; REGINATO, 2013).

Mas podemos pensar na existência de um segundo discurso, na medida em que os atores constroem retoricamente um *ethos* sobre a profissão que não será alcançado. Esse segundo discurso não necessariamente coincide com as cláusulas do contrato, uma vez que é possível subvertê-las sem dizê-lo. Entram aqui, por exemplo, as justificativas que a empresa jornalística oferece para a sua atuação, produzindo um discurso sobre a busca pela verdade por um ideal de fornecer informações para que as pessoas sejam livres e se autogovernem (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16), apesar de que, em última instância, o essencial para a empresa é o lucro advindo de sua atividade, o que a mantém no mercado. O jornal constrói sua imagem a partir da associação de ideais como a verdade, o que alimenta a sua credibilidade. A credibilidade desse campo deriva da percepção (histórica e social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade (SERRA, 2006).

Ainda neste contrato, fica assinalado que o discurso jornalístico será o da informação, em contraposição ao de cientificidade, de historicidade e o de didaticidade (CHARAUDEAU, 2007), com os quais o jornalismo flerta sem, entretanto, dissolver-se. Não pode ser o de

cientificidade porque este é em demasia restrito e não satisfaz às condições de captação próprias do jornalismo, o qual busca atingir a maior fatia de público possível. O campo divulga o conhecimento científico na medida em que o populariza e traduz os termos restritos a quem o produz. Tampouco pode ser o discurso da historicidade porque o jornalista não dispõe de distância temporal para avaliar o acontecimento, não pode fazer o trabalho de busca de arquivos típico de um historiador, nem empregar a metodologia de hierarquização de importância do fato histórico. E nem o jornalista pode ter um discurso perfeitamente didático porque também não emprega a metodologia deste (como exposição do saber com exercícios de aplicação e comprovação da aquisição do conhecimento), além de não ser tão explicativo quanto um livro de matemática que objetive ensinar álgebra (CHARAUDEAU, 2007).

Entendemos que, dos três discursos, o LMDB flerta mais com o científico, tendo em vista: os autores dos artigos (especialistas reconhecidos em suas áreas), que vão fazer a mediação entre o campo da ciência/política e o do jornalismo, mas sob o ponto de vista do intelectual acadêmico, e não do repórter; os artigos, que entram com densidade nas temáticas abordadas e trazem inferências específicas de alguém que conhece bastante o assunto; e as fontes, que muitas vezes não são de testemunho, mas obras acadêmicas (artigos, livros ou simpósios).

2.2 O jornalismo como forma de conhecimento

Todo conhecimento está comprometido com algum interesse social, visto ser a expressão de uma interpretação acerca da realidade. Portanto, desde a escolha dos temas abordados pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* até a própria redação dos textos, já existe uma construção de um discurso sobre a França, visto que é operada uma relação de interpretação do mundo quando da opção por determinadas palavras em prol de outras ou do uso de determinados estilos textuais. Ao utilizar perguntas retóricas no texto, por exemplo, um artigo já pressupõe que o leitor vai concordar com o argumento apresentado. Como exemplo, o artigo *Arame farpado: ferramenta rudimentar mas ainda eficaz* (setembro 2013, p. 32-33) questiona:

> por que é comum encontrá-lo [o arame farpado] sobre os muros de mansões ricas da África do Sul, ao passo que na França "isso não se faz"? Por que a polícia ou o exército podem facilmente parar os manifestantes desenrolando rolos de concertina nas ruas das Filipinas, enquanto os soldados franceses se protegem atrás de finos escudos de acrílico?

A França, ora, não tem arame farpado porque é demasiado segura! E os soldados franceses dispensam aparatos de defesa mais fortes porque a sociedade francesa não é tão agressiva quanto a filipina. A pergunta retórica, a descrição da proteção dos soldados franceses ("finos escudos de acrílico") e o uso entre aspas do "isso não se faz", frase muito utilizada no senso comum, o que remete ao saber popular - tudo é uma construção do espaço público de debate mais do que uma transmissão do que ocorre na realidade social. Utilizamos a linguagem para nos fazermos presentes no mundo no momento em que falamos para que o outro reconheça nossa voz e existência. Assim, o homem "fala, em princípio, para se colocar em relação com o outro, porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência do outro e ao mesmo tempo pela diferenciação com relação ao outro" (CHARAUDEAU, 2007, p. 42)[5]. Ao operar tal fenômeno, elencamos determinadas palavras em meio à diversidade de elementos da nossa língua e escolhemos aquelas que julgamos serem as mais adequadas para a situação. A decisão já é uma imposição de uma visão de realidade, de um ser-estar que se faz presente ao expressar-se para o outro. O jornalismo opera esse movimento em uma escala maior, na medida em que se utiliza do mesmo fenômeno comunicacional, contudo para uma grande quantidade de pessoas.

Mas o discurso jornalístico depende de outros fatores além da linguagem. Ele depende da intencionalidade do emissor, das condições de troca quando do ato comunicacional e da apropriação que o receptor fará da mensagem veiculada. Além disso, o jornalismo capta a realidade fragmentada e faz esforços de constituir uma linha narrativa que unifique os acontecimentos para o leitor. Essa fragmentação da realidade ocorre já que os eventos do mundo acontecem antes de suas explicações se apresentarem ao indivíduo. Se recebo um tiro de revólver, sei que primeiro o tiro saiu da arma e depois meu braço ficou ferido. No entanto, apenas tenho consciência do fato em virtude do meu raciocínio lógico, uma vez que, na minha percepção corporal, cuja reação leva menos de um segundo, primeiramente sinto a dor do ferimento e depois entendo que a causa é a arma. Em outras palavras, a realidade apreendida pelo meu corpo em questão de milésimos conta que o ferimento veio antes, mas tal interpretação é contornada devido à linha narrativa que minha consciência cria ao compreender que, na verdade, o tiro veio antes da ferida.

[5] O mesmo conceito está presente na linguística de Saussure, segundo a qual um signo se interpõe ao outro e é constituído em oposição a todos os outros. Consequentemente, tomamos conhecimento do mundo sempre por diferenciação, visto que é a partir da diferença que sabemos até onde vai nossa identidade e a partir de qual fronteira começa a do outro. O conceito também é abordado por Gomes (2003, p. 20), segundo a qual "nomear é isolar em campos". Da mesma forma Hall (1998) estuda a identidade constituída a partir da diferenciação em relação ao outro.

Em uma escala maior, o jornalismo surge como instituição que situa os fatos do mundo para o indivíduo ao atribuir razões aos acontecimentos: ao mostrar que as chuvas acontecem por conta da proximidade de uma onda de ar frio, que o embate diplomático ocorre porque o embaixador deu uma declaração polêmica meses atrás etc. Para isso, o jornalismo "procura oferecer um conhecimento técnico e reúne peritos que trabalham com suposições" (BENETTI, 2009, p. 292). O *Le Monde Diplomatique Brasil* reafirma a posição da França no contexto mundial ao inseri-la na pauta de discussões de determinados assuntos e ordena uma linha de reflexão à qual o leitor pode (e deve, segundo o jornal) se filiar. Na França, a mulher sofre com a desigualdade de gênero por conta de reformas no sistema previdenciário, por exemplo. E para situar o leitor, o jornal, além de chamar especialistas como fontes, permite que eles escrevam textos, visto que os autores são sociólogos, arquitetos, filósofos, escritores etc.

Outra questão é o fato de o tempo do acontecimento e o tempo do discurso jornalístico serem diferentes. Ora, como alegar que o jornalismo não constrói a realidade se ele consiste em uma atividade de rememoração? "Por isso, o narrador não narra o fazer enquanto tal, puro processo e desdobramento de energia, grávido de todas as possibilidades, mas o fato, o real decorrente da realização" (GOMES, 2009, p. 30). Esta atividade de rememoração envolve o intelecto do profissional em diversas instâncias, acionando códigos e sua teia discursiva que lhe permitirá encadear o evento com outras experiências passadas. "O que o jornalismo faz é reconstruir fatos, não só os reconstituindo, mas os recriando. [...] O discurso jornalístico não é, portanto, isento, neutro, mas uma construção que contempla várias escolhas e vozes" (SOARES, 2013, p. 42). Cada veículo constrói seu próprio discurso, valendo-se de outros discursos e descartando outros, de acordo com seus interesses.

As empresas jornalísticas, sabemos, costumam afirmar no editorial de suas páginas que seu maior objetivo é informar. No entanto, este nunca será seu único objetivo final, uma vez que é preciso manter-se financeiramente e cultivar os vínculos com o leitor para que este se convença do que o artigo fala, em um sistema de conquista de credibilidade. Um dos discursos, por exemplo, é o de afirmação do capitalismo, que em última instância é o que permite que o jornal exista. A figura do diretor de redação entra como aquela que averigua que o discurso dos textos não fira um dos pilares-base da empresa. Já o autor do texto, que em geral não está tão comprometido com o financeiro da redação, vai operar com estratégias de sedução e de convencimento a fim de conquistar o leitor a compartilhar do ponto de vista acerca do acontecimento tratado. Assim, informar e comunicar são noções que remetem a

fenômenos sociais e que são empregadas pelas empresas de comunicação para sustentar suas atividades nas esferas econômica (fazer a empresa ir para frente), tecnológica (melhorar a qualidade da difusão do produto jornalístico) e simbólica (servir à democracia cidadã). Para sustentar as atividades nessas três esferas, a empresa precisa atingir o maior público possível – mesmo que seja um nicho específico no caso dos veículos segmentados - a fim de que ele consuma o produto oferecido. E

> como não fazê-lo a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação? A não ser distribuindo "no mundo inteiro as mesmas simplificações e os mesmos clichês"? As mídias estariam se violentando e, sem se darem conta disso, tornando-se manipuladoras (CHARAUDEAU, 2007, p. 19, grifos do autor).

No caso do *Le Monde Diplomatique Brasil*, as estratégias de convencimento passam pela linha altermundialista (outra proposta à globalização capitalista) defendida nas páginas do mensário, que faz pesadas críticas ao neoliberalismo e à privatização de espaços e serviços públicos considerados de direito do cidadão. A crise econômica de 2008 é vista pelo jornal como detonadora de uma série de questionamentos sobre os rumos econômicos e políticos no cenário contemporâneo, o que colocaria em xeque a continuidade das diretrizes econômicas neoliberais, cada vez mais frágeis e contraditórias (OGASSAWARA, 2011).

Esse discurso do mensário faz parte de uma instituição maior - o jornalismo - e exerce sobre a população e sobre outros discursos uma pressão e uma coerção (FOUCAULT, 2012). Compartilhamos da visão do teórico francês de que existem na sociedade diversos discursos que disciplinam e promovem o sufocamento da autonomia dos indivíduos. O campo, assim, normatiza diariamente hábitos, regras e a moral da sociedade. Assim como nos traz Reginato (2011) ao analisar a Revista Vida Simples, em uma revista de conteúdo científico, por exemplo, são ditadas as ações aconselháveis a cumprir (fazer yoga, ingerir determinado tipo de alimento, exercitar-se) em contraponto a ações que devem ser evitadas (comer frituras e gorduras, ser sedentário, estressar-se). Consequentemente, delimita-se ao público que, para ter uma vida ideal(izada) ou que diferencie o leitor de outras pessoas, é preciso buscar determinadas coisas e abdicar de outras.

> A doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia - pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar

> indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros (FOUCAULT, 2012, p. 40-41).

O jornalismo, nesse sentido, faz circular discursos que reiteram construções da identidade dos indivíduos, dos grupos sociais e das nações.

2.3 Jornalismo: campo de circulação de sentidos

Assim, chegamos ao pressuposto de que o comportamento da sociedade é normatizado e o jornalismo interfere na realidade, e não apenas a retrata. Informar se torna a posse de um saber que o outro ignora, ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro e ser legitimado nessa atividade de transmissão (CHARAUDEAU, 2007). O jornalismo é um campo no qual é produzido um discurso pelo qual vão circular sentidos construídos em outras esferas. Tais sentidos "são recompostos segundo as ordenações e exigências próprias do jornalismo, são reatualizados, reorganizados e dispostos em uma dinâmica particular" (BENETTI, 2009, p. 295). Consideramos o campo um sistema perito, um dos "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje" (GIDDENS, 1991, p. 35). De acordo com Giddens, nossa sociedade se caracteriza pelo desencaixe das relações sociais. Substituímos a comunicação presencial em prol da mediada pela tecnologia, o que implica que nossa vida acaba por condicionar-se por pessoas que talvez nunca veremos face a face. Nessa conjuntura, os sistemas peritos influenciam nosso dia a dia e regulam nossas atividades, nosso corpo (como no caso de revistas de jornalismo científico, por exemplo) e nossas crenças (validando comportamentos), como nos fala Foucault (2012). A perspectiva é a mesma de Charaudeau (2007, p. 63), segundo o qual "as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social", visto que toda fonte de informação exerce em alguma medida poder sobre o outro.

Cada sistema inclui um saber próprio. Desta forma, existe o sistema perito da engenharia, da computação, da antropologia etc. – e, também, do jornalismo, que se caracteriza por ser uma ponte que liga a população a outros sistemas peritos. O cliente ou consumidor desses sistemas, por ser desprovido de competência profissional na área, pouco afeta o campo. Sua única influência se dá por critérios de mercado (MIGUEL, 1999). A outra característica é que os sistemas peritos exigem que o público deposite uma confiança quase cega em sua competência especializada. Isto é, ao comprarmos um apartamento, confiamos em que o engenheiro tenha feito bem seu trabalho e que o prédio não vai cair, assim como

acreditamos que o pedreiro colocou corretamente tijolo sobre tijolo. Com o jornalismo, a sociedade opera pela mesma lógica.

> O leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros *sistemas peritos*, que pode ser dividida em três momentos: 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de "fatos" disponíveis (MIGUEL, 1999, p. 199, grifos do autor).

A estratégia passa pela questão da credibilidade. Emerge como necessário impor como indiscutível o fato relatado, para que não surjam vozes questionadoras da atuação do jornalista. O jornalismo se funda na ideia de um real que pode ser apreendido por meio da técnica jornalística, da apuração extensiva, da observação analítica e empática com o Outro antropológico. É com esse compromisso de ter um "real" como norte que o campo conquistou legitimidade social "para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas" (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Como apoio, são usados diversos instrumentos - vide as imagens e vídeos veiculados, as aspas de testemunhas presentes no acontecimento ou de fontes que legitimam um discurso, pesquisas científicas e o chavão "aponta estudo". Para cumprir tal missão, o jornalista exerce seu ofício, sempre vivendo a tensão de retratar o presente e ultrapassá-lo devido à necessidade de apurar e checar corretamente os fatos.

Além de atuar como conector, o jornalismo regula outras áreas do saber, tornando-se também meta-sistema perito - isto é, sistema perito de outros sistemas peritos.

> O contato cotidiano com as notícias ajuda a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na fiabilidade dos diversos *sistemas peritos* - pelo simples fato de que o consumidor de informações já não conta somente com sua experiência pessoal, mas também com aquelas que lhe são relatadas. [...] O jornalismo, portanto, é um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação dos diversos *sistemas peritos* (MIGUEL, 199, p. 202, grifos do autor)

A imprensa, assim, impõe à sociedade seus critérios de seleção e hierarquização da informação. Como consequência, exerce uma violência simbólica ao estabelecer ao mundo aquilo que é importante e aquilo que não merece receber atenção. Entra uma operação de construção da agenda de discussões e se molda uma forma de encarar o mundo. Esta pode ser violenta, se pensarmos nos noticiários televisivos pautados por questões policiais, ou ser imersa em corrupção, se lembrarmos da cobertura espetacular dos escândalos políticos. A

notícia é uma construção do real que medeia o público e o conhecimento produzido por outras instituições do saber, sempre na tentativa de normatizar esse saber para que a população o enquadre no senso comum e no status de realidade já conhecida.

> O jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros autores. [...] O jornalismo [contribui] para o estabelecimento de "consensos" a respeito de valores e atitudes (BENETTI, 2008, p. 110, grifos da autora).

Ao operar entre as duas esferas do conhecimento - o "novo" e o "antigo" saber - o jornalismo revela fatos do cotidiano ao público que não os viveu ou que os viveu mas não os acessou pelas formas explicitadas pelo texto. É um campo de "circulação e produção de sentidos" (BENETTI, 2008, p. 107). Meditsch (1997) afirma que o jornalismo não revela fatos ou traz conhecimentos nem melhor ou pior do que a ciência, mas apenas de outra forma. "Ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que outros modos de conhecimento não são capazes de revelar" (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Cabe ao jornalismo transitar entre diversos campos do conhecimento e aportar significados ao público. Este atua tão ativamente quanto o produtor da notícia, visto que ambos não reproduzem um saber que existia anteriormente, mas recriam tal conhecimento no processo de interação (MEDITSCH, 1997, p. 5). O discurso jornalístico ganha sentido quando ressignificado pelo indivíduo e encadeado com outros discursos, sobretudo com os discursos que abordem as mesmas questões. Assim, um artigo do *Le Monde Diplomatique Brasil* que fale da desigualdade de gênero na França pode acionar a memória do leitor que, semanas atrás, assistiu a uma reportagem sobre a vida da mulher parisiense na televisão.

> O processo de construção de sentidos não cessa quando a publicação chega às bancas. Ela ainda será lida por diversos enunciatários, que darão continuidade a ele, produzindo inferências, relacionando o que leram com outros discursos em circulação, entrando em contato para fazer comentários ou sugerir correções etc (SOARES, 2013, p. 34).

No entanto, esse movimento não é isento, visto que, ao mediar a realidade, o jornalismo escolhe dentre diversos acontecimentos aquele que será noticiado. As organizações se inserem como responsáveis pelo enquadramento dado à realidade, na medida em que determinam quando algo é digno de atenção ou não, o que, como vimos anteriormente, é instrumento de normatização da realidade. A notícia fala do fato assim como fala de quem a produz. O jornalismo como forma de conhecimento está atrelado à fonte que produz tal conhecimento. Ora, se o discurso do texto está sempre atrelado a um contexto, é preciso

atermo-nos à fonte de tal discurso e descobrir de onde ele fala. A organização e seus interesses são atores fundamentais neste quesito, visto que constituem o lugar de fala do discurso.

Importante ressaltar que a construção desse discurso jornalístico passa pelos valores-notícia, critérios a partir dos quais o jornalismo atua na hora de elencar aquilo que deve ser noticiado ou não. Eles operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado (TRAQUINA, 2002)[6]. Tais valores são levados em conta no caso das notícias, mas também dos artigos, visto que apesar de estes se prestarem a uma análise mais profunda dos fatos, em detrimento de sua exposição, que é característica das notícias, eles ainda são norteados por valores de interesse público como notoriedade, relevância, notabilidade etc.

Podemos classificar os valores-notícia como de seleção ou de construção. Os de seleção se referem aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos (TRAQUINA, 2002) – isto é, são a base a partir da qual o jornalista, seja o repórter ou o editor, vai selecionar os acontecimentos que merecem virar notícia. Já os de construção inferem nos "bastidores" da notícia, sugerindo "o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção" (TRAQUINA, 2002, p. 186-187). Cada valor-notícia interfere no discurso jornalístico na medida em que molda a abordagem dada ao acontecimento, construindo assim um discurso sobre o real ao hierarquizar as informações conforme uma ordem de importância que interessaria mais o público. Dado que o jornal tem um limite físico/temporal para fazer sua abordagem, a veiculação das notícias segue uma escala de interesses ou de relevância, a qual é fundamental para a própria existência da empresa, mas que também interfere no seu discurso, visto que regula o produto final entregue ao consumidor.

Mas não é apenas dos valores-notícia que depende o jornalismo. Ele se baseia no acontecimento e é influenciado pelos constrangimentos impostos pelo jornalista na empresa na qual trabalha, pelas narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem, pelas rotinas que determinam seu trabalho e pela disponibilidade e qualidade do discurso das fontes de informação. Nesse trabalho e "ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado" (BENETTI, 2008, p. 110). O campo acaba, portanto, por influenciar o imaginário da população ao inserir elementos que regulam a visão da sociedade.

[6] De acordo com Traquina (2002), podemos classificá-los em nove: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade (qualidade de ser visível), inesperado e controvérsia.

No entanto, na mesma medida que o jornalista influencia o imaginário, este influencia aquele, visto que o profissional não está alheio à comunidade na qual se circunscreve. Ele também é influenciado pelo repositório de imagens inconscientes compartilhadas pelo profissional e pela sociedade na qual está inserido (BENETTI, 2009). O imaginário coletivo fornece diversas imagens que serão acionadas pelo inconsciente do jornalista e que influenciam a cobertura noticiosa. O discurso apresentado pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França, portanto, vai acionar o imaginário do leitor sobre o país em questão e ativar a teia de relações imagéticas de cada indivíduo. O texto *O mito da invasão árabe-muçulmana* (maio 2014, p. 18-19), por exemplo, que aborda a questão da imigração na Europa, desperta no imaginário do leitor questões sobre o invasor, o Estranho, que vem para o território que não é seu trazendo o signo do desconhecido e do imprevisível e capaz roubar dos autóctones aquilo que lhes é de direito. E "ao narrar fatos, ao ouvir especialistas que oferecem explicações, ao exibir imagens de todo tipo, o jornalismo ordena parte do caos da vida e trata do imaginário" (BENETTI, 2009, p. 287). Esses especialistas cujas vozes ressoam nos textos trazem credibilidade ao texto jornalístico, visto que é em tal movimento que o campo faz a ponte com a ciência e flerta com o discurso científico, como apontamos anteriormente.

De toda forma, o discurso jornalístico aciona diversos polos durante a produção da notícia. Cada texto é regido por discursos que vão compor os argumentos da mesma forma como tijolos se encaixam para formar um muro. Analisaremos mais adiante quais as formações discursivas que regem os textos do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França. Mas, antes delas, precisamos compreender melhor que tipo de jornal é o LMDB, qual jornalismo é praticado e que ideais são defendidos. Apresentaremos agora nosso objeto de estudo e contextualizaremos seu lugar de fala, a partir de estudos sobre pós-modernidade, jornalismo internacional e jornalismo opinativo.

2. *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL*, UMA LEITURA GLOBAL

Neste capítulo, buscamos situar o *Le Monde Diplomatique Brasil* como jornal globalizado, inserir os artigos analisados na editoria de jornalismo internacional e relacioná-los à dissolução de fronteiras culturais e à constituição da identidade na pós-modernidade, cuja formulação é influenciada justamente pelo contato com culturas distantes, o que é obtido pela leitura dos artigos do LMDB.

Ogassawara (2011) ressalta que o *Le Monde Diplomatique Brasil* (LMDB) defende ao longo de suas páginas o altermundialismo, movimento que se contrapõe ao capitalismo neoliberal e se coloca contra a globalização da mesma tendência. A busca é de uma alternativa ao modelo vigente de organização econômica na maioria das sociedades capitalistas de hoje, tendo as políticas de Estado de bem-estar social como referência. Para o movimento altermundialista, os responsáveis pelas desigualdades sociais e demais problemas na sociedade são o imperialismo, o Capital e o neoliberalismo, que privilegiariam os empresários em prol dos trabalhadores (tal qual o viés marxista). O perfil da publicação, portanto, não é de um jornal que se declare isento – mas, sim, mobilizador a sociedade por uma causa.

> Na revista, a convergência de jornalistas, intelectuais e altermundialistas, delineia um perfil editorial marcado pelo atrelamento da informação à análise e à mobilização política, desbravando um campo simbólico que tateia a construção de alternativas possíveis nos enquadres do presente (OGASSAWARA, 2011, p. 108).

A crise financeira é considerada pelo LMDB um detonador de uma série de questionamentos sobre os rumos econômicos e políticos que põem em xeque a continuação das diretrizes neoliberais. A publicação critica a intervenção dos Estados Unidos na América Latina e no Oriente Médio, o que demonstra a postura antiimperialista do jornal.

A fim de compreendermos melhor o lugar de fala do *Le Monde Diplomatique Brasil*, estudaremos rapidamente alguns conceitos-chave acerca da pós-modernidade, do jornalismo internacional e do jornalismo opinativo. Começaremos contextualizando a publicação.

3.1 *Le Monde Diplomatique Brasil*, a versão brasileira

O *Le Monde Diplomatique Brasil* é a versão brasileira do *Le Monde Diplomatique*, jornal mensal francês que existe desde 1954 e que hoje conta com 71 edições internacionais produzidas em 25 línguas, com uma tiragem mensal de 2,4 milhões ao redor do mundo, de

acordo com dados da própria empresa[7]. A publicação original analisa temas atuais internacionais referentes aos cinco continentes por meio de artigos analítico-opinativos, com espaço aberto para criticar a globalização neoliberal e debater questões concernentes a cultura, mídia, filosofia, literatura, artes, cinema e sociedade. Não há cobertura noticiosa, mas sim uma análise dos principais fatos do mês composta por reportagens interpretativas e artigos opinativos redigidos por jornalistas, sociólogos, filósofos, economistas, escritores e outras figuras públicas. De acordo com Szczepanski-Huillery (2005), o *Le Monde Diplomatique* era destinado primeiramente a uma elite intelectual, em especial ao corpo diplomático e aos leitores envolvidos com política internacional. Contando oito páginas no início, o jornal oferecia artigos de análise da situação política internacional redigidos, em sua maioria, por membros da redação do *Le Monde,* trechos de discursos ou declarações de embaixadores e ministros, além de informações sobre a vida pública internacional.

> Jornal produzido por e para uma elite, o mensário se apresentava como uma fonte de referência em matéria diplomática e de vida política internacional, sendo uma tribuna oficial onde os representantes de diferentes nações podiam explicar a política estrangeira de seus países ao mesmo tempo em que era um jornal de "análise", propondo um olhar não partidário, apesar de pró-ocidental e pró-francês, da situação internacional, além de um jornal de "serviços", oferecendo aos seus leitores informações variadas sobre a composição dos serviços consulares, o calendário de festas nacionais, as nomeações... (SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005, p. 3, tradução minha).[8]

De início, o *Le Monde Diplomatique* privilegiava as atualidades internacionais sob a ótica da esquerda europeia, colocando o foco no antagonismo Leste-Oeste, nas lutas anticoloniais e nas políticas estrangeiras dos governos americanos. O chamado "terceiro-mundo" aparecia seguidamente nas páginas do jornal, sobretudo os países que lutavam para ficar independentes, na África, e as nações da América Latina, nem sempre abordadas pela imprensa hegemônica mundial. Szczepanski-Huillery (2005) afirma que isso se explica pela posição do *Le Monde Diplomatique* na imprensa francesa nos anos 1950 e 1960: sem ser um jornal de partido político, ele inclinaria sua linha editorial à linha "liberal" ou "neutra" do *Le Monde*. O jornal não seria nem marxista-leninista, nem vinculado a quaisquer partidos – apesar de ter suas simpatias políticas: a saber, com a esquerda.

[7] Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/quem_somos.php. 17/04/2014> Acesso em: 08 jun 2014.
[8] Original: "Journal produit par et pour une élite, ce mensuel se présentait comme une source de référence en matière diplomatique et de vie politique internationale, à la fois tribune officielle où les représentants des différentes nations pouvaient expliquer la politique étrangère de leur pays, journal d' 'analyse', proposant un regard non partisan, quoique pro-occidental et pro-français, de la situation internationale, et journal de 'services', offrant à ses lecteurs des informations variées sur la composition des services consulaires, le calendrier des fêtes nationales, les nominations…".

> Sob o selo do antineoliberalismo e do antiimperialismo, das críticas do *Le Monde Diplomatique Brasil* derivam suas ideias altermundialistas, isto é, a busca por uma nova globalização não ditada pelo capitalismo neoliberal e pelas políticas imperialistas na esteira de, como quer Milton Santos, "por uma outra globalização" (OGASSAZWARA, 2011, p. 116-117, grifos da autora).

Por conta disso, "o jornal tem uma postura declaradamente engajada e isso se nota pela análise e interpretação dos textos. As posições são claras e, muitas vezes, declaradas textualmente" (BATALHA, 2006, p. 100).

Ogassawara (2011) aponta alguns momentos que marcam a expansão do *Le Monde Diplomatique* para o mundo. Na década de 1970, Portugal e Grécia foram os primeiros países a lançar edições próprias da revista. Para fora da Europa, na década de 1980 nasceram edições do jornal no México e na Argentina. Na década de 1990 Alemanha e Itália ganham suas edições do jornal como suplementos do berlinense *Tageszeitung* e do romano *Il Manifesto*. Em 1999, o britânico *Guardian Weekly* passa a publicar 16 páginas traduzidas do LMD.

A versão brasileira surgiu apenas em 2007, publicada pelo Instituto Pólis. Hoje, tem 40 páginas e uma circulação de 40 mil exemplares por mês, definindo-se como "apartidária, pluralista e democrática, que busca ocupar um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro"[9]. Sessenta por cento (60%) dos artigos são traduzidos diretamente do original em francês, de acordo com o contrato com a matriz francesa, enquanto outros 40% são redigidos por brasileiros ou importados e traduzidos de outras versões estrangeiras. Dois autores aparecem invariavelmente a cada edição brasileira: Silvio Caccia Bava, diretor e editor-chefe do *Le Monde Diplomatique Brasil*, e Serge Halimi, diretor do *Le Monde Diplomatique*.

Todos os artigos recebem fotografias ou, na maioria dos casos, ilustrações artísticas que remetem ao objeto de análise do artigo. Quase não há anunciantes – e quando existem, são propagandas de campanhas humanitárias ou de educação que mobilizem o leitor em prol de uma causa que impacte positivamente a comunidade.

Os escritores dos artigos, como analisa Szczepanski-Huillery (2005), têm três facetas: jornalística, militante e universitária. Jornalística porque relatam os fatos com os mesmos critérios dos jornalistas – a saber, apurando informações, recorrendo a fontes e buscando contextualizar o acontecimento tendo um ideal de "real" como norte. Militante porque escrevem textos tendo uma visão de esquerda como enfoque, enaltecendo políticas em favor do Estado de bem-estar social e criticando posições neoliberais. E universitária por flertarem

[9] Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/quem_somos.php>. Acesso em: 08 jun. 2014.

com o conhecimento acadêmico. Apesar de descrever os autores como multiposicionados, Szczepanski-Huillery (2005) qualifica o *Le Monde Diplomatique* como *imprensa engajada*. Esta não buscaria um espaço neutro, tal qual a imprensa de atualidade, e nem seria uma arena ou tribuna na qual um princípio de equivalência e oposição de opiniões regiria os artigos, mas se colocaria ao lado das causas defendidas em suas páginas. No entanto, lembramos que a imagem de si que o LMDB constrói – ou seja, a forma como apresenta seu discurso institucional diante do outro (BENETTI; HAGEN, 2010) - é de uma imprensa apartidária, pluralista e com autonomia editorial.

> Ao deixar voluntariamente de lado o lugar, no entanto essencial, dos colaboradores ocasionais na arquitetura do jornal, constata-se que os membros permanentes compartilham de diversas características determinantes: pertencem ou estão próximos da instituição universitária; nasceram ou viveram no Exterior; de terem estado próximos dos meios políticos de esquerda ou de extrema-esquerda, ou pelo menos, de terem tido uma experiência (no sentido amplo) do militantismo (SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005, p. 5, tradução minha[10])[11].

Os textos são profundos e demandam foco e atenção na leitura, por conta do tamanho, da densidade de informações e, por vezes, da profundidade da análise. Muito disso ocorre porque "eles trabalham em condições muito específicas, bastante confortáveis em comparação à conjuntura da profissão jornalística, que lhes evitam uma pressão extrema ligada à gestão do tempo ou à precariedade financeira"[12] (SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005, p. 6).

Do leitor são exigidos conhecimentos acerca de política internacional a fim de entender as observações do autor. No artigo *Agonia silenciosa da República Centro-Africana* (novembro 2013, p. 28-29), por exemplo, é preciso compreender a conjuntura político-econômica-social que o país vive antes de começar a sua leitura.

A maioria dos textos são artigos, mas há também reportagens internacionais com jornalistas enviados especiais, resenhas culturais, perfis e reportagens interpretativas. As fontes de informação dos textos, além de testemunhas e autoridades no assunto, como é normal no jornalismo, também incluem artigos científicos e simpósios, que são listados no

[10] Original: "En laissant volontairement de côté la place, pourtant essentielle, des collaborateurs occasionnels dans l'architecture du journal, on constate que les permanents partagent plusieurs caractéristiques déterminantes: celle d'appartenir à ou d'être proche de l'institution universitaire; d'être né ou d'avoir vécu à l'étranger; d'avoir été proche des milieux politiques de gauche ou d'extrême gauche ou, tout du moins, d'avoir une expérience (au sens large) du militantisme".

[11] O autor se refere ao *Le Monde Diplomatique*, mas observamos que se pode dizer o mesmo da versão brasileira do jornal.

[12] Original: "Ils travaillent dans des conditions très spécifiques, assez 'confortables' au regard de l'ensemble de la profession journalistique, qui leur évitent une trop grosse pression liée à la gestion du temps ou à la précarité financière".

final, como uma referência bibliográfica de um trabalho acadêmico. No entanto, também ocorre o movimento inverso: a ausência de fontes.

> Na verdade, é preciso considerar a singularidade da revista, pois o fato de por vezes *Le Monde Diplomatique Brasil* abrir mão de fontes jornalísticas, como os "especialistas" em determinado quesito, se justifica pois quem escreve seus artigos são justamente os tais "especialistas". Além de jornalistas, o corpo de colaboradores da revista conta com antropólogos, bioquímicos, críticos, literários, economistas, historiadores, sociólogos, etc (OGASSAWARA, 2011, p. 102, grifos da autora).

Acerca das simpatias políticas do jornal, o LMDB defende uma reinvenção na esquerda europeia e latino-americana (OGASSAWARA, 2011). Nas questões econômicas, o mensário se posiciona, como afirmamos anteriormente, contra o neoliberalismo[13] e a favor de um Estado forte que consiga regular os excessos do mercado. A defesa é de uma globalização que não acentue a exclusão social tal qual o modelo corrente impactaria. Nas questões culturais, o jornal analisa criticamente fenômenos sociais típicos da pós-modernidade. Para compreendermos melhor o que é esta nomenclatura, discutiremos brevemente alguns conceitos-chave a respeito.

3.2 Identidade e pós-modernidade

A constituição da identidade do indivíduo é analisada extensivamente pela filosofia, desde a Grécia antiga, e pela antropologia e psicologia desde o nascimento e a consolidação

[13] São várias as conceituações a respeito do neoliberalismo, que não serão extensamente trabalhadas em função do espaço desta monografia. Ressaltamos as perspectivas de Chomsky (2002), Sodré (1995), Bauman (1999) e Ianni (1996) para dar conta brevemente da complexidade do conceito. Segundo Chomsky (2002, p. 22), o neoliberalismo é caracterizado por liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação de preços pelo mercado ("ajuste de preços"), fim da inflação ("estabilidade macroeconômica") e privatização. O autor ainda acrescenta a estagnação dos salários, concentração de renda, aumento da desigualdade social e da pobreza, substituição da mão-de-obra permanente pela temporária, livre-movimentação do capital e abertura ao capital internacional. Sodré (1995) adota uma posição parecida ao falar de um Estado relegado a comandar apenas administradamente o país, sem interferir no mercado, e de uma abertura ao capital estrangeiro. Com isso haveria um enfraquecimento do elemento nacional de cada nação em prol de uma integração em um mercado internacionalizado. É também o que aponta Bauman (1999), segundo o qual ocorre o enfraquecimento do Estado-nação por conta das pressões das empresas transnacionais, a chamada internacionalização do capital. Ianni (1996) resume o neoliberalismo em suas ações efetivas: desestatização, desregulamentação, privatizações, abertura de fronteiras, criação de zonas francas, moeda nacional como reflexo da moeda mundial e a "modernização" quase que forçada do aparelho estatal para organizar-se em função das exigências do mercado internacional. Mais especificamente, acrescentamos também a redução de impostos e de encargos sociais, privatização de empresas públicas e a criação de regras e leis que diminuam a interferência do Estado sobre os negócios privados. A internacionalização do capital decorrente faria parte de uma lógica na qual empresas ultrapassam limites e interferem nas economias de outras nações. Como consequências do neoliberalismo, Chomsky (2002) avalia o crescimento da desigualdade econômica e social, o aumento da pobreza absoluta entre as nações e os povos mais atrasados, meio ambiente catastrófico, economia global instável e bonança para ricos. Tais consequências são extensivamente abordadas pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*, que se posiciona declaradamente antiimperialista, antineoliberal e altermundialista (OGASSAWARA, 2011).

de ambos os campos. Mas se até algumas décadas ela era considerada fixa – isto é, cristalizada no começo da vida do ser e perpetuada pelo resto dos anos (HALL, 1998) -, hoje contamos com teorias que oferecem uma compreensão mais flexível do conceito, alegando que a identidade de uma pessoa é influenciada por inúmeros polos e passível de modificação ao longo da vida. Teóricos como Hall (1998), Bauman (1998) e Giddens (1991; 2002) trazem reflexões a respeito do tema.

Hall (1998) alega que vivemos uma crise de identidade, na medida em que questões como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, anteriormente decisivas para localizar o indivíduo socialmente, hoje apenas contribuem em parte na totalidade do ser. Ele diferencia três concepções de identidade ao longo da história. A primeira seria a do sujeito do Iluminismo, dotado de razão, consciência e ação, cuja identidade seria totalmente centrada e unificada ao redor de um núcleo interior que emergiria pela primeira vez quando do nascimento e que se desenvolveria com o passar do tempo, ainda que permanecendo fiel à essência. A segunda seria a do sujeito sociológico, que refletiu a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que tal núcleo interior estava atrelado ao relacionamento interpessoal - consequentemente, a identidade seria formada na interação do eu com a sociedade. A terceira seria o sujeito pós-moderno, que viveria no final do século XX e o qual teria a identidade fragmentada e fluida, composta por várias outras identidades – muitas contraditórias e não resolvidas. As sociedades modernas, diz Hall (1998), mudam constante, rápida e permanentemente.

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 1998, p. 13).

Giddens (1991, p. 6) traz a globalização como fator-chave para esse movimento de diluição de identidade. Uma vez que áreas diferentes do planeta não têm mais restrições físicas, visto que as tecnologias permitem uma aproximação entre sociedades distantes, "ondas de transformação atingem virtualmente toda a superfície da terra". A França, apesar de separada por um oceano, passa a ter um poder de influência amplificado no Brasil (a recíproca também é válida), visto que temos contato com o país por meio de filmes, música e textos, graças à internet. A imprensa, e no caso de nossa análise, o *Le Monde Diplomatique Brasil*, insere-se nesse contexto como plataforma por meio da qual são veiculados sentidos referentes

à França, que podem ser incorporados ao repertório do leitor brasileiro a partir da leitura dos artigos.

> O sistema-mundo tende a predominar, estabelecendo poderosas injunções a uns e outros, nações e nacionalidades, corporações e organizações, atores e elites [...]. Nesse contexto, os meios de comunicação revelam-se particularmente eficazes para desenhar e tecer o imaginário de todo o mundo. A mídia impressa e eletrônica, cada vez mais acoplada em redes multimídias universais, constituem a realidade e a ilusão da aldeia global (IANNI, 1996, p. 60).

Por meio do texto *Marketing sonoro invade as cidades* (agosto 2013, p. 36-37), a título de exemplo, a França é citada como pioneira no design sonoro, visto que até mesmo o poder público investe no assunto. De que outra forma se poderia tomar conhecimento do fato antes das atuais tecnologias de comunicação, além dos relatos de testemunhas que foram até lá? O mensário faz parte desta conjuntura na qual a constituição da identidade se torna fluida a partir do momento em que tomamos contato com tamanha gama de informações oriundas de dezenas de localizações, fazendo com que nos tornemos internacionais em nossos gostos, predileções e preferências.

Em tempos de pós-modernidade, afirma Hall (1998), nossa identificação com os símbolos pode ser conquistada e deixada de lado posteriormente. Parcelas da identidade podem ser abdicadas em prol de outras novas, que posteriormente também podem ser relegadas a outro plano. A facilidade de acesso a culturas diferentes permite a aquisição de outros códigos que, décadas atrás, não estavam disponíveis ao indivíduo.

A identidade, então, é um discurso construído sobre si e que é regulado, hoje, em uma relação próxima a de um consumo. Nesse contexto, a globalização é um dos fenômenos que marca a pós-modernidade, uma vez que tem como uma das principais características a integração e conexão de comunidades e organizações anteriormente longínquas. "A globalização é inerentemente globalizante", diz Giddens (1991, p. 63). O autor afirma que ela implica um distanciamento da ideia clássica da sociedade como algo delimitado e sua consequente substituição por uma ideia de que os grupos se organizam ao longo do espaço e do tempo. Assim, as identidades nacionais estão entrando em xeque, visto que consumimos não raro os mesmos produtos da indústria cultural universal. Além disso, ao incorporar signos culturais de outra nação, diluo a minha identidade ligada ao Brasil para produzir um novo híbrido a partir das duas. Assim, o contato com um filme francês pode inspirar o espectador a incorporar signos da cultura francesa e reinventar seu estilo à luz da forma de vestir-se dos franceses.

Vale lembrar, no entanto, que "o termo globalização é perigoso porque se refere, acima de tudo, a interconexões no nível da economia e das comunicações, mas não necessariamente envolve a constituição de uma ideologia global de comunidade" (GEERTZ *apud* FRÓIS, 2004, p. 3)[14]. Isto é, apesar de haver um maior contato entre as culturas, não existe uma identidade mundial. Os povos ainda têm diferenças entre si. A construção da identidade deles, no entanto, pode sofrer as mesmas influências. Estes são apenas alguns dentre tantos outros fatores que fazem um indivíduo ser quem é. Ser brasileiro é diferente de ser francês – a questão hoje é saber o *que* define um e o outro, visto que um brasileiro pode apreciar muitas coisas das quais um francês gosta. O mesmo gosto por bandas de música, por séries televisivas norte-americanas ou por filmes pode congregar as pessoas em torno de um gosto em comum. Nesse sentido, as culturas se aproximam.

> Pertencer a uma cultura significa ter identidade frente ao outro – qualquer – e, sobretudo, compartilhar, com aqueles pertencentes à mesma cultura, um grau de identidade tal que se permita, a cada indivíduo, ser, ao mesmo tempo, livre e igual, já que o que torna os homens iguais em uma cultura subjaz à própria consciência de identidade que o torna livre em sua manifestação dessa cultura (FRÓIS, 2004, p. 4).

O movimento de diluição das identidades nacionais é típico da pós-modernidade, diz Hall (1998, p. 49), uma vez que a globalização comprime o espaço-tempo "de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância". A internet e as redes sociais online fazem a ponte entre as comunidades e oportunizam a tomada de contato direto com o "Outro", do qual apenas tínhamos conhecimento por meio do imaginário alimentado por relatos de terceiros. Nesse contexto, vale lembrar o que Bauman (1998) diz a respeito da constituição da identidade: ela passaria de uma questão de *atribuição* para uma questão de *realização individual*, visto que, até pouco tempo atrás, a identificação do indivíduo era imposta pelo grupo ao qual ele se filiava (fosse família, religião etc.). Ressaltamos, é claro, que a construção da própria identidade não é de ordem *apenas* individual: somos influenciados pelo meio no qual vivemos, o qual regula nossa vida por meio dos discursos e da ideologia, sobre os quais falaremos mais a seguir. Mas o fenômeno atual se funda no fato de que a identidade é construída a partir da filiação *voluntária* a um ou mais grupos, uma vez que ocorre a desmaterialização de valores tradicionais que norteavam a sociedade.

[14] Original: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

> Velhos modos de fazer as coisas não estão mais funcionando adequadamente, enquanto os novos, mais adequados e efetivos, ainda estão sendo procurados, experimentados, testados e rejeitados. Quase não sabemos de onde estamos tentando sair e não temos clareza, ou uma visão confiável para aonde vamos (BAUMAN, 2014).

Sem a pré-determinação de caminhos a serem percorridos que existiam em outras épocas, hoje temos mais liberdade em escolher se nos deixamos influenciar pela religião, pelo movimento *indie,* pelas origens africanas, italianas ou alemãs de nossa família, pela cultura francesa que tomamos conhecimento ao ler o jornal ou ao assistir a filmes com Louis Garrel e Gerard Dépardieu. Os grupos que contribuem para a formação de uma identidade são trens nos quais podemos embarcar em um determinado percurso e desembarcar quando cansar da vista, para logo em seguida embarcar em outro trem, que nos leve para outro lugar. A identidade agora é um trajeto, um meio, um estar, mais do que um fim, uma localidade. "Os projetos de vida individuais não encontram nenhum terreno estável em que acomodem uma âncora, e os esforços de constituição da identidade individual não podem retificar as consequências do 'desencaixe', deter o eu flutuante e à deriva" (BAUMAN, 1998, p. 32, grifo do autor). A globalização, nesse sentido, empodera o indivíduo na medida em que o dota da capacidade de criar uma imagem da outra cultura, do estrangeiro, do forasteiro, ao mesmo tempo em que produz uma terceira identidade.

> Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente" (HALL, 1998, p. 75, grifo do autor).

Apesar de não utilizar o termo "pós-modernidade", preferindo a nomenclatura "modernidade tardia", Giddens (2002) aponta para uma organização social na qual os seres humanos se organizam mesmo fisicamente distantes. "O processo de esvaziamento do tempo e do espaço é crucial [...] sobre o dinamismo da modernidade: o *desencaixe* das instituições sociais" (GIDDENS, 2002, p. 23, grifo do autor). Nesse contexto de desencaixe e de aproximação com culturas diferentes, tomamos contato com o Outro – isto é, um ser estranho, diferente, cuja cultura não conhecemos.

Tal contato pode suscitar duas reações por parte da sociedade com a qual a cultura distinta trava contato, de acordo com Bauman (1998). A primeira é a *antropofágica*, segundo a qual os estranhos são aniquilados ao serem devorados e transformados em algo distinto do que eram, ao tornar o diferente semelhante – o que ocorre com imigrantes que são assimilados

e passam a falar a cultura do local ou a vestir-se da forma como os nativos se vestem. Podemos citar como exemplo os imigrantes que se mudam para os Estados Unidos a fim de tentar uma vida melhor e cujos filhos e netos já nem falam a língua dos pais ou avós, tão entrosados que estão na cultura norte-americana, a qual providencia de pronta-entrega as roupas de marca, a cultura baseada em *fast-food*, os filmes *blockbusters* e afins. A segunda é a *antropoêmica*, segundo a qual os estranhos são banidos e impedidos de se comunicar com o que se situa fora de sua própria comunidade – caso dos loucos, extensivamente analisados por Foucault (2012), dos destituídos de razão, dos que vivem em favelas ou guetos, daqueles cujos atos ou predileções não são considerados naturais ou pertos de um ideal de purificação. Este é um processo típico do capitalismo, que "coloca à margem tudo o que não consegue submeter à sua lógica de maximização do lucro" (CALEIRAS, 2004, p. 5).

Da mesma forma, a política passa a ter um papel menor na formação da identidade dos indivíduos. Isso é destacado no discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Em *Abstenção deforma a política francesa* (maio 2014, p. 21-22), por exemplo, a sociedade francesa é retratada como cada vez mais desmobilizada politicamente, uma vez que o índice de abstenção nas urnas é grande. Se os franceses eram, anteriormente, engajados na política, hoje essa característica não é mais real. Pelo contrário: ser poltitizado, hoje, não é característico do francês típico.

3.2.1 Identidade nacional

Esses discursos que buscam descrever as características de um povo são discursos sobre a identidade nacional, que atualmente sofre as mesmas mudanças pelas quais passa a identidade do indivíduo. Ela também é formada por um encadeamento de argumentos, uma tessitura contínua, coerente e dotada de um encadeamento lógico-temporal que delineia uma narrativa. A diferença é que a identidade nacional depende de um passado em comum. Ribeiro (2010) ressalta a relevância dos manuais escolares, que são instrumentos de formação de uma memória coletiva, responsável pela universalização da língua nacional, além da disseminação de uma cultura e história nacionais em detrimento de culturas tradicionais de cada região do país (Île-de-France, Normandia, Côte d'Azur etc) ou mesmo estrangeiras.

A memória está ligada ao sentimento de identidade, tomado aqui como a imagem de si, para si e para os outros. Como explicam Pollak (1992) e Fiorin (2009), é a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida a respeito de si própria, a imagem construída e apresentada

aos outros e a si mesma, para acreditar em sua autorrepresentação, mas também para ser vista da maneira como quer ser vista pelos outros.

> Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Na tessitura da identidade nacional, são utilizados elementos educativos que constroem em nosso repertório o sentimento de pertencimento à nação. Essa tessitura, diz Ribeiro (2010), por ser um dispositivo ideológico, precisa ser constantemente reativada. Como exemplo, citamos o estudo de Silva (2007). Na França da República de Vichy, quando o país era ocupado pela Alemanha nazista à época da Segunda Guerra Mundial, o discurso vigente era em prol de uma nova França, descendente de um passado gaulês – o que, aos olhos dos nazistas, era uma descendência nobre. A manipulação do passado francês suscitou uma nova memória coletiva, que reavivasse as figuras da história francesa. O discurso, como nos diz Foucault (2012), é produto de uma sociedade. Mas essa produção é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por diversos procedimentos que vão efetuar esse controle.

Filiados à perspectiva construcionista do jornalismo, acreditamos que a imprensa atua, da mesma forma que os manuais escolares, na reativação dos sentidos sobre um passado, presente e futuro em comuns, a partir dos quais os cidadãos se filiam e se congregam em comunidade. No que se refere a textos jornalísticos que proponham sentidos sobre a identidade nacional (textos referentes ao próprio país, à sua cultura, sua história, sua língua etc.) a imprensa opera valores que podem contribuir para que, em uma dada população, seja construída uma visão acerca das características de um brasileiro ou de um francês. Como consequência, o leitor brasileiro pode formar uma imagem a respeito de como é a França – em outras palavras, qual é a identidade nacional da França -, a partir dos sentidos suscitados pelo LMDB. E, assim, por exemplo, os diversos artigos veiculados pelo LMDB sobre o *Front National*, partido de extrema-direita de ideologia fortemente nacionalista, propõem um debate sobre a ascensão de uma ideologia xenófoba na França – o que denota, por conseguinte, um movimento gradual da população francesa em direção a uma ideologia mais conservadora.

A identidade nacional, é claro, não existe desde sempre. Thiesse (apud FIORIN, 2009)[15] credita o seu surgimento a uma criação artificial da Europa do século XVIII. Antes,

[15] THIESSE. Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Europe XVIIIe-XXesiècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

não havia nações propriamente ditas, da forma como as conhecemos hoje. "A nação moderna é autodeterminada: é concebida e imaginada como um ser coletivo inscrito no espaço e tempo" (THIESSE, 2012, p. 2)[16]. Junqueira (2008) acrescenta que a Revolução Francesa, com seus ideais de *liberté, fraternité et égalité*, influenciou a França a moldar sua identidade como nação e inspirar países no mundo todo. A partir daí, começaram a nascer movimentos em torno de uma unificação nacional, com o consequente desencadeamento de sentimentos nacionais em toda a Europa.

> Para isso, havia a necessidade da formação de uma memória nacional, que não poderia ser específica e nem limitada à experiência de um único grupo social; ela teria que ser produzida pela história social e circundar o campo da ideologia e do poder. É nesse momento que as festas nacionais são instituídas para despertar na população esse sentimento de pertencimento à nação francesa, como exemplo a festa de 14 de julho. Nas palavras de Jacques Le Goff, essas datas comemorativas eram importantes tanto para os revolucionários, que as usavam para que a população não se esquecesse das lutas durante a Revolução Francesa, como para os grupos que estão no poder, que se apropriam dessas datas para ter o apoio popular. Além dessas festas, são lançados selos, monumentos, moedas e placas com o fito de consolidar a memória nacional francesa (JUNQUEIRA, 2008, p. 17-18).

A nação, portanto, precisou ser pensada a partir de argumentos, símbolos encadeados que permitissem o estabelecimento de uma linha condutiva coesa. Lepeltier (1999) aponta os principais: uma história, que estabelece uma continuidade; heróis, que serão modelos; um idioma; monumentos culturais; idioma; um folclore; lugares importantes; geografia típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; símbolos-chave, como a gastronomia, uma vegetação típica, um animal etc. Thiesse (2012) ainda aponta as produções culturais e intelectuais ao longo do século XIX, tais como a pintura, a literatura, a música, a arquitetura, entre outros, de modo que hoje as identifiquemos como "literatura francesa", "pintura italiana", "arquitetura alemã" etc. como se fossem sistemas coesos. Para formular uma identidade nacional, nos séculos passados, foi preciso estabelecer símbolos comuns às várias regiões de uma nação, agregar regiões tão díspares quanto Paris e Marselha, Saint-Tropez e Estrasburgo. "Para criar, de fato, um mundo de nações não bastava fazer o inventário de sua herança; nem sempre ela existia, era preciso, pois, antes de tudo, inventá-la" (THIESSE, 1999, p. 13 *apud* FIORIN, 2009, p. 116).[17]

Schneider (2004) contribui para a discussão ao explicitar que a identidade nacional não é apenas uma expressão de determinados sentimentos nacionais, mas um mecanismo que cria

[16] No original: "The modern nation is self-determined: it is conceived and imagined as a collective being inscribed in space and time."

[17] THIESSE. Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Europe XVIIIe-XXesiècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

a nação enquanto comunidade. No seu trabalho, o autor realizou entrevistas com alemães e brasileiros para descobrir como eles explicam suas identidades nacionais. Schneider descobre que os símbolos que impulsionam o brasileiro a adotar o discurso da nacionalidade são diferentes daqueles que motivam os alemães. Enquanto os brasileiros alegam ser brasileiros porque nasceram no Brasil, os alemães recorrem à ancestralidade ao afirmarem sua nacionalidade, em uma referência aos seus passaportes e ao fato de serem filhos e netos de alemães - isto é, apelam para sua herança biológica, apesar de conscientemente tentarem evitar esse discurso, perigoso em um país responsável por um genocídio em massa de estrangeiros. Os brasileiros, evidentemente, não vão recorrer à ancestralidade para marcar sua "brasilidade" porque muitos descendem de estrangeiros.

Na pós-modernidade, da mesma forma que a identidade individual se fragmenta, o mesmo ocorre com a identidade nacional. Bauman observa que o neoliberalismo e a globalização trazem a ascensão de diversas forças no lugar de um mundo polarizado entre Estados Unidos e União Soviética. "Ao longo de toda a era moderna nos acostumamos com a idéia de que a ordem é equivalente a 'estar no controle'. É dessa suposição – quer bem fundada ou meramente ilusória – de 'estar no controle' que mais sentimos falta" (BAUMAN, 1998, p. 65). De acordo com o autor, é a ausência de um centro que nos propõe uma sensação de instabilidade – a qual abordamos anteriormente. O mundo não parece mais uma totalidade, mas uma reunião de forças díspares, que se agrupam e se dispersam sem que consigamos ter total compreensão do que acontece.

Na década de 1980, Ribeiro (2010) aponta que a Europa vive uma conjuntura marcada, sobretudo, por três fatores. O primeiro é o neoliberalismo como modelo econômico, cuja meta principal é a diminuição do papel do Estado nacional. O segundo é a decadência do comunismo na Europa, o que traz uma série de conflitos nacionalistas na União Soviética, nos Balcãs e no Leste Europeu. Terceiro, o desenvolvimento do fenômeno da globalização, o que coloca em xeque as identidades nacionais em todo o mundo. Consequentemente, há uma retomada de valores. "Em um período em que os Estados-Nação estão sendo questionados, ou seja, onde a política demonstra sinais de fragilidade e insegurança junto à sociedade, a identidade da França encontrará seu porto seguro na língua, no solo e na cultura" (RIBEIRO, 2010, p. 15).

Nesse contexto, a imprensa contribui para a dissolução da identidade dos indivíduos, uma vez que faz circular sentidos oriundos de culturas estrangeiras. Um das formas é através da editoria de jornalismo internacional, especializada em assuntos ocorridos no exterior.

3.3 Jornalismo internacional e a dissolução de fronteiras culturais

Classificamos os artigos usados no *corpus* do presente trabalho como pertencentes à editoria de jornalismo internacional, uma vez que se referem à França – abordando, portanto, assuntos alheios à fronteira brasileira. Acreditamos que a rubrica se insere em um contexto de dissolução de fronteiras culturais. Portanto, vemos como importante um breve estudo acerca do assunto, também para compreendermos melhor o lugar de fala de uma publicação cujos textos se enquadram nessa editoria.

Apesar de soar tentadora a explicação de que o jornalismo internacional nasceu durante a globalização, período no qual as nações adquirem tecnologia capaz de permitir a troca instantânea de informações, a editoria de fato nasce junto com o jornalismo propriamente dito. Natali (2004) afirma que a rubrica nasceu ainda antes do capitalismo, a partir do interesse de comerciantes do século XVI de obter informações de regiões nas quais tentariam vender suas mercadorias. Era por meio da coleta e difusão de dados referentes a terras distantes que os comerciantes poderiam tentar projetar suas vendas em países vizinhos.

> A informação foi comercializada como instrumento para produzir eficiência e poder por meio de negócios. [...] Sem informações de qualidade, o capitalista do Renascimento e o empresário do mercantilismo, se é que podemos chamá-los assim, não saberiam avaliar o prejuízo que sofreriam ou o lucro que obteriam se naufragasse o carregamento de um barco que deixasse Istambul a caminho de Veneza (NATALI, 2004, p. 23).

Durante a época mercantil, florescem rapidamente folhas de notícias impressas vendidas a quem quisesse comprar e que não circulavam dentro de uma empresa comercial ou financeira. Hester (1980, p. 77), em acordo, lembra que os meios massivos não foram os primeiros a assinar serviços de agências de notícia internacionais. “A venda de notícias como mercadoria de valor definido atraiu primeiramente a quem se dedicava ao comércio, ao transporte marítimo e à diplomacia”. Apenas posteriormente é que os jornais veem nas agências uma possibilidade de uso de seu material. A escolha logo soa tentadora, visto que os custos de manter um jornalista em outro país eram (e seguem sendo) demasiadamente mais altos do que comprar um texto pronto enviado por uma agência, a qual produz o mesmo relato

para uma centena de publicações de diversos países. Nesse contexto, as agências de notícia despontaram como forma de dar viabilidade econômica ao jornalismo internacional, uma vez que permitiram dispensar a necessidade de um correspondente físico no local em que determinado acontecimento se desenrolava.

Matta (1980) aponta dois protagonistas no surgimento das agências internacionais de notícias da forma como conhecemos hoje. Uma é o francês Charles Havas, que organizou em 1825 um escritório de notícias para assinantes individuais. Ao notar que a expansão da imprensa, relativamente alta e a baixo custo, aumentava a demanda de notícias, ele criou em 1835 a agência Havas, posteriormente *AFP – Agence France Press*. A AFP tinha correspondentes em diversas capitais europeias para reunir notícias a serem vendidas a diplomatas e empreendedores. O outro nome relevante é o de Julius Reuter, alemão naturalizado britânico e empregado de Havas. Em 1851, instalou-se em Londres com a agência *Reuters* e prestou serviços a diversos jornais do Reino Unido (HESTER, 1980).

A partir da segunda metade do século XIX, trens e cabos de telégrafo começaram a ser instalados na Europa, o que ajuda a diminuir o tempo e os custos de deslocamento das notícias – um prelúdio da globalização de hoje. Essas novas tecnologias na transmissão das notícias, que influenciaram na rapidez das transmissões de jornais e revistas, impactaram imensamente a forma de se veicular a informação. Surge uma terceira agência também importante na história do jornalismo internacional: a alemã Wolff, criada em 1849 por Bernard Wolff, o qual também havia trabalhado com Charles Havas. É a Wolff que, cem anos depois, dá origem à *Deutsche Presse-Agentur* (DPA), atual agência nacional da Alemanha. Primeiramente, a Wolff atendia a Alemanha e Europa do Norte. Tal cobertura não era por acaso. Matta (1980) afirma que desde a metade do século XIX houve uma forte competição no mercado de informações da Europa entre essas três agências. Para resolver a situação, as empresas acordaram, em forma de cartel, ficar com "porções" do globo terrestre a fim de dividir os territórios que receberiam a cobertura noticiosa. Os Estados Unidos, no entanto, logo despontam como um mercado promissor, de onde surge uma cooperativa de vários editores de jornais, os quais formam a *Associated Press*, que entra no cartel das agências europeias. Uma nova divisão é feita em acordo entre as quatro empresas. Wolff ficava com Áustria, países escandinavos e Rússia. Reuter cuidava do Império Britânico e do Extremo Oriente. Havas explorava o Império Francês, Suíça, Itália, Espanha e Portugal. A *Associated Press*, de Nova York, cuidava dos Estados Unidos e permutaria informações com as agências europeias.

Posteriormente, a *United Press* (precursora da *United Press International*) surge em 1907 para fazer frente ao cartel americano-europeu. A UP absorve outra cadeia de notícias, a *International News Service*, e funda a *United Press Internacional* (UPI), que entrou em declínio dos anos 1980 a 2000 e foi comprada por um líder evangélico coreano. Lembramos, junto com Marthoz (2008), as três agências com mais prestígio internacional atualmente. A *Associated Press*, bastante americana, a *Reuters*, ativa na Comunidade de Nações e focada na informação financeira internacional, dispondo de 2400 jornalistas espalhados em 196 escritórios, e a *Agence France Press*, que cobre mais particularmente a África francófona e é presente em 165 países. Cada uma das agências, quando do seu surgimento, recebeu o apoio político do governo de seu país de origem e, de certa forma, depende deles ainda hoje.

> A história das agências segue os caminhos do colonialismo. Quer dizer, a Reuters, que é inglesa, sempre foi mais forte em relação à Ásia e à África. Por quê? Porque o colonialismo inglês sempre foi mais forte nestas áreas do globo. A *France Press* se projetou na direção das áreas onde era forte a influência francesa, na América Latina inclusive. Digamos que não é exatamente colonialista, mas onde a influência cultural francesa é ou foi muito forte. Então, as agências, em suas origens, acompanharam os interesses coloniais das potências daquela época (CARLOS *apud* AGUIAR, 2008, p. 29).[18]

Acrescentamos ainda ao rol das agências eminentes, de acordo com Aguiar (2008), a norte-americana *Bloomberg*, a espanhola EFE, a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA), a russa *Telefranfnoe Agentstvo Sovestkogo Soiuza* (ITAR-TASS), a japonesa Kyodo e a chinesa *Xinhua*. Em comum entre as agências está o relato o mais imparcial possível, para que as notícias possam ser compradas por jornais do mundo inteiro de posições políticas opostas.

Bomfim (2012), Aguiar (2008) e Natali (2004) alertam para a variedade de assuntos que a editoria de internacional abrange. A rigor, quaisquer assuntos que envolvam outros países entram em jornalismo internacional. Segundo Aguiar (2008), o jornalismo internacional envolve diversas questões uma vez que as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura etc. Importante ressaltar é que o ambiente internacional não é a realidade da maioria das pessoas. O ser humano se interessa mais por aquilo que faz parte de seu universo corpóreo, aquilo que pode testemunhar com seus sentidos ou aquilo que envolve alguém próximo a ele. Entra aqui mais uma vez a noção dos valores-notícia de Traquina (2002), segundo o qual questões como a proximidade e a relevância do acontecimento tornam eventos mais noticiáveis do que outros.

[18] Newton Carlos, entrevista a Antony Devalle Maria Aparecida Costa (Uerj), 8/5/2002.

No caso do *Le Monde Diplomatique Brasil*, a França é um país relevante por questões concernentes à origem da própria publicação, o que a motiva a aparecer em todas as publicações da revista. Alguns assuntos, no entanto, são mais recorrentes.

> Guerras são, em princípio, importantes, embora algumas tenham visibilidade maior que as outras. [...] Eleições em países vizinhos ao Brasil ou influentes em termos mundiais são importantes também, como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Bolívia, Reino Unido, Venezuela, França ou Rússia. Epidemias, com seus efeitos humanos, demográficos e econômicos estão sempre na pauta. Há ainda essa imprevisibilidade que comove e que são as inesperadas tragédias (NATALI, 2004, p. 13).

O jornalismo internacional lida, essencialmente, com o Outro de uma cultura distinta da do público-leitor. O que importa é a ordem geográfica do local em questão, definida pelas fronteiras físicas do Estado (BOMFIM, 2012). Vale lembrar que os países e as identidades nacionais são discursos construídos, crenças que vão dividir o planeta Terra em regiões distintas. Tais discursos serão abordados mais adiante. Por agora, ressaltamos que a nação de onde surge esse Outro, conforme Hall (1998) e Bauman (1998), constitui-se a partir da identificação dos cidadãos com o próprio aparelho estatal que os agrupa. Para ser brasileiro, preciso reconhecer a instituição simbólica que é o Estado do Brasil (uma vez que ele não existe concretamente, é uma abstração) e reconhecer sua importância no agrupamento e regulamento da população brasileira. O Estado congrega interesses, certamente, e é dotado de força para aplicar as regras às quais a população se subscreve. Aliado a isso, cristaliza a identidade do povo. E age com base na confiança que o povo lhe destina a partir da ideia de que as decisões tomadas serão positivas para toda a comunidade. Na constituição dessa identidade simbólica, Bomfim (2012) lembra também da importância da mídia no cultivo do imaginário de uma nação.

> Como a organização midiática ocupa lugar de destaque para a organização social, pela veiculação de formas simbólicas representativas culturalmente para os indivíduos, entende-se o jornalismo como uma das principais referências na construção social da realidade contemporânea (BOMFIM, 2012, p. 31).

O cuidado com objeto de notícia é ainda mais delicado quando se trata de fatos internacionais, porque em último caso é a partir do texto que o leitor vai formar uma opinião a respeito da cultura do local em que o evento acontece. Assim, artigos no *Le Monde Diplomatique Brasil* atuam no imaginário do leitor brasileiro e constroem uma impressão do que está envolvido na França e na identidade de um francês. No artigo *Xenofobia em nome do Estado de bem-estar social* (dezembro 2013, p. 14-15), por exemplo, o público se depara com

uma análise de como o Estado francês busca localizar estrangeiros que estariam abusando dos benefícios sociais aos desassistidos. O texto expõe e invalida um argumento em voga na sociedade francesa segundo o qual o governo gastaria demais com imigrantes em detrimento dos autóctones, que deveriam ter prioridade nas benesses do Estado. O leitor, assim, interpreta uma informação forte: a xenofobia faz parte da sociedade francesa. Assim, "como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica" (BOMFIM, 2012, p. 33). Por meio da cobertura noticiosa, o jornalismo internacional vai fazer a ponte entre o país distante, o Outro (que aciona os sentimentos mais profundos de desconhecimento, curiosidade, medo, expectativa) e o leitor/espectador/ouvinte. E, assim, traz ao indivíduo sentidos a respeito do assunto tratado.

> Muito poucas pessoas têm experiências pessoais com outros países, mas as notícias mundiais chegam a todos, e seus efeitos são tanto maiores porque isto é feito com regularidade, ubiqüidade e perseverança. Para a maioria absoluta das pessoas, sua visão de mundo e as interpretações sobre ele provêm principalmente das notícias internacionais. E, ao definir e interpretar a realidade, também definem os limites possíveis da realidade: não se pode fazer nada sobre o que não se conhece (SALINAS[19] *apud* AGUIAR, 2008, p. 20).

A explosão de informações decorrente da globalização traz uma enxurrada de dados a respeito de questões que nunca antes poderíamos imaginar que travaríamos contato. Nesse sentido, e de acordo com os editores do *Le Monde Diplomatique*, "graças aos meios de comunicação modernos, e notadamente à Internet [...], as redes mundiais podem facilmente criar, mobilizar e agir" (GRESH[20] *apud* MARTHOZ, 2008, p. 14, tradução minha)[21]. No entanto, é importante ressaltar que a mundialização da informação não é sinônimo de uniformização da informação. Sempre há obstáculos no trânsito mensageiro.

> Não somente cada processo avança a uma velocidade que lhe é própria, mas ainda é possível encontrar resistências, ser pego em uma dinâmica de sincretismo, ver repercutir e inverter a direção do processo. Simplesmente não se pode considerar os países e as culturas como receptores passivos, presas de um processo de mundialização único e vindo de fora. Nesse sentido, é necessário distinguir bem entre mundialização da difusão da informação e mundialização de sua recepção... Para que uma informação realmente mundializada possa existir, seria preciso que a homogeneidade do discurso de emissão encontrasse uma homogeneidade paralela do sistema de recepção. Ora, não apenas essa audiência está longe de ser constituída,

[19] SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo**. Quito: The Quito Times, 1984.
[20] GRESH, Alain. **Recréer l'internationalisme**, Manière de voir 41, Le Monde diplomatique**,** septembre-octobre 1998, p. 96-97.
[21] Original: "Grâce aux moyens de communication modernes, et notamment à Internet [...], des réseaux mondiaux peuvent facilement se créer, mobiliser, agir".

> mas ela manifesta uma resistência particularmente viva a toda homogeneização (SEMPRINI[22] *apud* MARTHOZ, 2008, p. 15, tradução minha)[23].

Ressaltamos, portanto, que a editoria de jornalismo internacional aproxima o leitor a regiões distintas, apesar da distância espaço-temporal. Filiamo-nos à teoria construcionista exposta no capítulo anterior, segundo a qual o jornalismo é uma forma de conhecimento que medeia realidade e população. O relato dos textos de internacional, portanto, seguem a mesma lógica: trazem ao leitor uma leitura de determinada realidade segundo a visão do autor do texto. No caso do *Le Monde Diplomatique Brasil*, os artigos sobre a França trazem uma – dentre tantas - leitura acerca do país. Ao longo deste trabalho, explicitaremos que tipo de visão é essa – afinal, quais os sentidos trazidos pelo jornal a respeito da França?

3.4 A opinião no jornalismo e o artigo como gênero jornalístico

Visto que nosso *corpus* de pesquisa é composto por artigos opinativos do *Le Monde Diplomatique Brasil*, vamos discutir brevemente alguns conceitos-chave sobre jornalismo opinativo para analisar os textos selecionados. Dois autores brasileiros trazem grande contribuição à discussão: Melo (1985) e Beltrão (1980)[24]. Melo vai nos dizer que o jornalismo francês tem foco opinativo ao promover debates, levar discussões e contribuir ativamente do cenário político. Podemos observar que o LMDB se insere nessa conjuntura na medida em que adota um posicionamento mais à esquerda política quanto ao conteúdo. Não há uma suposta isenção, uma vez que o jornal se posiciona como altermundialista – isto é, prega uma alternativa à mundialização neoliberal.

---

[22] SEMPRINI, Andrea. **CNN et la mondialisation de l'imaginair.** Paris, CNRS Éditions, 2000.

[23] Original: "Non seulement chaque processus avance à une vitesse qui lui est propre, mais encore il peut rencontrer des résistances, être pris dans une dynamique de syncrétisme, voire rejaillir et inverser la direction du processus. On ne saurait considérer les pays et les cultures comme des récepteurs passifs, des proies d'un processus de mondialisation unique et venu d'ailleurs. Dans ce sens, il faut bien distinguer entre mondialisation de la diffusion d'information et mondialisation de sa réception… Pour qu'une information réellement mondialisée puisse exister, il faudrait que l'homogénéité du discours d'émission rencontre une homogénéité parallèle des systèmes de réception. Or, non seulement cette audience est loin d'être constituée mais elle manifeste une résistance particulièrement vive à toute homogénéisation".

[24] Beltrão (1980) divide o Jornalismo em três gêneros: informativo (notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem), interpretativo (reportagem em profundidade) e opinativo. Tais classificações observam as funções do texto junto ao leitor de informar (jornalismo informativo), explicar (jornalismo interpretativo) e orientar (jornalismo opinativo). Quanto a Melo (1985), ele opta por dividir o jornalismo em duas categorias: informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista) e opinativo, ao levar em conta que o jornalismo pode ter duas grandes premissas: reproduzir o real ou ler o real, além de que, para alguns textos, existe um referencial externo à redação (como na notícia), enquanto que, para outro, o referencial está dentro da redação (como nos artigos, cujo conteúdo depende do articulista encerrado entre quatro paredes).

Concordamos com Melo (1985) quanto a refutar uma pretensa objetividade jornalística vista como neutralidade e imparcialidade. Como expusemos anteriormente, o jornalista está imerso em um contexto sócio-histórico e exerce uma atividade de rememoração, refletindo, consequentemente, uma compreensão da realidade permeada pelo seu olhar e ligada às contradições presentes na sociedade. Vemos como impossível, portanto, alegar que o profissional não emprega sua individualidade e expressividade na hora de produzir um texto. "A opinião também aparece na hierarquização da informação, na definição do que é ou não notícia nas reuniões de pauta, no enquadramento dado no relato de um acontecimento e mesmo na escolha de determinadas palavras em prol de outras" (MELO, 1985, p. 67).

Para Beltrão (1980), a opinião é um ato individual desenvolvido dentro de um grupo – existe, portanto, a necessidade de uma interação comunicacional entre duas ou mais pessoas. Esse ato consistiria na transmissão de ideias, fatos ou situações conflituantes, nas quais o ser humano exprime seu juízo a respeito. No entanto, nem todo assunto é suscetível à expressão de opinião. "É necessário que o objeto seja *questionável*, isto é, dê margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente possíveis. Quando o objeto não comporta diferentes faces, não há lugar para a opinião" (BELTRÃO, 1980, p. 15, grifo do autor). Por conta disso, ninguém opina sobre a cor do céu ou sobre como a água sacia nossa sede. Concordamos com Beltrão quando ele diz que "quando a *opinião é exclusiva ou única se desvanece como tal"* (BELTRÃO, 1980, p. 15, grifo do autor).

O jornalismo, como campo de circulação de sentidos, também vai expressar a opinião de autores e atores sociais. Nos jornais, a opinião vai ser "o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a mensagem é dirigida" (BELTRÃO, 1980, p. 13). Os jornais, afirma o autor, vão veicular três tipos específicos de opinião: a do editor, a do jornalista e a do leitor, que juntas vão personificar o conceito de "opinião pública"[25].

Se o jornalismo opinativo é capaz de mobilizar a opinião pública, precisamos entender suas próprias classificações. Beltrão (1980) divide o gênero em cinco categorias: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Para ele, essa divisão leva em conta o

[25] Lembramos que o próprio significado do termo "opinião pública" é difuso. Beltrão (1980) define como a consciência histórica de uma coletividade a respeito de um acontecimento, ideia ou situação de interesse de todos os membros que, em um momento dado, lançam um juízo acerca do assunto e tomam uma posição a respeito. Mas essa opinião pública, uma vez exposta, também orienta os membros da comunidade a respeito dos juízos expostos sobre o assunto. Por conta disso, a opinião é sempre instável, porque circula entre vários indivíduos. Não discutiremos o conceito mais profundamente por conta das limitações de uma monografia, mas sugerimos a leitura do livro *Opinião Pública (LIPPMAN, Walter. Vozes: 2008)*

fato de que tais gêneros se assentam na opinião do autor acerca de dado acontecimento da realidade, o que os difere de reportagens ou notícias. Quanto a Melo (1985), o jornalismo opinativo se divide em oito categorias: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Ele ainda acrescenta que a classificação dos tipos de jornalismo opinativo depende, também, dos polos produtores do texto. A opinião da empresa, além de aparecer na linha editorial que guia a lida diária da empresa, tem lugar reservado no editorial. A opinião do jornalista, no comentário, na resenha, na coluna, na crônica, na caricatura e, eventualmente, no artigo. O colaborador, no artigo. O leitor, na carta.

Vamos nos ater ao espaço opinativo do artigo, que é o tipo de texto analisado no *corpus* da presente pesquisa. Para Melo (1985), o artigo não tem frequência, tendo portanto uma publicação aleatória, suscetível à pauta em voga na comunidade. A abordagem do tema depende da competência do autor (também chamado de articulista) – quanto mais especialista for no assunto, mais reflexões ele vai trazer à discussão. Beltrão (1980) delimita que o artigo deve ter título, introdução, discussão/argumentação e conclusão. Para ele, os articulistas são pensadores, escritores e especialistas que vão divulgar pontos de vista capazes de mobilizar a opinião pública em torno de determinado assunto.

Apesar de os autores serem convidados, isso não ocorre aleatoriamente: são oriundos de diversos sistemas peritos, em geral eles detêm algum prestígio no seu metiê e um capital social que lhes confere autoridade para versar sobre o assunto de seu texto. Por terem prazos mais flexíveis e não viverem o caos da redação, os articulistas conseguem trazer novos prismas e podem trazer uma análise mais profunda acerca do sujeito analisado. Ressaltamos, é claro, que não necessariamente a opinião do texto vai ao encontro àquela do editor ou da empresa jornalística. No entanto, em alguma medida a opinião do autor é relevante e relevada, senão sua presença não seria requisitada no jornal.

Quanto à forma, Melo (1985) tipifica o artigo de duas formas: o artigo propriamente dito e o ensaio. Enquanto o artigo é um ensaio curto e tem julgamentos relativamente provisórios por ser escrito no desenrolar dos fatos, o ensaio é um artigo longo, traz um entendimento mais definitivo sobre o acontecimento e uma visão mais sistêmica. Do ponto de vista da finalidade, Melo (1985) divide o artigo também em dois tipos: doutrinário e científico. O doutrinário analisa uma questão da atualidade e sugere ao leitor uma maneira de vê-la. Já o artigo científico versa sobre uma descoberta da ciência. Este tipo ainda é subdividido em outras duas formas: o artigo de divulgação, para popularizar uma nova descoberta, e o artigo educativo, que busca convencer o leitor a adotar uma descoberta da

ciência. Avaliamos que os artigos do LMDB são doutrinários, uma vez que expressam uma realidade e sugerem e/ou criticam uma maneira de encará-la.

Martín Vivaldi (1973) defende que o artigo exige essencialmente atualidade, podendo ser sobre uma gama de assuntos, e opinião, não podendo ser dissimulada na argumentação, mas explícita ao leitor.

Quanto à importância do artigo, concordamos com Melo (1985, p. 122), segundo o qual

> o artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

Dentre todas as classificações no jornalismo opinativo, vemos o artigo como gênero mais versátil e capaz de ter mais força em mobilizar a sociedade em prol de uma causa. O artigo também é o texto que conta com maior diversidade de autores – uma vez que os convidados variam de acordo com o tema que está em pauta na comunidade -, o que implica uma maior variedade e novidade no debate público. O *Le Monde Diplomatique Brasil* é um exemplo disso: mensalmente, seus artigos versam sobre temáticas distintas. O *corpus* da presente pesquisa, que consiste em nove meses, conta com textos sobre poluição sonora, xenofobia, design sonoro e cercas em propriedades privadas, o que evidencia a versatilidade do jornal.

Ressaltamos que o LMDB oferece outros textos além de artigos opinativos, como reportagens, por exemplo. No entanto, nossos *corpus* é estruturado pelos textos classificados como artigos. Para nomear dessa, forma, foram levados em conta os elementos teóricos de jornalismo opinativo e também a classificação que o jornal usa, já que no site do LMDB os textos constam na cartola "ARTIGO".

Também lembramos que alguns autores se repetem sempre: toda edição tem um artigo de Serge Halimi, editor-chefe do *Le Monde Diplomatique*, e de Silvio Caccia Bava, editor-chefe do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Além disso, outros autores aparecem diversas vezes ao longo das edições. Vemos essa repetição como um aval do LMDB, na medida em que autoriza os articulistas a publicarem suas ideias e a veicularem seus argumentos frequentemente na publicação. Consequentemente, em alguma medida o jornal concorda com seus discursos – caso contrário os autores não seria convocados a escrever novamente. Se os autores e seus lugares de fala são respeitados e publicam frequentemente no LMDB, é porque

o jornal, no mínimo, não acha as ideias dos articulistas absurdas. Nesse sentido, os discursos dos autores e do jornal se cruzam e se reforçam.

Após trabalhar a opinião no jornalismo e compreender como esse gênero é inserido no LMDB, discutiremos a metodologia da Análise do Discurso e passaremos à análise do *corpus* da pesquisa.

4. O DISCURSO DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL* SOBRE A FRANÇA

4.1 Análise do Discurso (AD)

Apesar de já termos defendido, nos primeiros capítulos, o jornalismo como forma de conhecimento (portanto discurso sobre a realidade) e de termos estudado o contrato de comunicação no campo com base em Charaudeau (2007), vamos nos ater novamente ao discurso por acreditarmos ser fundamental delinear alguns conceitos a fim de passarmos à efetiva análise do *corpus* da presente pesquisa. Trabalharemos com os estudos de Orlandi (2007a, 2007b), Benetti (2007), Foucault (2012) e Pêcheux (2010).

Na Análise do Discurso (AD), a linguagem não é tomada apenas como instrumento de comunicação, mas como mediação e trabalho simbólico (ORLANDI, 2007b). Ela é incompletude, mas também intermédio necessário entre o homem e a realidade. Assim, cada dizer é ideologicamente marcado e é na língua que a ideologia se materializa. Ela nos abraça desde nosso nascimento e determina as regras com base nas quais nos expressaremos. "Não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, à sua opacidade. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político" (ORLANDI, 2007a, p. 9).

Por conta dessa compreensão, a AD vai se preocupar com a relação estabelecida pela língua com os sujeitos que falam e as situações nas quais eles se situam e produzem seus discursos. Entretanto, tal ideologia nunca está precisamente nas palavras, mas aquém e além delas. Não há verdade oculta atrás do texto, o discurso não está dado na tessitura, mas inserido na relação entre os sujeitos interlocutores (PÊCHEUX, 2010; BENETTI, 2007; ORLANDI, 2007a). Esse discurso se apresenta por meio da **paráfrase**, que representa a repetição e a estabilização - e, portanto, a matriz do sentido, pois o mesmo não há sem repetição. Como aponta Ferreira (2001), é o processo parafrástico que permite ao sujeito, ao proferir um discurso, recuperar um dizer que já está estabelecido e o reformule, abrindo espaço para o novo. O analista de discurso, assim, trabalha buscando as regularidades dentre certo número de enunciados espalhados num sistema de dispersão ao longo dos textos. Ao analisar a paráfrase do discurso, a AD vai ajudar a entender o homem e a sua história ao compreender como a língua trabalha simbolicamente.

Além da linguagem, ao vir ao mundo o homem é atingido por uma série de sistemas simbólicos que irão determinar – e delimitar – sua forma de expressar, interagir e visualizar a

realidade (é daí que Foucault vai trazer sua tese de que nossa sociedade dispõe de discursos que regulam nosso corpo, nossa sexualidade, nossos saberes). Esses sistemas simbólicos, na AD, recebem o nome de **formação ideológica** (FI), que é a ideologia e a interpretação de discurso em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história e seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, portanto, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo (ORLANDI, 2007b). Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, uma vez que qualquer indivíduo está submetido ao contexto histórico de sua época, que lhe provê determinadas interpretações em acordo com o seu tempo. Concordamos com Orlandi (2007a) quanto à noção de que, quando nascemos, os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós, o que não quer dizer que não exista singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas.

Podemos falar somente na perspectiva do dizível – isto é, costurar o presente a partir de conjurações do passado, comunicarmo-nos com o que a língua e a história nos proporcionaram até o momento do enunciado. "Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)" (ORLANDI, 2007a, p. 33). Em virtude disso, o discurso está sempre relacionado a uma exterioridade, a um passado, ao que é chamado de **memória discursiva**. Isto é, um enunciado está sempre conectado a outros enunciados, ao já dito e ao não dito, uma vez que, para dizer algo, entro em relação com o que foi dito no passado e com o que foi silenciado. Lembramos que jamais, em um enunciado, daremos conta da completude: ora, como falar de todos os sentidos do mundo quando falo do mundo? Por conta disso, jogamos com silêncios e os silêncios jogam conosco.

Assim, sob a perspectiva da AD, é impossível dissociar o discurso do tempo histórico (PÊCHEUX, 2010). Nenhum dizer surge à parte do passado e de suas consequentes limitações. De outra forma, como poderíamos, por exemplo, falar da identidade da França sem pensar na Revolução Francesa? O passado, no discurso, está o tempo todo sendo acionado, de tal forma que um enunciado surge de outros enunciados e aponta para outros enunciados.

> Tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele "orquestra" os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era

> alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 2010, p. 76, grifos do autor).

Nisso, o **interdiscurso** adquire importância fundamental, pois sustenta cada tomada de palavra e se refere ao conjunto de formulações feitas e já esquecidas e que passa a fazer parte do anonimato (ORLANDI, 2007a). A partir desse entendimento, o discurso jornalístico não é apenas o que ele veicula. É preciso relacioná-lo com outros discursos e colocar essa inter-relação em evidência, uma vez que um discurso está sempre a negar, endossar, silenciar etc. outros discursos.

As formações ideológicas são representadas no discurso pela **formação discursiva** (FD). Esse conceito pode ser definido como "aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito" (ORLANDI, 2007a, p. 43). Conforme Foucault (2012), trata-se de uma regularidade entre os tipos de enunciação espalhados em um sistema de enunciados. Haverá, necessariamente, uma relação com o interdiscurso, pois há o reenvio à memória discursiva.

No entanto, lembramos, junto com Orlandi (2007b), que não são os traços sociológicos empíricos que são os protagonistas no discurso, mas sim os sentidos suscitados no imaginário a partir das relações sociais. Assim, o médico, mais do que apenas ter a responsabilidade de cuidar do nosso corpo e prescrever tratamentos, também pode fornecer sentidos a respeito de como, ao fazê-lo, também regula – e controla - esse mesmo corpo, como cristaliza figura paternal no trato com os pacientes, como adota o discurso do sábio para aconselhar, como se dota de uma autoridade e se insere em um discurso medicinal que regula nosso cotidiano e mesmo nossa sexualidade. Da mesma forma, um texto que coloque em cena a vida de um morador de rua também pode suscitar sentidos que lhe incutam a figura do perigo – e não apenas de alguém que tem as calçadas como lar.

Esse fenômeno se instala porque no momento de uma interação social, cada interlocutor atribui a si e ao outro uma imagem e um lugar de fala. Por conta disso, Orlandi (2007a) afirma que há um leitor ideal imaginado pelo escritor: no nosso caso, observamos que quem edita o LMDB pressupõe que o público domina questões de atualidade sobre relações internacionais, política brasileira e europeia, economia etc. Da mesma forma, o leitor atribui uma imagem ao interlocutor e se questiona quem é o outro (o jornal) para lhe falar dessa forma, quem é ele mesmo (leitor) para lhe escutar e assim por diante (PÊCHEUX, 2010).

A forma como percebemos o outro influencia também a apreensão do discurso. Se confio credibilidade ao enunciador, ponho-me mais receptivo aos seus argumentos. Em

contrapartida, se o considero pouco instruído, irei me sentir mais à vontade para refutar determinados argumentos. Assim, quando o jornalismo enuncia, o faz para o leitor que imagina e acaba indicando o lugar em que o leitor real deve (ou deveria) se posicionar para interpretar (BENETTI; REGINATO, 2013).

A importância do lugar de fala surge porque, conforme Foucault (2012), todas as relações sociais são de poder. Portanto, há uma relação de forças no discurso e o lugar de fala do enunciador é relevante na compreensão do seu enunciado. Sendo assim, um doutor em Ciências Sociais terá mais autoridade em analisar a política europeia do que um dançarino, visto que aquele adquiriu credibilidade em virtude dos anos de estudo dedicados ao assunto. Seu título de doutor (do latim *doctor, doctóris*, mestre, o preceptor, o que ensina) o autoriza a ter, assim, um lugar de fala que lhe é reservado.

> O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia susposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2012, p. 37).

Esse lugar de fala, conforme Orlandi (2009), é referência nas relações de poder. Para chegar nesse lugar, o doutor em Ciências Sociais passou por rituais de exclusividade: cursou uma graduação, mestrado e doutorado, o que lhe garantiu status e a confiança perante o interlocutor. Portanto, todo discurso é, também, demonstração de poder, uma vez que é controlado e organizado conforme regras que lhe são próprias.

Por conta desse entendimento, ressaltamos que não pretendemos chegar a uma interpretação final e estanque sobre os sentidos. O que buscamos é entender *como* os textos do LMDB significam em vez de *o quê* querem dizer. Assim, temos consciência de que a AD é um trabalho de desconstrução de discursos no qual o analista se posiciona em relação aos sentidos propostos pelo texto. Uma análise nunca será igual à outra pois cada pesquisa é única, uma vez que cada pesquisador é, como argumenta Foucault (2012), atravessado e constrangido por outros diversos discursos, cada qual com sua parcela de contribuição na construção da instável identidade do indivíduo. Além disso, cada pesquisador vai mobilizar conceitos que outro não mobilizaria, vai fazer uso de determinado dispositivo analítico na formulação de determinada questão com base na qual fará sua busca. Entretanto, o movimento interpretativo não é caótico: os sentidos oferecidos pelos textos limitam as interpretações, o que impede, por exemplo, que digamos que o céu ficou verde hoje quando ele ficou, de fato,

azul. Além disso, o arcabouço teórico vai ser o mesmo – a saber, a teoria da Análise do Discurso.

Utilizaremos tal arcabouço para, a seguir, analisar o *corpus* da presente pesquisa.

4.2 *Corpus*

Na tentativa de compreender o discurso da imprensa sobre a França, escolhemos o *Le Monde Diplomatique Brasil* por acreditar que o jornal, por ser uma versão brasileira de uma matriz francesa, ofereceria sentidos para o leitor do Brasil a respeito do que é a França hoje. Como dissemos anteriormente, 60% dos artigos são importados *ipsis litteris* da França e traduzidos para o português brasileiro. Partimos do pressuposto de que, ao selecionar para publicação na versão brasileira determinados artigos em prol de outros para o público brasileiro, o LMDB elencaria assuntos que seriam, portanto, *pertinentes* ao leitor daqui. A partir da imagem que o LMDB tem do seu público e da imagem que ele tem do próprio espaço que ocupa enquanto publicação jornalística, o jornal assume o lugar de classificar a pertinência desses assuntos para representar a França. O esforço desta monografia é entender os sentidos a respeito da França oferecidos ao leitor a partir da análise do discurso da publicação.

No nosso recorte, selecionamos nove meses de publicação (por ter caráter mensal, nove edições, portanto), de agosto de 2013 a maio de 2014. Após ler cada um dos nove jornais, selecionamos os artigos nos quais a França é retratada como um dos atores do fato relatado. Chegamos ao total de 16 artigos, que abordam questões de política, economia e comportamento. Vejamos a tabela a seguir que mostra o nosso *corpus*:

Título	Autor	Edição	Página(s)
T1 Sair do euro, mas como?	Frédéric Lordon	n° 73/ Ago 2013	29-31
T2 Marketing sonoro invade as cidades	Juliette Volcler	n° 73/ Ago 2013	36-37
T3 O duplo castigo das mulheres	Christiane Marty	n° 74/ Set 2013	14-15
T4 Arame farpado: ferramenta rudimentar mas ainda eficaz	Olivier Razac	n° 74/ Set 2013	32-33
T5 Possuir ou partilhar?	Martin Denoun e Geoffroy Valadon	n° 75/ Out 2013	34-35
T6 Agonia silenciosa da	Vincent Munié	n° 76 / Nov 2013	28-29

República Centro-Africana			
T7 Xenofobia em nome do Estado de bem-estar social	Alexis Spire	n° 77/ Dez 2013	14-15
T8 Fracasso da União Europeia na Palestina	Laurence Bernard	n° 77/ Dez 2013	22-23
T9 No tempo dos levantes	Serge Halimi (diretor LMD)	n° 78/ Jan 2014	4
T10 Os censores e os celerados	Serge Halimi (diretor LMD)	n° 79/ Fev 2014	11
T11 Na Europa, extremas direitas mutantes	Jean-Yves Camus	n° 80/ Mar 2014	18-19
T12 Front Nacional passa da demonização à fascinação	Éric Dupin	n° 80/ Mar 2014	22-23
T13 Trabalho terceirizado, trabalhadores acorrentados	Gilles Balbastre	n° 81/ Abr 2014	24-25
T14 O mito da invasão árabe-muçulmana	Raphaël Liogier	n° 82/ Mai 2014	18-19
T15 Abstenção deforma a política francesa	Céline Braconnier e Jean-Yves Dormagen	n° 82/ Mai 2014	21-22
T16 Causas justas, salários baixos	Fanny Darbus e Matthieu Hély	n° 82/ Mai 2014	38

Tabela 1: *Corpus* da pesquisa.

4.3 O discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre a França

No *corpus* da presente pesquisa, encontramos **243 Sequências Discursivas (SDs)** referentes à França. Tais sequências, encontradas nos 16 textos, reiteram sentidos acerca da França atual, em um movimento de paráfrase que permite a construção da identidade nacional do país para o leitor do LMDB. Isso porque toda identidade é uma teia discursiva, e o mesmo ocorre com a identidade nacional, como veremos a seguir.

Selecionado o *corpus*, o trabalho de análise começou ao destacarmos os núcleos discursivos que continham sentidos sobre a França. Destacamos as sequências discursivas encontradas e negritamos as palavras que davam sentido às formações discursivas (FDs). Lembramos, no entanto, que a Análise do Discurso não se foca apenas no texto e no sentido das palavras, mas busca o sentido do texto em relação ao interdiscurso. Além disso, por mais que nosso trabalho não faça uma análise quantitativa, acreditamos que o número demonstra a reiteração de sentidos em prol de determinada interpretação, expressando a hegemonia dos sentidos.

As 243 sequências discursivas foram agrupadas em duas grandes formações discursivas: **França retrocede (200 SDs)** e **França avança (45 SDs)[26].** Ao longo da análise, constatamos que o *Le Monde Diplomatique Brasil* é um jornal que se coloca como oposição ao governo, sobretudo quando este adota medidas neoliberais. Eventualmente, seus acertos são lembrados.

Na nossa leitura, o discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil* é dotado de significados porque aciona sentidos a respeito da identidade nacional do povo francês para o imaginário do povo brasileiro. A imprensa é um dos atores sociais que aciona a memória, ao fazer circular discursos sobre a identidade nacional e reafirmar os valores que fazem um indivíduo pertencer a uma nação. Ao se referir à imprensa e à sua influência em atrelar aos imigrantes afro-muçulmanos a imagem de um "Outro" na Europa, Resende (2014, p. 214) relega aos *mass media* o poder de formação educativa da população. "Juntas às narrativas de saber, as da mídia muito contribuíram para apartar geografias, disseminando sensos comuns e ativando, ao mesmo tempo, o processo de invenção do muçulmano como outro".

Mariani (1993), ao estudar como o discurso jornalístico constrói a memória, afirma que o jornalismo, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente, visto que capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade. Ou seja, lê o presente, organiza o futuro (debate as possíveis consequências do presente) e legitima o passado (isto é, a memória, durante a leitura do presente e futuro).

> No nosso entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado (MARIANI, 1993, p. 33).

Se a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso, o discurso jornalístico, como qualquer outra prática discursiva, remete a tal memória. O discurso dos jornais, enquanto integra uma sociedade e sua história, é também ele mesmo dotado de historicidade, uma vez que produz sentidos no imaginário de uma época ao mesmo tempo em que faz circular vozes desse imaginário. Entretanto, o jornalismo tem a tendência de retratar a história por meio de relatos simples, sobretudo o jornalismo diário, que tem mais dificuldade de contextualizar os fatos, seja pela pressão do tempo, seja pelo limite de caracteres/tempo de veiculação da notícia ou pelos próprios enquadramentos comumente adotados para tratar dos

[26] Cabe destacar que a soma das duas FDs separadamente geraria 245 SDs, em função de que duas SDs reforçam tanto o sentido da FD1 quanto da FD2. Portanto, o total de SDs ficou em 243.

fatos. Conforme Ribeiro (2010), o jornalismo trabalha com dicotomias, oposições binárias e estereótipos que reduzem os significados dos acontecimentos e simplificam as narrativas. Dessa forma, o jornalismo oferece oposições simplistas e dicotômicas como "nacional X estrangeiro", "autóctone X imigrante", "regional X nacional" e assim por diante. A ideia trabalhada é de um Outro desconhecido, e portanto ameaçador, pois que não podemos prever seus pensamentos, ações e reações.

> O modo binário de conferir sentidos às lutas político-culturais contribui, de maneira contundente, para a sedimentação de efeitos redutores e a explicação de ordens que justificam, na maioria das vezes, gestos provenientes dos que detêm o poder. [...] O paradoxal é que reduzir as culturas às suas diferenças ou supor a inteireza nas suas semelhanças – gestos de que são tomadas essas narrativas binárias – pode efetivamente reiterar a concepção de um mundo que hipoteticamente viveria, bem, suas diversidades (RESENDE, 2014, p. 214).

Esse modo binário de enxergar o mundo, acreditamos, é perigoso na medida em que simplifica identidades, que por si só são complexas. E, como diz Resende (2014), reforça distanciamentos e simplifica proximidades. No entanto, observamos que o *Le Monde Diplomatique Brasil* faz um movimento contrário. Os discursos em voga sobre a sociedade francesa são colocados em evidência, contextualizados, interpretados e há mesmo apontamentos quanto ao futuro. Também não foram encontrados estereótipos sobre a sociedade francesa, o que foi um dos achados da pesquisa: nossa hipótese inicial era que a construção discursiva elevaria a França a uma pátria republicana, que a identidade nacional do país fosse sobretudo exaltada. Na prática, depois da análise, descobrimos o contrário. No LMDB, a França é sobretudo criticada (foi a Formação Discursiva mais forte), o que talvez se explique pela posição editorial altermundialista adotada pelo jornal, segundo a qual é preciso alcançar uma outra forma de desenvolvimento que não seja a átir do neoliberalismo globalizante intolerante às culturas estrangeiras e regionais.

Veremos a seguir quais são as formações discursivas sobre a França propostas pelo *Le Monde Diplomatique Brasil.* Na análise, além do número do texto, evidenciado pela letra "T", colocamos o número da sequência discursiva, abreviada por "SD".

4.3.1 FD1: França retrocede

Encontramos **200 sequências discursivas** que apontam para uma França que retrocede em seu desenvolvimento, a partir da perspectiva do *Le Monde Diplomatique Brasil*. É a

formação discursiva mais forte no discurso. A crítica é focada em recortes de uma sociedade que se apresenta cada vez mais conservadora, corrupta e intolerante. São erros que a fazem entrar em crise e a deslocar-se de uma sociedade ideal buscada por todos. Esse movimento ocorre de diversas formas: quando a França adota posições político-econômicas dentro de um espectro neoliberal, quando os políticos não trabalham em benefício da população, quando há baixo crescimento econômico, quando há desigualdade de gênero na sociedade e as mulheres ganham menos do que os homens, quando o governo se mostra autoritário, quando a sociedade francesa se mostra politicamente desmobilizada, entre outras atitudes. Abaixo, seguem sequências discursivas que exemplificam nossa classificação:

> A **maternidade não é, contudo, a única causa de prejuízo** das pensões femininas: para as mulheres sem filhos, as aposentadorias são em média **19% mais baixas que as dos homens** (SD15, T3).
>
> O **distanciamento entre eleitos e eleitores** se deve, de um lado, à americanização da vida política francesa: **quase todos os partidos são meras máquinas eleitoreiras, cartéis de notáveis locais cuja única seiva militante é uma população envelhecida**. (SD96, T9)
>
> "Há quinze anos, a eleição do Parlamento europeu **mobiliza apenas uma minoria do eleitorado**. **O aumento da abstenção tornou-se um fenômeno marcante da vida democrática francesa**" (SD195, T15)
>
> Ganhar a vida servindo a um ideal: esse sonho conduz os empregados de associações e cooperativas **a aceitar, com frequência, a precarização e uma remuneração modesta.** (SD229, T16)

O discurso do LMDB aponta que na esfera comportamental, política e econômica a França vai mal. Apesar de Paris ter um sistema mundialmente reconhecido de aluguel de bicicletas, que facilita seu uso por toda a cidade graças a uma malha cicloviária bem estruturada, percebe-se que o aluguel serve mais para evitar o uso de transporte coletivo do que para deixar o carro na garagem. Isso demonstra uma motivação individualista da sociedade francesa. A constatação não deixa de ser uma decepção, uma vez que arquitetos e urbanistas promovem o discurso cicloviário para enfraquecer o discurso da supremacia do carro nas grandes cidades.

> **Mesmo a frota dos Autolib**, colocada em ação pela prefeitura de Paris com o grupo Bolloré no mesmo modelo do Vélib [Vélib é um sistema de empréstimo de bicicletas mediante um valor simbólico, da prefeitura de Paris; Autolib segue seu modelo, emprestando pequenos carros elétricos] **substitui o transporte coletivo mais do que permite a diminuição dos carros**. (SD40, T5)

A França, para o LMDB, passa por uma crise de valores, que influenciam toda a sociedade. Há corrupção ética, pensamento individualista e ganancioso.

> Essa **crise** de financiamento [crise econômica da França] advém das **múltiplas derrogações e exonerações concedidas aos mais poderosos**, além de todos os meios que estes colocam em ação para **fugir de suas obrigações**. (SD85, T7).
>
> No local [da visita surpresa do ministro do Interior a um local de trabalho, na expectativa de ver se as leis de terceirização estavam sendo bem aplicadas], alguns agentes do Estado ficam furiosos. A visita "surpresa" tinha sido anunciada... no dia anterior pela imprensa local. **Na data em questão, os empregadores aconselharam os trabalhadores italianos e portugueses a ficar em seus trailers**. (SD167, T13)

Vemos a crítica do jornal ao endurecimento das políticas governamentais em benefício do estrangeiro, cujo argumento é de que isso faz parte de um ajuste fiscal para salvar a economia francesa da crise. Sob a alegação de que o maior número de documentos é exigido do estrangeiro para o benefício de todos, esconde-se a retórica xenofóbica.

> Mais uma vez, encontramos o mesmo argumento [para o endurecimento das regras administrativas que controlam imigrantes] utilizado pelos diretores das CAF [*Caisse d'Allocation Familiaire,* responsável por conceder auxílio-financeiro aos necessitados] para obter o assentimento dos funcionários encarregados de operar essa máquina de punir beneficiários de renda mínima: **trata-se *simplesmente* de aprimorar a qualidade do serviço, a fim de melhor garantir o acesso aos benefícios para quem tem direito a** eles [ou seja, retórica xenófoba escondida**].** (SD73, T7, grifo nosso)
>
> A seção do programa da Frente Nacional (FN) na área da saúde explica as posições do partido assim: "Restaurar o equilíbrio das contas sociais, **dando prioridade aos franceses**... Estabelecer um **período de espera de um ano de residência contínua na França e contribuição, para acessar os benefícios da previdência social**; **eliminar a ajuda médica do Estado [AME] reservada aos imigrantes clandestinos**; criar um observatório dos direitos sociais dos estrangeiros e do uso das convenções bilaterais sobre atendimento à saúde; lutar contra fraudes e abusos". (SD56, T7)

Os sentidos construídos pelo LMDB apontam que, na política, a França também deixa a desejar. Políticas alinhadas a um espectro neoliberal, de diminuição da influência do Estado na economia, são criticadas:

> O seguro social concedido às mulheres que interrompem a carreira para cuidar dos filhos **tem sido cada vez menor**. Em 2009, passou de um ano para seis meses no setor público e, em 2009, de dois anos para um ano no setor privado. (SD20, T3)
>
> Essa retórica [estrangeiros em excesso pesando os cofres públicos] prospera no **terreno das "reformas do Estado**", que, sob o pretexto da racionalização e da luta contra a fraude, **criam ao mesmo tempo uma insegurança interna**, sentida pelos assalariados fragilizados em suas condições de vida e de trabalho, e **uma insegurança social generalizada**, que se concretiza no enfraquecimento da proteção social". (SD54, T7)
>
> Em suma [o argumento governamental é de que], **assalariados ganhando pouco** ajudarão seus patrões – inclusive os gigantes da distribuição, que **não enfrentam nenhuma concorrência internacional e vergam ao peso de seus lucros** (SD124, T9)

A relação amistosa a nível internacional com governos ditatoriais incomoda o *Le Monde Diplomatique Brasil*, que constrói um discurso de que a França peca ao colocar-se próxima a governos criticados internacionalmente por seu autoritarismo. Isso ocorre também na linha do tempo da história da República Centro-africana, quando o LMDB enfatiza a posição individual da França como único governo ocidental presente na posse de um ditador africano.

> À frente de regimes autoritários, **os dois chefes de Estado [do Congo e do Chade] são aliados históricos de Paris** (SD45, T6)
>
> 4 de dezembro de 1977: Bokassa [ditador africano] é coroado imperador na presença do ministro francês da Cooperação, **único governo ocidental representado** (SD46, T6).

Ora, se a França concorda com práticas autoritárias, não seria ela também autoritária? É o que o jornal parece dizer, ao sinalizar que o país é cada vez mais opressor:

> Em janeiro, a França **proibiu** a título preventivo várias reuniões e **espetáculos julgados contrários** "ao respeito devido à dignidade da pessoa humana". (SD136, T10)
>
> Elevando-se contra as tiradas antissemitas de Dieudonné [comediante francês acusado de criar piadas antissemitas], que **"não é mais um comediante"** e cujo esforço **"não mais destaca a criação"**, Manuel Valls, ministro do Interior, **ameaçou**: "Não quero eliminar nenhuma possibilidade, aí incluído um **endurecimento** da lei". (SD137, T10)
>
> Mas **um Estado democrático não deve aceitar sem estremecer** que o ministro responsável pela polícia julgue, na sua essência, o humor e a criação – inclusive quando ambos estão ausentes [sobre o humor antissemita de Dieudonné]. (SD243, T10).
>
> **Sabe-se que os ministros da Defesa preocupam-se mais com a ordem e a segurança que com as liberdades**. Cada ameaça os encoraja a **exigir uma nova parafernália repressiva** que reunirá em torno deles uma população inquieta ou escandalizada. (SD135, T10)

Ao falar sobre a censura no país, o jornal argumenta que o governo busca evitar a discriminação entre os cidadãos franceses. Entretanto, adota políticas autoritárias para colocar em prática tal ideologia. O LMDB não concorda com tais políticas, como vemos pelo uso de aspas quando da exposição do argumento governamental de respeitar "a dignidade da pessoa humana". O uso de aspas promove uma distância entre texto e argumento e quebra sua incorporação na leitura, a partir do momento que sugere ao leitor que há algo de errado no discurso, que se está usando de ironia ou que se deve adotar uma metaleitura acerca do dito.

Para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, a França peca ao efetivar políticas de promoção à igualdade (SD139, T10). Ora, o ministro do Interior Manuel Valls, representante portanto do governo da França, profere uma "ameaça" de "endurecer" a lei que julga pessoas culpadas de

cometerem excessos quanto à liberdade de expressão. Por mais que seja um ideal republicano, a ideia é perigosa, pela ótica do jornal, como podemos ver na SD215, T10 ("um Estado democrático não deve aceitar sem estremecer"). Ou seja, apesar de concordar que Dieudonné, um comediante que faz piadas antissemitas, realmente profira falas equivocadas, o LMDB vê um viés autoritário do governo francês quanto à regularização de uma questão subjetiva – o humor. Para o jornal, um ministro da França julgar expressões de cidadãos é perigoso, na medida em que o político está à frente de uma organização que, além de exercer violência física, também exerce violência simbólica: a polícia. O Estado exerce coerção nos cidadãos e cristaliza o Poder em uma sociedade. Para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, empoderá-lo nesse assunto é um equívoco que faz a França retroceder.

Segundo a construção discursiva que estamos analisando, além de se desenhar autoritária, a França também falha na hora de efetivar direitos. A denúncia feita por um trabalhador estrangeiro escancara uma realidade: os direitos trabalhistas não estão sendo cumpridos da forma como deveriam – ao menos no Sul da França, onde o artigo denuncia canteiros de obras que contratam imigrantes de forma ilegal. As condições de trabalho, além de serem extenuantes (apesar das alegações dos imigrantes pobres que dependem do salário), também evidenciam a omissão do poder público.

> No dia seguinte, em torno das 17h30, **o mesmo balé retornou**, **mas no sentido contrário**. O que houve com as 35 horas regulamentares? Um operário português ousou responder: "**Atualmente, trabalhamos quarenta horas por semana, mas normalmente trabalhamos cinquent**a. Para a gente é bom, pois ganhamos um pouco mais. Precisamos do dinheiro, precisamos trabalhar". (SD172, T13)
>
> No canteiro [de obras de uma empresa francesa], **não há sindicato nem Comitê de Higiene, de Segurança e de Condições de Trabalho** (CHSCT). (SD173, T13)
>
> Foi Lionel Jospin [político socialista de esquerda] que patrocinou os reagrupamentos industriais mais inovadores e a abertura do capital das empresas públicas – sendo censurado por isso. **Deixemos, pois, de ostentar papéis ideológicos que já não enganam ninguém**". O resto, consequentemente, **não passa de teatro ou, em outras palavras, de automatismos políticos**. (SD93, T9)

E não é apenas o governo que se ausenta. Os próprios franceses agem ilegalmente, em uma crise sistêmica:

> "Na construção, as sete primeiras horas além das 35 têm um acréscimo de um quarto. As seguintes, de 50%. **Vocês imaginam quanto as empresas podem ganhar se não respeitarem isso?**", solta David Sans, delegado CGT do grupo Vinci. (SD174, T13).

Nesse contexto, a imprensa também anda no mau caminho, segundo o *Le Monde Diplomatique Brasil*, ao veicular demasiadamente as ideias do *Front National*, partido de extrema-direita conhecido pelos ideais xenófobos. O jornal faz uma crítica da mídia, segundo

o argumento de que a imprensa francesa dá muita voz ao partido – não porque os jornais concordem com seus ideais, mas porque as notícias geram *buzz* e audiência, por conta das falas controversas e polêmicas. Para o LMDB, a imprensa dedica páginas em excesso para um partido cujas declarações são perigosas. Elas não deveriam ser retratadas sem um tom de crítica.

> Entre os dias 14 de setembro de 2013 e 7 de janeiro de 2014, ou seja, **em menos de quatro meses**, o *Le Monde* consagrou oito manchetes ao FN, enquanto o partido não viveu, ao longo desse periodo, nenhuma crise particular nem congresso. **Nenhuma outra formação teve direito a tal atenção**. Algumas dessas **"capas"** tinham **até mesmo** um **tom estranhamente valorizador:** "O Front National parte para a conquista do poder" (14 set.) ou "Municipais, europeias: o FN no centro do jogo (11 out.). (SD151, T12)

Ora, a alegação de que "em menos de quatro meses" o *Le Monde* consagrou oito manchetes ao FN é feita em tom de reprimenda, ao enfatizar o curto espaço de tempo em que a cobertura se deu. O LMDB aponta que o fenômeno é exclusivo do *Front National* e vai além: coloca "capas" entre aspas, em uma metalinguagem que adiciona a palavra de sentidos, mostrando que havia algo de errado nas manchetes. Para piorar, elas tinham "até mesmo" (intensidade) um "tom estranhamente valorizador". Essa última referência defende abertamente: o *Front National* não deveria estar nas manchetes dos jornais.

Da mesma forma, em vez de ocupar-se de uma crise diplomática entre Israel e a França, no qual uma diplomata francesa foi atacada pelo exército israelense, os jornais preferiram abordar o evento pelo viés do pitoresco.

> O incidente [crise diplomática entre Israel e França] ofereceu a Paris a oportunidade de mostrar sua pusilanimidade e deu aos meios de comunicação uma história divertida que **permitiu desviar a atenção da repressão** contra o comboio, que contou com granadas ensurdecedoras e gás lacrimogêneo, além de golpes e detenções**.** (SD88, T8)

Nesta Formação Discursiva, verificamos que, para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, há uma dimensão de regressão na sociedade francesa. A França erra nos âmbitos social, econômico e político, o que aponta para uma sociedade em crise. As sequências discursivas vinculam essa crise ao movimento da França em direção a uma ideologia mais conservadora, incluindo a ascensão da xenofobia. A França, para a publicação, ainda precisa melhorar em muito para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

4.3.1.1 França xenófoba

Um resultado interessante da análise é que, dentro da primeira FD, "França retrocede", encontramos um tema bastante relevante: a xenofobia. Optamos por apresentar esse tema separadamente em função da proporção que ele assumiu na análise, já que são **52 Sequências Discursivas** que reforçam o sentido principal da FD1, mas abordando especificamente a xenofobia.

Dessa forma, o artigo *O mito da invasão árabe-muçulmana* (T14), por exemplo, busca contradizer o sentido *em voga* de que os imigrantes muçulmanos estão tomando controle da Europa ao mostrar estudos que afirmam que o numero de árabes é pequeno no continente e que suas taxas de fertilidade se igualam a dos nativos em poucos anos após se instalarem no país. Nesse movimento, o *Le Monde Diplomatique Brasil* aciona o imaginário europeu acerca da invasão do estrangeiro perigoso, mas propõe sua desmistificação, sua valorização, sua compreensão. Nesse movimento, no entanto, o jornal aponta para o fato de que a sociedade francesa é cada vez mais xenófoba e intolerante com as diferenças.

Para o jornal, a ascensão da xenofobia na França promove uma ruptura na busca por uma sociedade idealizada, a partir da visão de que a discriminação prejudica a França como um todo. Dos 16 artigos, dois tratam especificamente do assunto: *Xenofobia em nome do Estado de bem-estar social* (T7) e *O mito da invasão árabe-muçulmana* (T14).

Se partimos do pressuposto de que a identidade social é uma imagem de si para si *e para os outros*, consequentemente colocamos o Outro também como figura elementar nesse movimento referencial. Visto que é um discurso de identidade, o pertencimento a uma nação pressupõe uma noção de unidade e a consciência da diferença em relação ao Outro. "A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros" (POLLAK, 1992, p. 5).

Este Outro pode ser estrangeiro ou mesmo habitar o mesmo território, mas comungar de uma cultura distinta da nossa – caso do índio, no Brasil, ou do estrangeiro, na França. A classificação do Outro é, também, a classificação de si mesmo, uma vez que traduz o nosso olhar em direção ao mundo e delimita fronteiras: ele é diferente de mim. E o que me é diferente, não o sou. O não ser também é parte do ser, visto que também somos o que não somos, da mesma forma que o silêncio também transmite sentidos. No entanto, a definição do Outro é sempre complexa. Resende (2014, p. 204) argumenta que o movimento é, geralmente, em direção ao estereótipo: são "leituras dicotômicas sobre os acontecimentos do mundo, [que] reiteram a posição de um eu em detrimento da invenção de um outro".

É o que ocorre na sociedade francesa hoje, segundo o jornal. Isso porque a xenofobia se calca na ideia de que Outro é ameaçador porque vem do desconhecido (o país estrangeiro) com apenas uma mala de roupas (como conhecer uma pessoa se ela não traz quase nada consigo?), fala uma língua estranha (como compreendê-lo?), tem um passado do qual não se faz ideia (o que ele já fez na vida?), tem traços físicos de outra comunidade (como é diferente de mim!) e quer conquistar espaço em uma sociedade já estabelecida (o jogo já começou e este estranho quer entrar no meio da brincadeira).

> Um dos sintomas mais evidentes da "sociedade líquida" em que vivemos é a intolerância da massa social diante de tudo aquilo que de alguma maneira se considera como desvio de conduta ou que destoa dos padrões vigentes. Todo tipo de comportamento ou modo de ser que supostamente não se coaduna com nossos princípios particulares torna-se digno de nosso mais terrível desprezo, pois no fundo queremos ver estampado no rosto do 'outro' um pouco daquilo que nós mesmos somos (BITTENCOURT, 2008, online, grifos do autor).

No entanto, se o modelo de discriminação racial não é endossado pelos políticos de direita, sobretudo o *Front National*, na tentativa de dissociar sua imagem do nazismo e do fascismo que destruíram moralmente a Europa, o discurso adotado é em prol de uma França que beneficie, primeiramente, os franceses de origem.

> Já não se trata de rejeitar os estrangeiros em nome de uma visão racista de nação, mas em virtude de um ideal muito mais consensual: **salvaguardar o "modelo social francês**". (SD55, T7)

> Simples e eficaz, **essa retórica [da islamização da Europa] consiste em associar a manutenção da proteção social à rejeição dos estrangeiros**. (SD53, T7)

> A **vontade de sair da União Europeia** constitui o coração do programa desses partidos [de direita xenófobos], mas eles também exploram as **temáticas da identidade, da imigração e do declínio cultura**l, **sem ter de, por isso, carregar o estigma de uma origem extremista e evacuando a dimensão racista**. Mencionaremos a Alternativa para a Alemanha, o Partido pela Independência do Reino Unido (Ukip), a lista Stronach na Áustria e o **Debout la République [República de Pé], dirigido por Nicolas Dupont-Aignan, na França.** (SD 143, T11).

> Por que a imprensa deixou de concentrar sua atuação no duo imigração-insegurança, sobre o qual **o FN [*Front National*], para além das variações semânticas que o fizeram trocar "preferência nacional" por "prioridade nacional"**, não mudou em nada seu programa? (SD147, T12)

A França xenófoba, nas páginas do jornal, funda-se em uma retórica assaz rasa, na medida em que surge em um contexto social de crise econômica no qual o povo francês passa por dificuldades, e os principais articuladores desse discurso (entre eles, o *Front National*) utilizam-no como alavanca para chegar ao poder e por em prática tal ideologia. Assim, a França xenófoba, ao mesmo tempo em que é "protetora", é também inocente, facilmente

manipulável, dado que apela para o irracional do cidadão francês ao tocar nas questões de identidade, declínio cultural, proteção da cultura francesa.

> Na verdade, essa visão de mundo [que vê o estrangeiro como ameaça] **preenche uma função ideológica decisiva em tempos de crise** econômica e **pânico moral: fornecer legitimidade simbólica a políticas de exclusão que de outra forma teriam de enfrentar a desaprovação da população.** (SD52, T7)
>
> **Na França, a presidente do Front National (FN), Marine Le Pen, não para de fustigar o "imperialismo islâmico", que se manifesta segundo ela pela amplitude dos investimentos da Arábia Saudita e do Catar no estrangeiro, e a "islamização da Europa", evidenciada pelo véu.** (SD188, T14)
>
> Os imigrantes da Africa e do Magrebe, e mais recentemente os ciganos, são o foco principal dessa nova **cruzada contra os "assistidos".** (SD49, T7)

Da mesma forma, a xenofobia na França, enquanto promove uma exclusão do estrangeiro, também constrói uma união entre os nativos, visto que os franceses se unem contra uma ameaça estrangeira. Em uma medida maior, é assim que as nações se constituíram na Europa: o discurso da identidade nacional se formulou em contraposição às regiões ameaçadoras do exterior. As nações europeias se formaram com base no princípio da diferença. Consequentemente, a França é França porque é diferente da Itália, que por sua vez é diferente da Áustria, e assim sucessivamente. Da mesma forma como o indivíduo constitui sua identidade a partir da diferença em relação ao Outro, a identidade nacional se constitui em comparação à identidade do outro povo. A França atual, segundo o *Le Monde Diplomatique Brasil*, retoma esse tipo de reforço do discurso da identidade nacional a partir do regime de exclusão, como vemos no exemplo a seguir:

> Para alguns funcionários do Estado [francês, encarregados de conceder benefícios assitenciais aos estrangeiros]**, a oposição entre "nós, franceses" e "eles, estrangeiros" constitui assim um suporte de identificação e fator de coesão.** (SD65, T77)
>
> Os territórios onde a participação [na eleição presidencial francesa] foi mais fraca no primeiro turno de 2014 são semelhantes a esse bairro. Eles desenham uma **França dos grandes conjuntos habitacionais, da imigração e da precariedade no seio da qual a segregação social e étnica produz uma segregação eleitoral.** (SD215, T15)
>
> Por muito tempo, o objetivo de controlar a imigração ganhava sentido pela necessidade de proteger o mercado de trabalho nacional de uma concorrência estrangeira desleal. Agora, isso se conjuga a uma **cruzada moral que busca caçar o "assistencialismo" e transformar o imigrante no coveiro do Estado de bem-estar social**. (SD59, T7)
>
> No entanto, foi preciso esperar **a intervenção espetacular** de cerca de quinze militantes do Front National (FN) para que o caso ganhasse espaço. No dia 12 de dezembro, estes ocuparam o telhado da Câmara do Comércio e da Indústria (CCI) de Dunkerque e desenrolaram a faixa: **"Emprego, os nossos primeiro"** (SD161, T13).

Segundo o LMDB, se o discurso xenófobo transpassa a sociedade francesa, em parte isso teve influência também da própria imprensa francesa. O jornal concede um artigo inteiro ("Front National passa da demonização à fascinação", T12) para criticar a forma como a imprensa cobre a atuação do partido.

> **Intelectuais a promovem** [tese da Eurábia, a Europa dominada pelo Islã], **alguns explicitamente**, como a jornalista italiana Oriana Fallaci (desaparecida em 2006), citada desde a primeira linha do primeiro capítulo de *Eurábia*, o economista alemão Thilo Sarrazin e o **romancista francês Renaud Camus. Todos tiveram muito sucesso nas livrarias.** (SD191, T14)

> A visão de Bat Ye'or também vende jornais: **já são incontáveis as capas de revistas consagradas à "ameaça" muçulmana**. Quando a *L'Express* coloca em cena o combate do "Ocidente contra o islã" (6 out. 2010) ou exibe com violência as "verdades que perturbam" sobre o islã (11 jun. 2008), a *Le Point* responde agitando o "espectro islâmico" (3 fev. 2011), **promete revelar "aquilo que não se diz"** sobre a burca (21 jan. 2011) ou **se mostra enraivecida diante desse "islã sem embaraços"** (1º nov. 2012). (SD192, T14)

A França xenófoba, para o LMDB, é uma realidade – a ser criticada, mas um fato consumado. A sociedade francesa torna-se cada vez mais intolerante ao estrangeiro em um contexto de crise econômica, desemprego e contenção de gastos.

No entanto, apesar de hegemônica, esta não é a única França retratada pelo LMDB. Na construção discursiva também são apontados acertos na trajetória do país. Veremos na próxima formação discursiva.

4.3.2 FD 2: França avança

Por mais que a França passe por um momento de despolitização, crise econômica, desigualdade de gênero e ascensão da xenofobia, ela ainda adota posições consideradas corretas pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*. Chamamos de **França avança** a segunda Formação Discursiva, com **45 SDs**, que aponta as boas ações que o país adota no plano político-econômico-social. Isso ocorre quando a nação promove a igualdade social, a estabilidade econômica, o desenvolvimento tecnológico etc. Ressaltamos que esta é a formação discursiva mais fraca no texto – mas também esteve presente o bastante para ser observada.

Ao discutir liberdade de expressão e censura, é acionada a memória e evocado o passado francês glorioso, no qual a França se revoltou contra a censura do rei Carlos X e o tirou do poder. A França republicana, calcada nos ideais de *liberté*, *égalité* e *fraternité* é

resgatada aqui, como lembrança de que o país agiu corretamente séculos atrás e tem capacidade de fazê-lo novamente.

> Em julho de 1830, Carlos X revogou por uma portaria a liberdade de imprensa. Um de seus partidários justificou nestes termos o restabelecimento do princípio da censura prévia, que acabava de tomar o lugar do recurso *a posteriori*diante dos tribunais: "Quando a repressão intervém, o dano é cometido; longe de repará-lo, a punição a isso acrescenta o escândalo do debate". **Contudo, no dia seguinte à portaria real, os jornais foram publicados sem autorização prévia, graças a diversos subterfúgios. O público se precipitou para lê-los, comentá-los. E a Revolução derrubou o regime de Carlos X**. (SD138, T10)

Se falamos do presente, os sentidos apontam que a França é segura, que se mostra moderna ao investir no marketing sonoro das cidades, que vai superar o obstáculo da desigualdade de gênero. Já no plano político, o governo francês de François Hollande, do Partido Socialista (esquerda) está no bom caminho porque busca um "mercado livre e honesto".

> A cidade [Paris] se enfeita [com o marketing sonoro], **tornando-se local de um passeio organizado, território desembaraçado, superficialmente, dos conflitos sociais** que o constituem e o transformam". (SD12, T2)
>
> **Sem dúvida, com o tempo, as diferenças** [de desigualdade de gênero] **se amenizarão** em prol da **maior participação feminina** no mercado de trabalho e do **reconhecimento** da qualificação profissional das mulheres sobre a **diminuição da desigualdade** da mulher. (SD16, T3)
>
> **O governo francês**, **como se sabe**, deseja **restabelecer** a saúde e a competitividade externa das empresas nacionais com base num **mercado livre e honesto**. (SD122, T9)

Em alguns momentos, a França é organizada, racional, desenvolvida, sobretudo quando comparada com países em desenvolvimento.

> Por que a polícia ou o exército [filipinos] podem **facilmente parar** os manifestantes desenrolando **rolos de concertina nas ruas das Filipinas**, **enquanto** os soldados franceses se protegem atrás de **finos escudos de acrílico?** (SD33, T4)

Quando comparada com outros países da Europa ou com suas ideias de uma sociedade justa e ideal, a França tem muito que fazer. Mas a construção discursiva é de que há sinais de que ela vai bem, como nos seguintes exemplos:

> Uma **análise rigorosa das pesquisas** de opinião impede, no entanto, que se apresente **tão facilmente a tese de um irresistível aumento de poder da FN**. (SD154, T12)
>
> Ônibus, caminhonetes, alguns carros: numa contagem baixa, quatrocentos trabalhadores desfilavam diante dos sindicalistas, **decididos a não aceitar tal situação** [a de redução dos direitos trabalhistas]. (SD 171, T13)

> Em relação ao total de inscritos [nas listas de eleição municipais], o "avanço frontista" nessas cidades **revela-se ainda mais relativo**: enquanto Marine Le Pen conquistou 12% dos inscritos no primeiro turno de 2012, o FN reuniu **apenas** 8% no primeiro turno das últimas eleições municipais. (SD200, T15)

> Apenas as eleições presidenciais **escapam – por enquanto** – dessa lei de ferro [o crescimento do *Front National*]. (SD205, T15)

> Sua ambição? "Chegar a uma convenção coletiva adaptada às especificidades do setor associativo." Quatro anos depois, **o objetivo ainda não foi atingido, mas as fileiras do Asso não param de crescer**. (SD242, T16)

A ascensão da direita, representada pelo crescimento dos votos do *Front National*, não é tão considerada pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*. Se muitas pesquisas apontam uma guinada à direita dos franceses, o jornal relativiza que não se pode acreditar "tão facilmente" na ideia do crescimento do FN. O crescimento dela "continua contido" e "revela-se ainda mais relativo" quando se leva em conta que o FN recebeu menos votos nas eleições municipais do que Marine Le Pen conquistou na votação para presidência. As eleições presidenciais, inclusive, escapam "por enquanto" dessa guinada à direita.

Nota-se que, para o jornal, a direita é uma ameaça, um movimento que precisa ser evitado, caso contrário a França sofrerá consequências negativas. Uma delas é a França xenofóbica, como vimos anteriormente. Da mesma forma, a França que avança convive com a França que retrocede:

> Se o crescimento do FN em relação às eleições municipais de 2008 **é incontestável**, **ele continua contido**. (SD198, T15)

Compreendemos esse discurso como uma teia discursiva em tensionamento, como todos os discursos acerca da identidade do indivíduo e de uma nação. Nesse sentido, concordamos com Benetti (2000) quanto ao discurso ser uma malha de formações discursivas que se cruzam e às vezes se sobrepõem. Como estudamos interiormente, mesmo nossa identidade é constituída por forças opostas e conflituantes entre si. O mesmo movimento ocorre no discurso do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

4.4 Implicações da análise

Cremos que o jornalismo, enquanto campo de circulação de sentidos, contribui para a constituição da identidade nacional – isto é, constrói uma memória acerca de quem é a sociedade, dos seus hábitos, de suas raízes, em um movimento autorreferencial. Ao noticiar

um evento referente à cultura de um povo, a imprensa propõe conexões e aciona um interdiscurso (através da memória) acerca de tal fenômeno, retoma questões anteriores a ele e faz referências a eventos similares, de forma que o veículo jornalístico e os leitores acabem partilhando do mesmo imaginário, do mesmo repositório imagético.

Pollak (1992) defende que os elementos constitutivos de nossa memória são, primeiramente, os acontecimentos vividos pessoalmente. Em seguida, são as experiências "vividas por tabela" – isto é, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence. Tais experiências entram no imaginário social, tomam relevo e inscrevem-se em nossa própria identidade, de tal forma que nos vemos afetados por elas. A independência do Brasil, por exemplo, não foi presenciada por nenhum brasileiro vivo hoje. Mas a declaração efetuada por D. Pedro I ressoa em nós e conecta cada brasileiro, como se fosse uma linha invisível que nos une discretamente.

Nesse movimento, a imprensa reforça sentidos de nacionalidade, ao oferecer juízos e informações acerca dos quais o indivíduo pode se subscrever. Notícias contínuas sobre violência, por exemplo, oferecem uma interpretação sobre uma realidade violenta; textos com referência à Revolução Francesa acionam sentimentos de orgulho nacional. Se lemos diariamente denúncias de escândalos em Brasília, por exemplo, tomamos como referência em nosso imaginário a cidade em questão, em contraponto a qualquer outra discussão política em Nova York, Paris ou Londres.

A nação é uma herança cultural, simbólica (porque dotada de sentidos) e material (porque física). "A nacionalidade é, portanto, uma identidade" (FIORIN, 2009, p. 116), ativada por meio da rememoração. A busca do que faz dos indivíduos pertencentes às suas nações consiste em um movimento de retomada, no qual serão buscadas as raízes do povo. O discurso jornalístico atua na retomada dessa ideologia, na medida em que faz circular tais argumentos ao oferecer à população formas de enxergar a realidade. Nesse sentido, o *Le Monde Diplomatique Brasil* destaca que a França está cada vez mais conservadora, vive um momento de ascensão da xenofobia, mas ainda conta com aspectos positivos em sua estrutura social.

Conforme Fontanille e Zilberg (2001, p. 29 *apud* FIORIN, 2009, p. 118)[27], as culturas podem ser classificadas em duas maneiras: as que se veem como unidade, regidas pelo mecanismo de exclusão, e as que se veem como mistura, regidas pelo mecanismo de

[27] Original: FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.

participação. No regime de exclusão, é feita uma espécie de triagem entre os indivíduos: existe um confronto entre o puro e o impuro. Há um aspecto que tende a restringir a circulação cultural, pequena ou nula, de forma que se consolida uma cultura do interdito. São culturas mais fechadas, que têm valores desejáveis e valores indesejáveis, que devem ser seguidos ou não. Acreditamos que esse seja o caso da França. Já no regime de participação, o operador é a mistura, há um favorecimento da troca cultural, de forma que se consolida uma cultura do permitido. Cremos ser o caso do Brasil.

No entanto, em um contexto de pós-modernidade e de dissolução de fronteiras, a nacionalidade do indivíduo contribui cada vez menos à sua identidade. Lembramos que a memória e a identidade são negociáveis: elas estão em movimento, muitas vezes contraditório, como já estudamos com autores como Hall (1998), Bauman (1998) e Giddens (1991; 2002).

Daí surgem os movimentos de retomada do passado, de xenofobia, de glorificação dos fatos históricos, entre outros, como forma de resgate de uma identidade, uma característica que aporte uma matriz comum entre os indivíduos. Consequentemente, surge o discurso de uma França que retrocede consideravelmente, mas que também avança pontualmente. Cada discurso faz parte de uma teia discursiva que vai formular a identidade nacional da França e oferecer uma interpretação ao leitor brasileiro. Cabe ao leitor daqui aceitar ou refutar esses discursos, de acordo com seu repertório acerca do assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar os sentidos construídos sobre a França pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*. Para tanto, primeiramente estudamos o contrato de comunicação no jornalismo, a partir do qual os interlocutores situam seus discursos e a si mesmos na interação discursiva. Em seguida, estudamos o jornalismo como gênero discursivo a partir da perspectiva construcionista, segundo a qual o jornalismo é um dos campos que oferece interpretações acerca da realidade, às quais o indivíduo pode ou não se filiar. Através do estudo de diversos autores, entendemos que, nesse sentido, o jornalismo é um campo de circulação de sentidos que oferece discursos a respeito do mundo. Tais discursos são sociais (porque efetuados por pessoas inseridas na sociedade) e dirigidos para a sociedade, e ajudam a construir nossa visão de mundo.

Posteriormente, situamos o *Le Monde Diplomatique Brasil*, foco de nosso trabalho. Estudamos a origem e a linha editorial da publicação e situamos o jornal em um contexto de dissolução de fronteiras culturais. Para tal, discutimos alguns conceitos-chave sobre pós-modernidade, sobre jornalismo internacional e sobre jornalismo opinativo.

Visto que os assuntos dos textos são referentes à França, entendemos que o LMDB liga o leitor brasileiro ao país francófono. Ao fazer esse movimento, o jornal aproxima culturalmente França e Brasil, e transpassa fronteiras espaço-temporais. Nesse sentido, o jornalismo também faz circular sentidos sobre a identidade nacional de um país e acaba por reativar tal discurso. No caso do LMDB, o jornal reforça significados de o que é França hoje, como ela é, como são os franceses, como se comportam etc. Consequentemente, constrói um discurso sobre a identidade nacional francesa. Para analisar tal discurso, utilizamos o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, segundo a qual os discursos são produtores de sentidos, com base nos quais os indivíduos passam a significar a si mesmos e ao mundo. Utilizamos como referência os estudos de Pêcheux (2010), Foucault (2012), Benetti (2007) e Orlandi (2007a; 2007b). O *corpus* da pesquisa foi composto por 16 artigos publicados ao longo de nove edições, de agosto de 2013 a maio de 2014. Os textos abordam questões de política, economia e comportamento. Por se referirem à França, entendemos que pertencem à editoria de internacional.

Vimos que o discurso da publicação se assenta sob dois eixos: **França retrocede e França avança.** Para o LMDB, a França retrocede (sentido hegemônico) quando adota políticas de cunho neoliberal, quando a sociedade se comporta de maneira xenófoba ou quando destina um número crescente de votos a um partido xenófobo, e quando a sociedade

mostra sinais de tornar-se cada vez mais conservadora. Na contrapartida, mas com uma formação discursiva menos presente, a França se desenvolve quando adota políticas de igualdade social, de estabilidade econômica, de segurança, de desenvolvimento tecnológico etc.

Nas implicações da análise, retomamos a perspectiva construcionista do jornalismo e a análise do discurso e buscamos traçar um paralelo entre discurso jornalístico e identidade nacional. É a identidade nacional que permite a congregação de milhões de indivíduos com histórias de vida diversas, com personagens históricos distintos como referência e mesmo com uma língua diferente adotada no dia a dia (catalão no Sul da França, na região de Roussillon, bretão na Bretanha, provençal na Provence, corso na Córsega etc.).

A partir das duas Forças antagônicas – França retrocede e França avança -, fazemos a leitura de que o jornal adota um tom pessimista acerca da França. Vimos que o LMDB mostra ao leitor uma França cada vez mais conservadora e xenófoba, ainda que com algumas características e pontos que a colocam em movimento progressivo. A identidade nacional francesa, para a publicação, está em transformação negativa: os franceses se importam cada vez menos com a política – e, infelizmente, daqueles que se importam, aumenta o número de simpatizantes com a direita intolerante ao imigrante. Os franceses também se mostram corruptíveis, individualistas e vivem uma sociedade com desigualdade de gênero, na qual as mulheres ganham menos do que os homens. Os políticos franceses, além disso, adotam posições autoritárias, questionáveis sob a ótica do jornal.

Por ser uma publicação de esquerda, o LMDB exerce ativamente uma função de fiscalização do poder, sobretudo quando esse poder se aproxima de um espectro neoliberal. No discurso do mensário, o Outro é a direita política: ela é ameaçadora e detém o perigo. Quaisquer aproximações são um erro que influenciam negativamente os franceses. Ao mesmo tempo, o jornal propõe o discurso de que os franceses se tornam cada vez mais xenófobos e arredios com a diferença.

Através de textos evidenciando a desigualdade de gênero, o autoritarismo do Estado e o medo do Outro, o LMDB defende que a pátria da liberdade, da igualdade e da fraternidade se transforma cada vez mais autoritária, desigual e intolerante. Esse movimento, para o jornal, mostra que a França regride, em meio a um contexto de tomada de forças da direita política.

Aqui e ali, entretanto, a França resiste. O *Front National,* apesar de ter um grande avanço, ainda não detém capital poltítico para determinar os rumos da nação. Os indivíduos,

apesar de se tornarem cada vez mais despolitizados, ainda não se ausentam nas eleições presidenciais. A veia política dos franceses ainda segue forte.

Temos consciência das limitações da presente pesquisa, também pelo seu caráter de monografia. No entanto, acreditamos que os objetivos traçados foram cumpridos. A partir dos resultados da pesquisa, algumas perguntas surgem e seguem em aberto: quais os sentidos do *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre o Brasil? E sobre a África colonizada pela França? Com quais outros campos o discurso jornalístico atua na formação de nossa identidade? Que relação o discurso jornalístico mantém com a língua nacional? E no caso de uma mídia binacional – caso da franco-alemã Arte TV: o discurso é em prol da dissolução das fronteiras, da comunhão dos dois países ou exalta cada nação individualmente? São perguntas que deixamos para as próximas pesquisas e para os interessados na relação entre discurso jornalístico, identidade nacional e pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101411/estudos20.pdf. Acesso em: 28 set. 2014.

AGUIAR, Tiago Ornaghi de. **O Brasil no Le Monde Diplomatique:** um breve estudo do jornalismo interpretativo. Trabalho de conclusão de curso: UFRGS, Porto Alegre, 2002.

BATALHA, Elisa de Santana. **A mídia altermundialista**: a participação do *Le Monde Diplomatique* no Fórum Social Mundial. Dissertação de mestrado: UFRGS. Porto Alegre, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____**. Zygmunt Bauman: "A cultura é um campo de batalha e um parque de diversões".** Revista Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bzygmunt-baumanb-cultura-e-um-campo-de-batalha-e-um-parque-de-diversoes.html>. Acesso em: 07 jun. 2015.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre, Sulina, Ari, 1980.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: MARQUES, Ângela et al. (org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

_____. Análise de discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano 7, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2010.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele. **A adesão do leitor ao contrato de comunicação proposto pelo jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook.** 11° encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, Novembro 2013.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **A liquidez do homem pós-moderno.** Revista Filosofia, edição 21. Disponível em: <http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/21/artigo77280-1.asp> Acesso em: 07 de jun. 2015.

BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, v. 13, n. 25: (29-36) jul-dez 2012.

CALEIRAS, Jorge. Globalização, Trabalho e Desemprego: Trajectórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004. <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/JorgeCaleiras.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto: 2007

CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje**.** In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 81-88.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina L. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. In: **BAKHTINIANA**, São Paulo, n. 1, p. 115-126. 1° semestre, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola. 22a edição, 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005.

FRÓIS, Katja Plotz. Globalização e cultura: a identidade de mundos iguais**.** In: **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, Florianópolis, n° 62 (1-9), dezembro 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1201/4444>. Acesso em: 20 set. 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: Ensaios de teoria do jornalismo. Vol. 1. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

GROSSINI, Carolina. **A produção de sentidos sobre o Brasil na revista The Economist**. Trabalho de conclusão de curso: UFRGS. Porto alegre, 2014.

GUIMARAES, Eduardo. Independência ou Morte. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 27-30.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HESTER, Al. As agências noticiosas ocidentais: problemas e oportunidades nas notícias internacionais. In: REYES MATTA, Fernando. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KOVACH; Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo:** o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto Editora, 2004.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Uma viagem ao Antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 245-264, 2008.

LEPELTIER, Thomas. L'invention des nations. In: THIESSE, Anne Marie. **La création des identités nationales. Europe XVIIIe – XXe siècle.** Disponível em: < http://revue.de.livres.free.fr/cr/thiesse.pdf >. Acesso em: 05 maio 2015.

LISBOA, Sílvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor***:* independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 31-42.

MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985 1a ed.

MARTHOZ, Jean Paul. **Journalisme international**. Bruxelles: Groupe De Boeck, 2008.

MARTIN VIVALDI, Gonzalo. **Géneros periodisticos**. Madri, Paraninfo, 1973.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Conferência feita nos Cursos de Arrábida – Universidade de Verão. UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf. Acessado em: 02/08/2014.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP. v. 11, n. 1. São Paulo: USP, 1999.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NUNES, José Horta. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua**.** In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 43-58.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri**. Le Monde Diplomatique Brasil: por uma história possível**. 371 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007a.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007b.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 11-26.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADGET, Françoise; HAT, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REGINATO, Gisele Dotto. **Em busca da complexa simplicidade: o consumo no discurso jornalístico da Revista Vida Simples**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria: 2011.

RESENDE, Fernando. Narrativas e conflito afro-muçulmano no Brasil: cultura e luta por desejos e poderes. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n° 1, jan/jul 2014.

RIBEIRO, Guilherme. História, Historiografia e Identidade Nacional: Fernand Braudel e o Caso Francês. **Projeto História**, São Paulo, n° 41, p. 93-123, dez 2010.

SCHNEIDER, Jens. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, n° 1. p. 97-129, abril 2004.

SERRA, Paulo. A credibilidade da informação na web. **BOCC.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006.

SERRANI, Silvana M. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993, p. 113-126.

SILVA, Glaydson José da. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy**: usos do passado. São Paulo, Annablume. FAPESP, 2007.

SOARES, Maria Juliana. **Trabalhadores, personagens em discursos de mensários sociopolíticos**: Caros Amigos e Le Monde Diplomatique Brasil. Tese de doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A farsa do neoliberalismo**. São Paulo: Graphia Editorial, 1995

SZCZEPANSKI-HUILLERY, Maxime. **Les usages militants de la lecture et de l'écriture**. L'exemple du Monde diplomatique. Apresentado no colóquio: Les mobilisations altermondialistes, 3-5 dezembro, 2003.

THIESSE, Anne Marie. **The Transnational Creation of National Arts and Crafts in 19th – Century Europe.** 2012. Disponível em: <http://www.spinnet.eu/images/pdf/Thiesse2012.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, Teorias e 'estórias'. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo.** Lisboa: Quimera, 2002.

ANEXOS

Corpus da pesquisa

T1 Sair do euro, mas como? (Ano 7 / n° 73 / Ago – 2013)

*Por Frédéric Lordon**

"Na verdade, nós já saímos da zona do euro", admitiu Nicos Anastasiades, presidente do Chipre, um país onde as notas já não têm o mesmo valor que na Grécia ou na Alemanha. A explosão da moeda única começou? Contra o cenário de caos, a ideia de uma saída do euro concertada e organizada trilha seu caminho

Muitos, principalmente na esquerda, continuam acreditando que o euro vai mudar. Que ele vai passar da severidade atual para um euro finalmente renovado, progressista e social. Isso não vai acontecer. Basta evocar a ausência de qualquer alavanca política em estado de incrustação institucional da atual união monetária europeia para ter uma primeira ideia. Mas essa impossibilidade se baseia principalmente num argumento muito mais forte, que se expressa como um silogismo.

Em primeiro lugar: o euro atual procede de uma construção que teve por efeito, e até mesmo por intenção, dar toda satisfação aos mercados de capitais e organizar seu controle sobre as políticas econômicas europeias.[1] Em segundo lugar: todo projeto de transformação significativa do euro é por si só um projeto de desmantelamento do poder dos mercados financeiros e de expulsão dos investidores internacionais do campo da construção das políticas públicas. Conclusões: 1) nunca os mercados deixarão ser elaborado, diante de seus olhos, um projeto que tenha como evidente finalidade retirar seu poder disciplinar; 2) assim que tal projeto começasse a adquirir um pouco de consistência política e de chances de ser colocado em prática, ele se chocaria com uma explosão de especulação e com uma crise aguda de mercado que reduziriam a nada o tempo de institucionalização de uma construção monetária alternativa, e cuja única saída, no calor da situação, seria o retorno às moedas nacionais.

A esquerda-que-continua-acreditando-nisso tem, então, somente a escolha entre a impotência indefinida... e o advento do que ela pretende querer evitar (o retorno às moedas nacionais) assim que seu projeto de transformação do euro começasse a ser levado a sério! Ainda é preciso entrar num acordo sobre o que se quer dizer aqui com "esquerda": com certeza não é o Partido Socialista (PS) francês, que não mantém com a ideia de esquerda nada além de relações de inércia nominal; nem a massa indiferenciada do europeísmo, que, silenciosa ou ingênua durante duas décadas, acaba de descobrir os defeitos de seu objeto querido e se dá conta, espantada, de que ele pode se quebrar em mil pedaços. Mas não se recupera em um instante um tão longo período de sono intelectual. Além disso, a corrida pelas tábuas de salvação foi iniciada com a mesma delicadeza de um despertar no meio da madrugada, numa mistura de leve pânico e total despreparo.

Na verdade, as pobres ideias nas quais o europeísmo deposita suas últimas esperanças não são mais do que palavras vazias: *eurobonds*, "governo econômico" ou, ainda melhor, "salto democrático", soluções de papelão para um pensamento Potemkin que, por nunca querer perguntar nada, corre o risco de nunca entender. Talvez, inclusive, se trate menos de entender

do que de admitir. Admitir, enfim, a singularidade da construção europeia como uma gigantesca operação de subtração política.

Mas o que exatamente estaria sendo subtraído? Nada mais, nada menos que a soberania popular. A esquerda de direita, enquanto europeísta delirante, se reconhece tanto nisso que suas orelhas sangram quando ouve a palavra soberania, imediatamente desqualificada como um "ismo": soberanismo. O estranho é que não ocorre nem por um instante a essa "esquerda" que a "soberania", inicialmente entendida como soberania do povo, é apenas outro nome para a democracia.

Por uma espécie de confissão involuntária, em todo caso, a recusa da soberania é claramente a negação da democracia na Europa. "Recessão nacional" é agora a palavra-espantalho destinada a fazer esquecer essa leve ausência. Faz-se muito barulho sobre os 25% do Front National nas eleições de 2012, mas sem nunca querer se perguntar se esse número – de fato assustador! – não teria algo a ver, e até mesmo muito a ver, com a destruição da soberania, não como exaltação mística da nação, mas como capacidade dos povos de controlar seu destino.

O que resta realmente dessa capacidade numa construção que fez a escolha deliberada de neutralizar pela via constitucional as políticas econômicas – orçamentárias e monetária – submetendo-as a regras de conduta automática inscritas nos tratados? Os defensores do "sim" ao Tratado Constitucional Europeu (TCE) de 2005 fingiram não ver que o argumento central do "não" residia na parte III, que foi, claro, adquirida desde Maastricht (1992), Amsterdã (1997) e Nice (2001), mas repetindo ao longo de todas essas confirmações o escândalo intrínseco da subtração das políticas públicas ao critério central da democracia: a exigência de recomeço e reversibilidade permanentes.

Pois não há mais nada para recomeçar, nem sequer para discutir, quando se faz a escolha de escrever tudo de uma vez por todas em tratados irremovíveis. Política monetária, manutenção do instrumento orçamentário, nível de endividamento público, formas de financiamento dos déficits: todas essas alavancas fundamentais foram gravadas no mármore. Como poderíamos discutir o nível de inflação desejado quando este foi entregue a um Banco Central independente e isolado de tudo? Como poderíamos deliberar sobre uma política orçamentária quando seu saldo estrutural é predeterminado ("regra de ouro") e seu saldo corrente atinge o limite máximo? Como decidir a respeito de uma rejeição de dívida quando os Estados só podem se financiar nos mercados de capitais?

Por não poder dar a menor resposta a essas questões, ou melhor, pela aprovação implícita que elas dão a esse estado de coisas constitucional, as indigentes descobertas dos europeístas estão destinadas a sistematicamente passar pela tangente do problema central.

Perguntamo-nos assim qual sentido poderia ter a ideia de "governo econômico" da zona do euro, essa bandeirola agitada há vinte anos pelo PS, quando, precisamente, não há mais nada a governar, toda matéria governável tendo sido oculta por uma deliberação governante a ser fechada nos tratados.

Sob a aparência de um grande salto para a frente pela sofisticação financeira, reatando inclusive com isso a estratégia europeia da engrenagem "técnica", os *eurobonds (ver box)*, por sua vez, não têm nenhuma das propriedades que imaginam seus inventores. A Alemanha, que

goza das taxas de juros mais baixas quando faz empréstimos aos mercados, vê muito bem o que lhe custaria entrar nas mesmas regras que os "piolhentos" do Sul. Aceitaria ela o preço, em nome do ideal-europeu-que-deve-progredir, em contrapartida por seu comprometimento com o agrupamento financeiro: um nível draconiano de vigilância e de ingerência nas políticas econômicas nacionais – exatamente da mesma maneira que ela forçou essas políticas, por meio dos tratados e dos pactos, no momento de entrar no agrupamento monetário.

A paixão dos cegos

É o mesmo que dizer que, longe de aliviar um pouco os defeitos políticos da construção presente, os *eurobonds* fariam, ao contrário, que eles conhecessem um nível de aprofundamento inédito. Quem pode imaginar por um só instante que a Alemanha consentiria em entrar num mecanismo de solidariedade financeira de uma dívida agrupada, quer dizer, ser automaticamente obrigada a pagar em caso de falta de um dos componentes, sem exigir, por meio de uma Comissão Europeia reforçada, um direito de vigilância drástico e permanente, adicionado de um procedimento de colocação em tutela ao menor desvio de um dos "parceiros"? O endurecimento das regras de piloto automático e das formas de "troikação" generalizada é o único resultado dos *eurobonds*. Ou seja, precisamente o aprofundamento da crise política na qual a Europa está afundando...

Nessa história é a Alemanha que está no princípio da desapropriação generalizada da soberania, única solução admissível a seus olhos quando se trata de partilhar um destino econômico e principalmente monetário com outros, os quais ela considera que só podem exercer sua soberania para o pior. Então, neutralização geral! Sobra apenas... a soberania alemã, que foi transportada tal e qual para as instituições econômicas e monetárias europeias.

Os gritos de espanto que acolhem qualquer questionamento sobre a Alemanha se sucedem então com uma estereotipagem tal que acabam dizendo mais sobre os que os emitem do que sobre o objeto em questão. Como frequentemente nas formas invertidas de racismo que acreditam negá-lo ao professar amizades barulhentas demais para serem honestas, poderia ser que os mais trabalhados pela questão alemã sejam os que clamam espontaneamente sua germanomania como recusa a qualquer análise.

A igual distância dos polos opostos da filia e da fobia, em que estamos certos de que nenhuma inteligência pode prosperar, há lugar para a análise objetiva das complexões estruturais, das heranças históricas e das relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que delas resultam quando se trata de fazer conviver países diferentes num nível um pouco forçado de integração. No caso, é preciso realmente ser cego para não ver que a Alemanha se fabricou uma crença coletiva em torno da moeda, que ela colocou num pedestal tão alto, que a menor concessão sobre esse tema lhe é simplesmente impossível. Se ela aceitou entrar no euro, foi com a condição *sine qua non*de poder ditar à moeda europeia sua arquitetura institucional, decalcada sobre a sua própria.

Que a Alemanha tenha se perdido na ideia (falsa) de que sua hiperinflação de 1923 foi a antecâmara do nazismo, quando a deflação de 1931 o foi muito mais provavelmente, a coisa não tem nenhuma importância: ela acredita nisso e age de acordo com essa crença. Ninguém pode culpá-la por ter a história que tem nem de acreditar nas histórias que ela se conta. Ninguém pode culpá-la por ter concebido uma visão singular do que deve ser uma ordem

monetária e de se recusar a entrar em uma ordem que seja diferente desta. Mas podemos com certeza censurar Berlim por impor suas ideias fixas a todos! E se é perfeitamente legítimo deixar a Alemanha seguir com suas obsessões monetárias, também é igualmente legítimo não desejar segui-las com ela – particularmente quando esses princípios monetários não convêm às estruturas econômicas e sociais dos outros países e, no caso, conduzem alguns deles ao desastre.

Pois alguns dos Estados-membros precisam de desvalorização; alguns, de deixar aumentar seus déficits; alguns, de repudiar uma parte de sua dívida; outros, de inflação. E todos têm principalmente necessidade de que essas coisas voltem a ser objetos possíveis de deliberação democrática! Mas os princípios alemães, inscritos nos tratados, proíbem...

Que não há espaço para esperança no "salto econômico" proposto por François Hollande e Angela Merkel é sem dúvida um eufemismo. A reativação de um projeto federalista permanece de toda forma um horizonte dos mais vagos enquanto não se diz no que ele consistiria e ninguém se dá ao trabalho de examinar as condições de sua possibilidade. Seria preciso inicialmente pedir que os partidários do projeto federalista nos explicassem que milagre levaria a Alemanha a aceitar que fossem reintegradas ao círculo da deliberação democrática todas essas questões que ela metodicamente se esforçou para que fossem excluídas; depois, perguntar para eles se estimam que um federalismo ainda constitucionalmente proibido de debater essas questões continuaria sendo, a seus olhos, um "salto democrático".[2]

Pelo prazer da experiência de pensamento, vamos lhes dar, no entanto, a hipótese de uma democracia europeia federal toda armada, com um poder legislativo europeu digno desse nome, evidentemente com duas câmaras, dotado da plenitude de suas prerrogativas, eleito pelo sufrágio universal, como o executivo europeu (do qual não sabemos ainda que forma poderia ter). A questão que levantaríamos a todos os que sonham assim "transformar a Europa para superar a crise"[3] seria então a seguinte: eles imaginam a Alemanha se dobrando à lei da maioria europeia se por acaso o Parlamento soberano viesse a decidir recuperar o controle do Banco Central, o financiamento monetário dos Estados ou então o fim do limite de teto dos déficits orçamentários? Para generalizar o argumento, acrescentaremos que a resposta – evidentemente negativa – seria a mesma (ou pelo menos assim esperamos!) se essa mesma lei da maioria europeia quisesse impor à França a privatização integral da Previdência Social. De fato, o que não teríamos ouvido se a França tivesse imposto à Europa sua forma própria de Previdência, como a Alemanha impôs sua ordem monetária, e se, como esta última, tivesse feito disso um ultimato?

Seria então preciso que os engenheiros do federalismo se dessem conta de que as instituições formais da democracia não esgotam em absoluto o conceito e que não há democracia viva, nem possível, sem um pano de fundo de sentimentos coletivos apenas para fazer consentir aos minoritários a lei da maioria; pois, no fim dos fins, a democracia é isto: a deliberação mais a lei da maioria. Mas é exatamente esse tipo de coisa que os funcionários de alto escalão – ou os economistas – desprovidos de qualquer cultura política, e que formam, no entanto, o essencial do pessoal político nacional e europeu, são incapazes de ver. Essa insuficiência intelectual cria regularmente esses monstros institucionais que ignoram o princípio de soberania, o "salto democrático" já se anunciando totalmente inconsciente das condições de possibilidade passionais da democracia e da dificuldade de satisfazê-las num grupo plurinacional.

Uma vez relembrado que o retorno às moedas nacionais preenche todas essas condições e permanece tecnicamente praticável, mesmo que venha acompanhado por todas as medidas laterais consequentes (principalmente o controle dos capitais),[4] não podemos abandonar completamente a ideia de fazer alguma coisa na Europa. Não uma moeda única, já que esta supõe uma construção política autêntica, por ora fora do alcance. Uma moeda comum, por outro lado, pode ser considerada! Ainda mais porque os bons argumentos de uma forma de europeização permanecem, sob a reserva, claro, de que os inconvenientes não sejam maiores do que as vantagens... Então essa balança volta a ser favorável se, no lugar de uma moeda única, pensarmos em uma moeda comum, quer dizer, num euro dotado de representantes nacionais: eurofrancos, europesetas etc. Essas denominações nacionais do euro não são diretamente convertíveis no estrangeiro (em dólares, em ienes etc.) nem entre si. Todas as convertibilidades, externas e internas, passam por um novo Banco Central Europeu, que tem a função, de alguma forma, de uma casa de câmbio, mas é privado de qualquer poder de política monetária. Este é restituído aos bancos centrais nacionais, sobre os quais caberá aos governos julgar se devem retomar as rédeas ou não.

A convertibilidade externa, reservada ao euro,[5] se efetua classicamente nos mercados de troca internacionais e, portanto, a taxas flutuantes, mas via Banco Central Europeu (BCE), que é o único envolvido na conta dos agentes (públicos e privados) europeus. Por outro lado, a convertibilidade interna, a dos representantes nacionais do euro entre eles, se efetua apenas no guichê do BCE e com paridades fixas, politicamente decididas.

Recuperação da soberania monetária

Encontramo-nos então livres dos mercados de troca intraeuropeus, que eram o lar das crises monetárias recorrentes na época do Sistema Monetário Europeu,[6] e protegidos dos mercados de troca extraeuropeus por intermédio de um novo euro. É essa dupla propriedade que faz a força da moeda comum.

Com a fantasia da convergência "automática" das economias europeias agora dissipada, sabemos que algumas economias precisam desvalorizar – ainda mais na crise presente! E o dispositivo de convertibilidade interna da moeda comum tem a imensa virtude de tornar novamente possíveis essas desvalorizações, mas com calma. A experiência dos anos 1980 e 1990 mostrou suficientemente a impossibilidade de ajustes de câmbio ordenados sob o desabamento dos mercados financeiros inteiramente liberalizados. A calma interna de uma zona monetária europeia livre do flagelo de seus mercados de troca torna, então, as desvalorizações processos inteiramente políticos, nos quais a negociação interestados volta a ter de se colocar de acordo a respeito de uma nova grade de paridades.

E não somente as desvalorizações! Pois o conjunto poderia ser configurado conforme a International Clearing Union proposta por John Meynard Keynes em 1944, que, além da possibilidade de desvalorização oferecida aos países com fortes desequilíbrios externos, previa forçar a reavaliação dos países com fortes excedentes. Em tal sistema, que obrigaria a reavaliações graduais por meio de uma série de limites de excedentes (por exemplo, a 4% do PIB, depois 6%), a Alemanha deveria ter, há muito tempo, aceitado uma apreciação de seu euromarco e assim apoiar a demanda na zona do euro, e então participar da redução de seus desequilíbrios internos. Assim, regras de ajuste de troca vêm suprir na negociação a má vontade previsível dos países excedentes...

O catecismo neoliberal grita “ineficácia” e “inflação” assim que ouve a palavra “desvalorização”. No que diz respeito à ineficácia, digamos que o espírito de consequência não é totalmente o seu forte. Pois a desvalorização é o que ele mesmo não para de preconizar! Ele quase clama pela desvalorização interna, pelos salários – e o desemprego, que pressiona os salários ! –, no lugar da desvalorização externa, a da taxa de câmbio. O ajuste estrutural, mais do que o ajuste de paridade das moedas... Se saíssem do euro para se estabelecer sozinhos, os alemães perceberiam rapidamente que veriam uma década de restrição salarial anulada em dois dias de reavaliação do neodeutschmark...

Quanto à inflação, que pediria que se preferisse o primeiro ajuste ao segundo, é um ectoplasma num período que é bem mais ameaçado pela deflação (a baixa do nível geral dos preços), ao menos tão perigosa quanto, e que pediria na verdade uma reflação controlada, nem que fosse para aliviar o peso real da dívida.

Mas esse efeito de alívio real não seria dominado pelo aumento da nossa dívida externa em razão da própria desvalorização? Desvalorizar 10% em relação ao dólar é mecanicamente aumentar em 10% nossa dívida calculada na moeda norte-americana. Quase, como demonstrou Jacques Sapir,[7] 85% da dívida francesa foi emitida sob contrato de direito francês e seria recalculada em eurofrancos, por consequência sem nenhum efeito após uma desvalorização. O objetivo de uma moeda comum, em todo caso, vai bem mais longe do que a simples restauração das possibilidades de desvalorização, sobre as quais podemos dizer por um lado que são, especialmente no período atual, um grau de liberdade vital, mas com certeza não a solução universal. Sair do euro presente é muito menos uma questão de macroeconomia – e é, com certeza! –, e mais de conformação ao imperativo categórico da democracia que se chama “soberania popular”.

Se as condições passionais da possibilidade dessa soberania popular em escala supranacional são ainda distantes, o realismo ordena diminuir a “ambição europeia”, o que não significa em absoluto abandoná-la. Ela deveria, por exemplo, ser perseguida tão vigorosamente quanto possível em todas as outras matérias além da econômica – isto dito contra as imputações de “introversão nacional”. Quanto à ambição propriamente econômica, trata-se também de saber com quem a desenvolvemos. Com certeza não com 28 ou 17, grandes números que poderíamos dizer que foram pensados para dar errado! São as relações objetivas de compatibilidade que decidem, supondo uma homogeneidade mútua das formas de vida – as mesmas ideias, ou ideias próximas, em matéria de modelo social, de preocupação com o meio ambiente etc. –, e um pré-acordo sobre os grandes princípios de política econômica. Essas coerências só estão, provavelmente, para começar, ao alcance de um pequeno número de Estados. E não é falso que elas possam por vezes se apreciar na base de indicadores de convergência... mas não os do Tratado de Maastricht.

Trata-se, por exemplo, de constituir um grande mercado como entidade subjacente à moeda comum, no qual só poderiam entrar economias que tivessem modelos socioprodutivos semelhantes e, correlativamente, estruturas de custo próximas. Só seriam, por consequência, admitidos nessa nova Europa econômica e monetária países cujo salário médio ou mínimo não fosse inferior a 75% – ou qualquer outro limite a determinar – da média dos salários médios ou mínimos dos outros Estados-membros. E essa total refundação da construção europeia seria a ocasião de acabar ao mesmo tempo com o delírio da ortodoxia monetária, financeira e do ajuste estrutural generalizado, e com as más condutas da concorrência “não

distorcida", a mesma que se acomoda tão bem com todas as distorções estruturais, sociais e ambientais, e se propõe na realidade a fazê-las jogar com a violência máxima.

É nesse ponto que voltamos ao silogismo inicial: a ideia de passar do euro atual a um euro refeito e progressista é um sonho vazio. Por construção, se ele é progressista, os mercados financeiros, que têm todo o poder atualmente, não o deixarão acontecer. A alternativa é, pois, a seguinte: ou o beco sem saída definitivo num euro liberal marginalmente modificado por alguns detalhes de segunda importância, ou o choque frontal com a finança, que com certeza vai ganhar... e ao mesmo tempo perderá tudo, já que sua "vitória" destruirá o euro e criará precisamente as condições para uma reconstrução na qual os mercados, desta vez, estarão excluídos!

É garantido, no entanto, que esse retorno forçado às moedas nacionais, soando como um fracasso, terá efeitos políticos depressivos que vão pesar por um momento sobre todo o projeto de retomada europeia. É por isso que a probabilidade de tal retomada em longo prazo depende crucialmente do modo como saímos do euro. Colocar a energia política europeia na reserva para atravessar o período das moedas nacionais supõe então tomar o partido de "cair na moeda comum", quer dizer, provocar a deflagração dos mercados ao anunciar esse projeto, colocando-o claramente como o horizonte de uma vontade política de certo número de países europeus, em vez de dar a esse enfrentamento apenas a saída sem continuidade das moedas nacionais. Se, portanto, não escapamos ao retorno das moedas nacionais, a maneira de retornar a elas determina a possibilidade de recomeçar!

Em todo caso, fora a grande anestesia no euro antissocial, nós voltaremos a ele. É essa a sanção de uma construção incapaz de evoluir por ter-se privado, ela mesma, de qualquer grau de liberdade. As construções ultrarrígidas têm apenas a escolha de resistir enquanto não têm de enfrentar choques externos muito poderosos, ou então romper; mas não o de se ajustar.

Atacar o coração da construção

O europeísmo protestará que sua Europa amada não cessa, ao contrário, de progredir. Fundos Europeus de Estabilidade Financeira (Feef), Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), pagamento da dívida soberana pelo BCE,[8] união bancária: tantos avanços, sem dúvida conquistados um pouco dolorosamente, mas bem reais! Infelizmente, e sem surpresa, nenhum trata do coração da construção, esse núcleo duro do qual emanam todos os efeitos depressivos e antidemocráticos: exposições das políticas econômicas aos mercados financeiros, Banco Central independente, obsessão anti-inflacionista, ajuste automático dos déficits, recusa em cogitar seu financiamento monetário. Também os "avanços" permanecem periféricos, remendos destinados a acomodar como podem as mais desastrosas consequências que o "coração", endurecido e protegido, não para de produzir. Reparando os efeitos sem nunca querer atacar as causas, a Europa persevera, incapaz da menor revisão de fundo e inconsciente do fato de que a ruptura é o único destino que ela se dá.

BOX:

Os eurobonds

Os *eurobonds* consistem em um agrupamento das dívidas públicas da zona do euro. Por exemplo, diferentes dívidas soberanas, na altura de 60% do PIB dos Estados-membros, seriam

consideradas dívida europeia indiferenciada, sobre a qual todos os Estados-membros seriam solidariamente responsáveis. Se um país fosse à falência, os outros seriam os fiadores. Em outras propostas, são as dívidas soberanas acima de 60% que seriam agrupadas. Claro, é acima de 60% que o efeito de garantia é mais útil... mas é nele também que ele corre o risco de ser mais solicitado. *(F.L.)*

*****Frédéric Lordon*** *é economista, autor de Jusqu'à quand? L'éternel retour de la crise financière (Até quando? O eterno retorno da crise financeira), Raisons d'Agir, Paris, 2008.*

1 Ler François Denord e Antoine Schwartz, "Dès les années 1950, un parfum d'oligarchie" [Desde os anos 1950, um perfume de oligarquia], Le Monde Diplomatique, jun. 2009.
2 Ler Serge Halimi, "Fédéralisme à marche forcée" [Federalismo à marcha forçada], Le Monde Diplomatique, jul. 2012.
3 Thomas Piketty, "Changer l'Europe pour surmonter la crise" [Mudar a Europa para superar a crise], Libération, Paris, 17 jun. 2013.
4 Por exemplo, contingenciando, ou até mesmo proibindo, certas operações financeiras.
5 As denominações nacionais (eurofranco, eurolira etc.) devendo passar pelo euro para se converter em dólares.
6 O sistema monetário europeu (1979-1993) era um sistema de trocas fixas, mas acompanhadas por uma faixa de flutuação de mais ou menos 2,25% em torno das taxas centrais. É a dificuldade de manter essas taxas centrais na presença de uma perfeita liberdade de movimentos de capitais que levou o SME a crises de repetição.
7 Jacques Sapir, "Quand la mauvaise foi remplace l'économie: le PCF et le mythe de 'l'autre euro'"[Quando a má-fé substitui a economia: o PCF e o mito do "outro euro"], RussEurope, 16 jun. 2013. Disponível em: .
8 O Feef e o MEE são dois fundos de assistência aos países endividados. O Outright Monetary Transactions (OMT) é um programa do BCE de compra de títulos soberanos.

T2 Marketing sonoro invade as cidades (Ano 7 / n° 73 / Ago – 2013)

*por Juliette Volcler**

"Escolha a música de fundo da sua estação!" O convite, lançado em maio pela companhia ferroviária da França, dissimula uma intenção menos aparente: os concertos de Mozart ou Chopin visavam afastar jovens e sem-teto. Ainda engatinhando, a modelagem do universo sonoro suscita uma série de iniciativas... e de questões

"Trinta anos atrás, na França, cada indivíduo tinha uma caixa de som consigo: seu walkman. Hoje, se alguém fosse contar o número de alto-falantes à sua disposição, iria encontrar dezenas deles. Estamos assistindo a uma multiplicação e diversificação, com sistema de som assumindo outras aparências: não são apenas as caixas acústicas colocadas em ambos os lados do aparelho de som, são também os objetos integrados à vida diária, os fones de ouvido, as campainhas, os pequenos sistemas de voz, os telefones celulares."[1] Em uma época de cidades inteligentes e de realidade ampliada, a tendência apontada pelo designer de som Roland Cahen não dá sinais de declínio: a tecnologia trabalha para dotar de linguagem, música, alertas e decorações auditivas os múltiplos materiais até então mudos ou que faziam simplesmente barulhos.

A cidade é um desses materiais. Ela constitui o tema de uma modelagem acústica – no momento sem um grande consenso a respeito – por parte das instituições, dos industriais, dos publicitários, das associações empresariais e dos laboratórios. Um mapeamento sonoro é desenvolvido lentamente, instalando novos usos e fronteiras invisíveis nos espaços públicos. Trata-se ora de atrair, ora de rejeitar; ora de informar, ora de vender. Empresas privadas e serviços públicos trabalham para agradar aos ouvidos dos clientes e, às vezes, também para irritar os indesejados.

O silêncio causa ansiedade

O design sonoro, praticado desde os anos 1980, vai de vento em popa e, com ele, um sem-número de novas especialidades: *audio branding*, concepção de ambientes, marketing de áudio. Com a vantagem para uns e o inconveniente para outros de "o sinal sonoro estar presente no ambiente e ser intrusivo e organizador", como sintetizou Gérard Uzan, pesquisador do laboratório de Tecnologia, Deficiências, Interfaces e Multimodalidade (THIM), da Universidade de Paris 8, e idealizador dos semáforos para cegos obrigatórios na França para cada novo dispositivo desde 1999.

A paisagem sonora urbana de hoje permanece em grande parte aquela herdada da Segunda Revolução Industrial: um ruído de fundo grave e constante, em que se misturam motores térmicos, condicionadores de ar e ruídos ferroviários. "Poluição sonora", diria nos anos 1970 o compositor canadense Murray Schafer.[2] "Uma das definições do som é que ele é um subproduto energético de um sistema. Afora alguns elementos destinados à comunicação, tudo que ouvimos não é desejado: é consequência de uma atividade. Na gravação de uma cidade ou de um parque público, não há muito mais barulho do que trinta anos atrás. Há apenas um ou dois novos sons", constata o compositor e ornitólogo Bernard Fort, da cidade francesa de Lyon. Sobre os objetos sonoros emergentes da indústria, Cahen acrescenta: "Estamos mais na prospecção do que na aplicação". E também mais na busca das medidas antirruído, iniciadas quarenta anos atrás, do que em uma abordagem positiva e criativa do ambiente acústico.

O planejamento de som ainda não existe; não suficientemente, dizem aqueles que nele depositam a esperança de cidades agradáveis ao ouvido. Mas seus esboços já se fazem ouvir, projetados de forma empírica, sem debate público sobre as transformações sociais a que dão origem. O urbanismo sonoro? Ele poderia ser definido precisamente como a paisagem dos sons desejados, concebidos para moldar a cidade – pretendidos por aqueles que os concebem pelo menos –, quer os alto-falantes sejam móveis ou imóveis. Privilégio do som em relação às paredes, é de um urbanismo fluido que se fala aqui.

A primeira interessada, portanto, é a indústria automotiva, em plena mudança para motores híbridos ou elétricos. Os fabricantes se equipam há alguns anos com laboratórios de acústica e de design sonoro. Desde o pós-guerra, conta Vance Packard em *La persuasion clandestine* [A persuasão clandestina], publicado em 1957, algumas montadoras norte-americanas trabalham no ruído que as portas fazem ao se fechar para que ele soe "tranquilizador".[3] Em 2010, a Audi, líder nessa área, lançou com grande publicidade seu conceito de *corporate sound*: o desenvolvimento de uma identidade específica da marca, desde o fechamento do porta-luvas até as músicas e as vozes escolhidas para acompanhar os comerciais. No interior do veículo, a pessoa se acostuma a que as menores ações, que outrora pareciam ser facilmente executadas sem assistência, sejam realizadas por som: tanque vazio, cinto não colocado, virar à direita. Trata-se de um bloqueio sonoro do motorista, que não pode mais se aventurar debaixo do capô agora eletrônico, mas que em breve poderá em contrapartida definir sua atmosfera, de modo a escolher se o carro soa como um disco voador ou como um diesel *vintage*.[4]

Se a indústria está tão interessada no som e se preocupa em divulgar isso é porque o problema para ela não é mais resolver o barulho, e sim o silêncio. Os novos motores, quase inaudíveis, tornam-se perigosos para os pedestres e para os outros motoristas. "O silêncio é causador de ansiedade", chega a dizer Vincent Roussarie, engenheiro de pesquisa em psicoacústica da Neosound, o laboratório da PSA Peugeot-Citroën.[5] Assim, a indústria volta a seus primórdios. O século XIX, preocupado com a segurança rodoviária, tinha dotado cada tipo de veículo com um som específico: "sinos no pescoço" para os cavalos das charretes, "trompas ou buzinas" para os bondes, "pequenos sinos" e depois "buzina obrigatória" para os automóveis.[6]

Na Holanda, uma rede de pizzarias assumiu a iniciativa. Depois de ter reequipado seus entregadores com *scooters* elétricas, a Domino's percebeu que os riscos de acidentes aumentavam e encarregou-se então da sonorização. Resultado: os motores difundem ao longo de todo o percurso uma voz humana imitando o ruído de um motor térmico e anunciando o nome da marca a cada poucos segundos.[7] A invenção, batizada de *safe sound*, também apresenta a vantagem de ser um *marketing sound* com um belo efeito cômico. Pelo menos por enquanto, porque é toda a indústria que começa a sonhar, tendo a segurança como álibi, com uma assinatura sonora permanente no espaço público.

Grilos no metrô parisiense

Na década de 1990, a Harley-Davidson tinha procurado – em vão – reservar os direitos autorais do som característico de seus motores, chegando mesmo a tentar – também sem sucesso – processar a Honda, que se atrevera a imitá-la.[8] Mas essas primeiras tentativas visavam patentear um barulho, "subproduto energético" da moto, não um som especificamente *desenvolvido*.

Porém, a paixão da indústria automobilística pelas possibilidades promocionais do som não é unânime. “Trata-se de caminhar para a harmonia, não para a cacofonia”, resume Nicolas Misdariis, da equipe de percepção e design sonoro do Instituto de Pesquisa e Coordenação Acústica/Música (Ircam). “O design sonoro como o entendemos não consiste em adicionar som ao som, mas em trazer um componente intencional de uma maneira controlada, inteligente e concentrada. Quando trabalhamos para a Renault, eles nos especificaram certos elementos em termos de identidade da marca ou de valores trazidos pelo veículo elétrico, tais como a ecologia ou a fluidez. Mas podemos tentar fornecer calibres genéricos de um som que atenderia à maioria das funções que se espera dele: fazer-se ouvir, ser agradável, não ser muito alto.” Corinne Fillol, gerente da instituição Acoustique et Vibrations [Acústica e Vibrações] da Administração Autônoma dos Transportes Parisienses (RATP, na sigla em francês), insiste quanto à importância de estabelecer uma “gramática sonora” dos espaços públicos: reservar alguns sons para a segurança e sobretudo conservar a sobriedade para “não impor um uso”.

Há alguns anos, o metrô de Paris opera uma lenta mudança: disciplinar os fluxos embalando o ouvido. “Na RATP, a preocupação com a acústica mudou completamente em dez anos. Fomos de ‘reduzir os níveis de ruído’ para ‘construir com o material sonoro’”, observa Corinne. A RATP experimenta este ano duas instalações, avaliando seu impacto para os viajantes. Em Châtelet-Les Halles, ela visa “criar um viés na percepção para reduzir o tempo de percurso no corredor”, por meio da difusão de ambientes sonoros feitos sob medida. Na [estação] Opéra, alto-falantes espalhados sob uma grande esteira rolante destilam, de forma quase inaudível, evocações do bairro em torno: voos líricos, aplausos. Nas estações em curva da Linha 1, o espaço entre a plataforma e o trem é indicado, explica Song Phanekham, responsável pela identidade sonora da administração, por um “sinal de alerta clássico misturado com o chilrear de grilos”.

Teoria da diversão na Volkswagen

Foi em meados de 1990 que a RATP começou a fazer uso do design sonoro, na pessoa de Bernard Delage, para projetar o som do bilhete de metrô Navigo, três bips – validação, recusa, últimos dias de validade –, o que também exigiria a intervenção de um compositor, de um psicólogo e de um técnico de som.[9] Os passageiros dos horários de pico parecem adotar eles próprios um ritmo ideal para não quebrar a harmonia dos bips. “Quando não se tem o tempo da reflexão e muito menos o da análise, a dupla estímulo-resposta do behaviorismo é útil e necessária”, resume Delage a propósito do projeto e de seu interesse, sobretudo em matéria de segurança. Inicialmente pensada para ajudar os cegos e deficientes visuais em seu caminho, a sinalética se expande hoje para o conjunto dos cidadãos.

A instalação sonora está ganhando espaço nas políticas de desenvolvimento das comunidades locais, preocupadas com seu marketing territorial. Assim, o artista Christian Boltanski sonorizou dez bancos do Parque Montsouris, em Paris, onde os visitantes podem ouvir confissões apaixonadas sussurradas em diversas línguas: “Um encontro sem precedentes entre o útil e o agradável, o prático e o lúdico, o necessário e o essencial”, anuncia triunfalmente Jean-Paul Huchon, presidente da região de Île-de-France.[10] A cidade se enfeita, tornando-se local de um passeio organizado, território desembaraçado, superficialmente, dos conflitos sociais que o constituem e o transformam.

Além do cuidado em seus veículos, a indústria automobilística também se compraz em imaginar "o prático e o lúdico" dos espaços públicos de amanhã. Assim, a Volkswagen criou uma escada-piano de um dia no metrô de Estocolmo, transformando os degraus de concreto próximo a uma escada rolante em um grande teclado sonorizado. "Chamamos isso de teoria da diversão, pois acreditamos que a diversão é o que permite mudar da forma mais simples o comportamento das pessoas para melhor."[11] O melhor? Incentivá-las a usar as escadas comuns em vez da escada rolante. E a comprar os "veículos ecológicos" da marca em detrimento de outros. O carro, então, inventa o behaviorismo da diversão: esconder o marketing sob a arte, a injunção sob o riso, o higienismo sob a brincadeira.

A Volkswagen se coloca aqui na linhagem direta da Muzak Corporation, que inventou a música ambiente nos anos 1930 e criou, para promovê-la, o conceito de "progressão do estímulo". A melodia tinha por função, além de esconder os ruídos do trabalho, melhorar a produtividade: tônico quando a energia caía, calmante quando a distração rondava. A "progressão do estímulo" hoje continua a ser adaptada aos mais variados universos, supostamente para prolongar o tempo de presença de um cliente numa loja ou, ao contrário, para acelerar a rotatividade num restaurante. Já alguns alto-falantes ultradirecionais transmitem anúncios voltados para áreas específicas – pilha de best-sellers em uma livraria, parte de uma calçada em frente a um cartaz – para capturar o ouvido de quem ainda permaneça muito distraído.

"É possível ser cínico e dizer que o designer sonoro tem necessariamente um futuro, porque em breve teremos feito o caminho dos meios de mais-valia pelo chique visual ou formal. O que vai permitir continuar a ter lucro será o som correto",[12] anuncia com amargura o pioneiro francês do design sonoro Louis Dandrel. Seria possível expandir sua observação para o desenvolvimento sonoro em geral: tal como o olfativo, o bolo acústico está pronto para ser compartilhado, e os apetites se aguçam. Alguns se engajam na batalha pelo que definem como interesse público: eliminar a saturação do ambiente visual, fornecendo algumas informações por alto-falante em vez de cartazes, tornar a cidade mais adequada para o ouvido, harmonizar o sonoro para, esperam eles, harmonizar a sociedade. Muitos vão lá para moldar, em um interesse particular reivindicado, um espaço público sem asperezas, utilitário, rentabilizado até em seus menores nichos.

Como evitar a saturação? Com a criação de uma regulamentação, como a que já existe para as ondas, imagina Dominique Bidou, presidente do Centro de Informação e Documentação sobre o Barulho (CIDB). Moldando um ambiente "on demand" por meio dos celulares dos transeuntes, respondem, com ar sério ou com um sorriso amarelo, diversos estudiosos da acústica. Já o compositor e pesquisador do Centro de Pesquisa sobre o Espaço Sonoro e o Meio Ambiente Urbano (Cresson, na sigla em francês), Henry Torgue, sugere "proceder por esvaziamentos, deixando espaços livres ao som em vez de tomar uma atitude intencional de sobrecarga em relação a ele".[13] Uma visão na contramão do urbanismo que se desenha, o qual abriria a cidade – e nós mesmos – àquilo que ele chama de "obrigação de improvisar".[14]

*__Juliette Volcler__ *é produtora de rádio independente, é autora do ensaio Le son comme arme. Les usages policiers et militaires du son [O som como arma. Os usos policiais e militares do som], Découverte, Paris, 2011.*

1 É possível ouvir as entrevistas realizadas por essa pesquisa em .

2 Murray Schafer, The tuning of the world [A afinação do mundo], Knopf, Nova York, 1977.

3 Vance Packard, La persuasion clandestine [A persuasão clandestina], Calmann-Lévy, Paris, 1998.

4 “Automobile: du bruit à la musique” [Automóvel: do barulho à música], Interception, France Inter, 13 jan. 2013.

5 “Au coeur du Stellab, la source du bruit automobile” [No coração do Stellab, a fonte do ruído do automóvel],L’Usine Nouvelle, Antony, 9 fev. 2012.

6 Sabine Barles, “Histoire de l’environnement urbain, bruits et sons: quelques réflexions” [História do desenvolvimento urbano, ruídos e sons: algumas reflexões], na “Jornada de Reflexão Epistemológica”, grupo de pesquisa n.2493, “Barulho dos transportes”, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), out. 2008. Disponível em: .

7 Um vídeo, assim como outros exemplos de urbanismo sonoro, estão listados em .

8 John O’Dell, “Harley-Davidson quits trying to hog sound” [Harley-Davidson desiste de tentar monopolizar o som], Los Angeles Times, 21 jun. 2000.

9 Andrea Bergala, “L’empire des sons” [O império dos sons], Arte France, System TV, 2005.

10 “L’art pour le tram. Commande publique sur le parcours du tramway des Maréchaux (T3) de Paris” [A arte para o trem elétrico. Comando públicos sobre o percurso do trem elétrico de Maréchaux (T3) de Paris], press release da prefeitura de Paris,

14 dez. 2006.

11 Ver .

12 Andrea Bergala, “L’empire des sons”, op. cit.

13 Entrevista coletiva com os membros do Cresson,

22 jan. 2013.

14 Henry Torgue, Le sonore, l’imaginaire et la ville [O sonoro, o imaginário e a cidade], L’Harmattan, Paris, 2012.

T3 O duplo castigo das mulheres (Ano 7 / n° 73 / set – 2013)

*Por Christiane Marty**

O governo francês prometeu uma reforma da Previdência baseada na equidade e que permitiria reparar injustiças. O que será decidido para as mulheres será um marco desse compromisso. Desde 1993, as mudanças reduziram as pensões e tiveram consequências ainda mais negativas para assalariadas. A nova reforma será diferente?

As históricas desigualdades entre homens e mulheres na vida profissional se amplificam na aposentadoria. Se os salários femininos são, em média, um quarto inferiores, as pensões alcançam diferenças médias de 42%.[1] Não é para menos: as mulheres recebem, em geral, remunerações mais baixas (mesmo em funções e jornadas iguais às dos homens), trabalham em tempo parcial com mais frequência e desenvolvem carreiras mais curtas em razão de interrupções ligadas à educação das crianças. E o salário e a duração da carreira são os dois componentes principais do cálculo da aposentadoria.

Os sistemas de aposentadoria e, de forma mais geral, a proteção social foram concebidos há setenta anos de acordo com o modelo do homem como pilar da família, que trabalha jornada completa sem interrupção e recebe direitos diretos de pensão, enquanto a mulher, no lar, se beneficia de direitos derivados de seu estatuto de esposa e mãe. A forma de cálculo fundada nessa norma desfavorece as carreiras curtas e produz, como reconhece o Conselho de Orientação das Aposentadorias (Conseil d'orientation des retraites – COR), um "efeito globalmente antirredistributivo" que "aumenta as desigualdades e desfavorece os aposentados de carreiras curtas, que recebem salários mais baixos,[2] e, entre eles, particularmente as mulheres".[3]

É certo que alguns dispositivos familiares visam compensar o prejuízo da carreira provocado pela educação das crianças. Mas essas medidas são insuficientes: não agem nas causas das desigualdades e ajudam a perpetuar a redução do papel social das mulheres a mães. Além disso, alguns desses dispositivos são aplicáveis somente em casos em que existe interrupção da atividade remunerada. Essa condicionalidade incentiva a mulher a se retirar do trabalho, o que prejudica a carreira e, depois, o cálculo da aposentadoria. No fim das contas, os papéis de gênero são perenizados e as mulheres continuam sendo sujeitos com direitos complementares, em vez de direitos diretos.

A maternidade não é, contudo, a única causa de prejuízo das pensões femininas: para as mulheres sem filhos, as aposentadorias são em média 19% mais baixas que as dos homens.[4] Essa diferença, longe de ser insignificante, permanece oculta. Sem dúvida, com o tempo, as diferenças se amenizarão em prol da maior participação feminina no mercado de trabalho e do reconhecimento da qualificação profissional das mulheres. Mas as reformas realizadas nos últimos vinte anos representam obstáculos a essa tendência histórica – e seus efeitos ainda se fazem sentir.

Assim, o aumento constante do tempo de trabalho assalariado exigido para se obter pensão integral pesa muito mais sobre as carreiras curtas. A redução da aposentadoria em caso de insuficiência no número de trimestres trabalhados atinge mais as mulheres do que os homens (9% contra 6% entre as pessoas que se aposentaram em 2008).[5] Da mesma forma, a passagem de dez para 25 anos na contagem dos melhores anos de salário para determinar o montante da pensão traduziu-se por uma redução imediata da aposentadoria – baixa que se acentua no caso

de carreiras interrompidas ou de curta duração. Por outro lado, o seguro social concedido às mulheres que interrompem a carreira para cuidar dos filhos tem sido cada vez menor. Em 2003, passou de um ano para seis meses no setor público e, em 2009, de dois anos para um ano no setor privado.

O modelo patriarcal

Desde 1993, a indexação das pensões sobre os preços, e não mais sobre a média salarial, significou que a diferença do nível de vida se acentuou entre assalariados e aposentados, particularmente os mais velhos. Como constata Yannick Moreau, autora de um relatório recente entregue ao primeiro-ministro, "os efeitos dos critérios de revalorização podem ser consideráveis sobre as aposentadorias recolhidas durante vinte, trinta ou quarenta anos". Que essas coisas sejam ditas com os termos adequados. De fato, o índice de aposentados em situação de pobreza passou de 8,5% em 2004 para 10,2% em 2010, e, "no seio dessa população, as mulheres isoladas (notadamente viúvas) são super-representadas".[6]

Espera-se uma nova deterioração das pensões, já que o governo anunciou que sua reforma, "diferentemente das precedentes", propõe a contribuição dos aposentados. O rumo parece ser o aumento da contribuição social generalizada (CSG). Para além da insolência de sugerir que os aposentados foram poupados até agora,[7] é difícil compreender como a diminuição do poder de compra desse setor poderia contribuir com a "equidade". Qualquer desconto proporcional pesará mais sobre aposentados mais modestos – em sua maioria, mulheres –, que consagram a quase totalidade da renda ao consumo de alimentos.

A França ocupa o sexto lugar na lista dos 29 países europeus com mais diferenças entre os sexos na questão da aposentadoria, segundo relatório da Comissão Europeia.[8] A evolução não parece ir num bom sentido: a desigualdade de gênero nas pensões aumentou 10% em cinco anos. A Comissão, paradoxalmente, continua a preconizar o aumento do tempo de contribuição e, ao mesmo tempo, ressaltar seus efeitos nefastos. Duas medidas, segundo o relatório, "possivelmente teriam um efeito desproporcional sobre as mulheres": a aposentadoria por capitalização – ainda pouco desenvolvida na França – e o aumento do número de anos trabalhados. Essa última medida "poderia ter efeitos indesejáveis a médio prazo e acarretar uma redução nas pensões". Contudo, o governo anuncia o prolongamento do período de contribuição!

Em realidade, as reformas realizadas em diversos lugares visam reduzir a participação da aposentadoria pública sobre a distribuição[9] e abrir uma avenida cada vez mais larga no sistema de previdência privada. A lógica deste último é reforçar a contributividade do sistema, ou seja, a relação de proporcionalidade entre o total recolhido ao longo da carreira e o da pensão acumulada ao longo da aposentadoria. Segundo essa lógica, o aumento da expectativa de vida deve se traduzir no aumento do tempo de contribuição ou na redução das pensões. Desaparece, assim, a questão da distribuição da riqueza produzida. Medidas como o aumento do período de contribuição e a base do cálculo tomando como referência os 25 melhores anos de salário – mais nefastas para as carreiras curtas, como visto anteriormente – já aumentam a contributividade do sistema. Em paralelo, vê-se a queda relativa dos mecanismos de solidariedade – dispositivos familiares, reversão (parte da pensão do cônjuge falecido) –, que em geral operam uma redistribuição em benefício dos menos favorecidos.

Marisol Touraine, ministra dos Assuntos Sociais e da Saúde, considera a possibilidade de revisar os dispositivos familiares com o objetivo, segundo ela, de dirigi-los melhor às mulheres. Na situação atual, eles são indispensáveis para completar as pensões e, portanto, não poderiam ser reduzidos, ainda que alguns mereçam uma revisão. Assim, a bonificação de 10% da pensão concedida aos pais de três filhos, que representa uma soma importante (6 bilhões de euros), é duplamente injusta. Calculada *pro rata*em relação à pensão, ela beneficia mais os homens do que as mulheres, pois é a carreira feminina que em geral é prejudicada pelo cuidado dos filhos. Proporcional, ela favorece as aposentadorias mais elevadas, e não é imposta. Touraine cogita transformá-la em benefício somente para as mães... – o que não vai incentivar os pais a investir e, ademais, contraria a legislação europeia sobre a discriminação de gênero.

Fundamentalmente, esses dispositivos perenizam a relação do benefício social das mulheres com as atividades parentais. Uma política coerente em prol da igualdade deve favorecer a evolução do sistema para uma proteção social que rompa com o modelo patriarcal. Isso implica, em vez de estender os benefícios de direitos derivados, reforçar o direito das mulheres a uma pensão de benefício direto.

Essa medida também é necessária porque, com a diminuição do número de casamentos, as pessoas casadas ou viúvas em breve não serão mais maioria entre os aposentados. Os solteiros, divorciados ou separados, com pouco ou nenhum direito a uma pensão revertida, serão mais numerosos. E apenas as pensões de direito direto assegurarão sua autonomia.

É necessário, portanto, colocar em marcha políticas de luta contra as discriminações profissionais, incitar os pais a buscar a igualdade na vida doméstica e desenvolver creches. Como observa um relatório do Institut des Politiques Publiques, ocupar-se da primeira infância é mais eficaz, em termos orçamentários, que compensar *a posteriori* o prejuízo da carreira das mulheres.[10] Para que as políticas públicas produzam efeito e diminuam de fato as verbas destinadas a compensar prejuízos na carreira, será necessário reorientar progressivamente uma parte do montante dos dispositivos familiares e, em seguida, reduzi-los ao longo das gerações.

Mas reforçar o direito direto das mulheres a uma pensão integral implica voltar a medidas passadas que o comprometeram.[11] Além disso, para que as carreiras curtas não sejam mais prejudicadas, é necessário calcular o valor da pensão tendo como referência um percentual fixo (por exemplo, um quarto) dos anos de contribuição. Para uma carreira de quarenta anos, o cálculo teria como base os dez anos de melhor salário; para uma carreira de dez anos, os 2,5 melhores etc. Para os períodos de contribuição em jornada parcial, o adicional na cotização seria justificado, pois esse tipo de emprego é muito vantajoso para os funcionários. Sem esquecer que, se a taxa de atividade das mulheres se elevasse à dos homens (atualmente, é 10% mais baixa), o financiamento das aposentadorias seria melhorado, assim como o próprio direito direto delas à pensão.

As preconizações para a igualdade de gênero formam um sistema. A reflexão sobre a aposentadoria das mulheres não é simplesmente um argumento feminista para a necessidade de romper com a lógica atual: ela mostra que essa lógica é incompatível com qualquer projeto de emancipação global.

***Christiane Marty** é pesquisadora, coautora de Retraites, l'alternative cachée [Aposentadorias, a alternativa omitida], Attac/Fondation Copernic/ Syllepse, Paris, 2013 (lançamento previsto para Setembro 2013) e coordenadora da obra Le féminisme pour changer la société [O feminismo para mudar a sociedade], Attac/Foundation Copernic/ Syllepse, 2013.*

1 "Les retraités et les retraites 2013" [Os aposentados e as aposentadorias 2013], Direction de la recherche, des études et de l'évaluation statistiques (Drees), Paris.

2 Carreiras curtas e baixos salários estão fortemente relacionados.

3 "Douzième rapport du Conseil d'orientation des retraites" [Décimo segundo relatório do Conselho de Orientação das Aposentadorias], Paris, 22 jan. 2013.

4 "The gender gap in pensions in the EU" [A diferença de gênero nas aposentadorias na União Europeia], Comissão Europeia, Bruxelas, jul. 2013.

5 "Les retraités et les retraites 2013", op. cit.

6 Yannick Moreau, Nos retraites demain: équilibre financier et justice [Nossas aposentadorias amanhã: equilíbrio financeiro e justiça], La Documentation Française, Paris, 2013.

7 Ler Antoine Rémond, "Et maintenant, faire payer la crise aux retraités" [E agora, a crise recai sobre os aposentados], Le Monde Diplomatique, jun. 2013.

8 "The gender gap…", op. cit. Em 2010, a diferença foi de 39%; o relatório se refere às pensões médias recebidas por homens e mulheres com mais de 65 anos, o que gera um valor diferente das estatísticas nacionais.

9 A distribuição consiste em financiar as pensões pelas cotizações retiradas ao mesmo tempo que os ativos.

10 "Réformer le système de retraite, les droits familiaux et conjugaux" [Reformar o sistema de pensão, os direitos familiares e conjugais], Institut des Politiques Publiques, Paris, jun. 2013.

11 Números e soluções financeiras são apresentados em Retraites, l'alternative cachée [Aposentadorias, a alternativa omitida], Attac/Fondation Copernic/Syllepse, Paris, 2013.

T4 Arame farpado: ferramenta rudimentar mas ainda eficaz (Ano 7 / n° 75 / Set – 2013)

*Por Olivier Razac**

Na era das câmeras de vigilância e da identificação biométrica, poderíamos achar que o arame farpado se tornaria obsoleto. Porém, ele continua sendo largamente utilizado em todo o mundo. Inventariar seus múltiplos empregos ou seus substitutos pode ser um exercício rico em ensinamentos

Inventado em 1874 por um fazendeiro norte-americano, Joseph Glidden, para cercar as propriedades das Grandes Planícies, o arame farpado se tornou imediatamente um instrumento político de primeira importância. Em menos de um século e meio, ele serviu para cercar as terras e assim afastá-las dos índios norte-americanos, e para encerrar populações inteiras durante a guerra de independência de Cuba (1895-1898) e a segunda guerra dos bôeres na África do Sul (1899-1902); além disso, alimentou as trincheiras da Primeira Guerra Mundial e forneceu a cerca incandescente dos campos de concentração e exterminação nazistas.

Essencialmente, o arame farpado do tipo "Glidden" destina-se apenas a uso agrícola. Quando se trata de afastar homens, ele é substituído pelo arame farpado dito "lâmina": pequenas lâminas cravadas no fio central, que podem ao mesmo tempo cortar e furar o intruso, substituem as farpas. A forma da lâmina muda de acordo com a utilização prevista e pode servir tanto à simples dissuasão como ter a capacidade de ferir mortalmente.

A persistência de um objeto tão pouco elaborado pode surpreender. Em um século de progressão tecnológica fulgurante, ele continua eficiente para realizar o que se espera dele: delimitar o espaço, traçando no solo as linhas de uma partilha ativa. Nesse papel, ele é excelente. Sua leveza permitiu cobrir distâncias extraordinárias e sua flexibilidade responde a todas as necessidades: proteger, fortificar, fechar... Tudo isso com um fio de metal cheio de pequenas pontas. A distância entre a simplicidade do objeto e a importância de seus efeitos mostra que a perfeição de um instrumento de exercício do poder não se mede por seu refinamento técnico, que seu poder não passa necessariamente por um gasto de energia ou ainda que a maior violência não é forçosamente a mais impressionante.

Mesmo que o arame farpado tenha abandonado amplamente a paisagem das democracias liberais – teríamos muita dificuldade em imaginá-lo cercando escritórios, supermercados e jardins, ou sendo utilizado pelas forças da ordem para bloquear ruas durante manifestações –, ele não desapareceu. Continua sendo utilizado em todos os países, mas não em qualquer lugar. Em volta das plantações e pastos, no campo; na cidade, acima dos muros das fábricas consideradas estratégicas, dos quartéis, das prisões e em algumas residências; ao longo das fronteiras tensas, nos campos de batalha...

Nesses casos, o arame farpado funciona como um revelador das diferenças políticas. Por que é comum encontrá-lo sobre os muros das mansões ricas da África do Sul, ao passo que na França isso "não se faz"? Por que a polícia ou o exército podem facilmente parar os manifestantes desenrolando rolos de concertina[1] nas ruas das Filipinas, enquanto os soldados franceses se protegem atrás de finos escudos de acrílico?

A resposta é, pelo menos, tripla. É preciso em primeiro lugar considerar o nível de violência das sociedades em questão. A fortificação das residências privadas relaciona-se com a

brutalidade das desigualdades sociais, que ela inclusive contribui para piorar. O nível de sensibilidade à violência sofrida e percebida deve também ser levado em conta. Por fim, a variabilidade geográfica da força simbólica dos instrumentos utilizados: a percepção do arame farpado não é a mesma na Europa, na China e na África, em particular porque existe uma relação diferente com os objetos históricos que o arame farpado simboliza – na Europa, os campos de concentração, o genocídio, a guerra.

Esses três fatores desenham, finalmente, uma geografia política do arame farpado que também é uma cartografia dos grandes tipos de governo que coexistem no mundo – que não corresponde, em absoluto, aos recortes políticos mais convencionais (democracia*versus* ditadura). A resposta à questão "arame farpado ou não?" é um indicador bem confiável da tecnologia política e do tipo de relações entre governantes e governados.

Criar jardins de sonho

No Ocidente, o arame farpado simboliza a opressão, com relação às suas utilizações históricas catastróficas. Assim, "as cercas, os fios de arame farpado, as barragens, as forcas, as câmaras de gás e os fornos crematórios" do campo de concentração e exterminação de Auschwitz-Birkenau estão inscritos na lista do patrimônio mundial como o "símbolo da crueldade do homem contra o homem no século XX".[2] De modo significativo, no logotipo da Anistia Internacional, associação fundada no Reino Unido para combater a prisão e a tortura, figura uma vela enrolada num fio de arame farpado. Há que se notar que, por outro lado, a conotação negativa pode ser invertida quando se trata de destruir o dispositivo. Em 1989, a Hungria decidiu dar um passo significativo em direção ao Ocidente: "Num gesto simbólico, [o ministro das Relações Exteriores] cortou, com seu colega austríaco, os fios de arame farpado que marcavam a existência da cortina de ferro entre a Áustria e a Hungria".[3]

A forte carga simbólica do arame farpado fez dele um instrumento ainda mais custoso politicamente por existir uma sensibilidade exacerbada à violência e um desejo de imunidade dos corpos, opiniões e afetos. *Noli me tangere*[Que ninguém me toque!], diz a expressão latina. "Nas sociedades ocidentais", escreve o filósofo Alain Brossat, "o crescimento do paradigma imunitário tende a se desenvolver em verdadeira fobia do toque, do contato."[4] Nesse contexto, o arame farpado representa uma maneira intolerável de repartir os corpos no espaço. O risco de sofrer o contato cortante de suas pontas ou de suas lâminas, assim como a obrigação de suportar sua vista parecem inaceitáveis.

No entanto, até mesmo nos espaços onde o arame farpado é cada vez mais difícil de ser utilizado as delimitações não desaparecem: elas são apenas mais discretas, suavizadas. Pois existe um jogo de oposição entre, de um lado, as táticas de eufemização da violência espacial que necessitam da ausência de instrumentos agressivos como o arame farpado e, por outro lado, a persistência de táticas dissuasivas que se apoiem sobre uma brutalidade visível.

A eufemização é a princípio uma tática de discurso pela qual se substitui um termo por outro que diz indiretamente a mesma coisa. É assim que as fronteiras militarizadas se tornam "zonas desmilitarizadas", "zonas tampão" ou "barreiras de segurança". Mas, longe de ser apenas um linguajar, a eufemização também é estética, procedimental, tecnológica, arquitetônica, geográfica. Tomemos como exemplo as prisões para menores construídas nesses últimos anos: do lado de fora, indica o Ministério da Justiça, "a imagem carcerária é voluntariamente atenuada por um tratamento arquitetônico adaptado que garanta uma melhor integração ao

ambiente".[5] A violência espacial se exerce, mas economizando o custo político de seu exercício direto e sem maquiagem.

Daí a fascinação atual, ao mesmo tempo anedótica e sintomática, pela cerca vegetal. Uma empresa francesa, Sinnoveg, patenteou em 2005 o conceito de "trepadeira defensiva trançada natural". "Uma inovação completamente ecológica, decorativa e instransponível", vangloria-se o panfleto publicitário da empresa. Graças a uma escolha de essências vegetais com espinhos particularmente agressivos, esse novo tipo de barreira permite criar um obstáculo tão eficiente quanto uma cerca de arame farpado, por um custo parecido e com um retorno estético neutro, até mesmo agradável. Como se fosse arame farpado, com a vantagem de dar flores na primavera...

Assim, "os locais são protegidos sem para isso parecerem agressivos ou até mesmo chocantes vistos de fora". Outra vantagem dessas trepadeiras: elas são adaptáveis e moduláveis. Ao lado das escolas, os vegetais que as compõem são desprovidos de espinhos; por outro lado, nas localidades "sensíveis", as plantas servem para camuflar e reforçar as cercas clássicas de arames farpados e grades. Nessas combinações de flores e espinhos se entrelaçam a tática e a poesia do poder. Jardins de sonho seguros: "A Sinnoveg possui um *savoir-faire*para criar jardins de sonho, de descanso em harmonia com a casa e seus mestres, oferecendo ao mesmo tempo o conforto da tranquilidade e da segurança por meio de um conceito decorativo e discreto de cerca vegetal intransponível, assim como vegetais excepcionais e únicos".

Refinados meandros da violência política

Em outros casos, a eufemização está a serviço de um aumento da potência repulsiva. Ela consiste em camuflar os instrumentos violentos – a trepadeira florida que dissimula grades e rolos de arames farpados laminados – ou em mascarar a própria ação de delimitação a fim de capturar mais facilmente aqueles que a transgridem. Mesmo suavizadas, as demarcações do espaço não desaparecem: elas se modulam segundo as necessidades técnicas, em função de um equilíbrio sutil entre eficiência do instrumento utilizado e sua aceitabilidade simbólica. O arame farpado não vai desaparecer das sociedades ocidentais, mas em breve ele será utilizado somente para níveis de segurança muito elevados (prisões, campos militares...), em situações em que poderá ser escondido ou ainda em locais afastados, pouco habitados. Nas cidades modernas, a eficiência e a discrição das delimitações são obtidas preferencialmente por meios tecnológicos virtualizados: câmeras, portões eletrônicos, sensores...

A carga simbólica negativa e inconsciente do arame farpado pode agir como um instrumento de dissuasão, seguindo o cálculo – político e pragmático – que decide por sua utilização. Assim, o bairro de New Willington, na periferia considerada perigosa de Compton, no sul de Los Angeles, foi cercado para colocar um fim aos enfrentamentos entre gangues. Ali há de tudo: arame farpado, grades com ponta de lança, barreiras, desvios, guaritas, guardas. "As conotações militares da arquitetura desse dispositivo de filtragem não são suavizadas. Ao contrário, essa estética defensiva torna visíveis a segurança e o controle que foram reencontrados nessa comunidade."[6]

O aspecto agressivo da delimitação serve aqui para prevenir as tentativas de transposição ao mesmo tempo que produz uma diferença hierárquica entre dois espaços e duas populações. O interior é valorizado (principalmente em termos imobiliários) pela aparência chamativa da segurança, ao mesmo tempo que o exterior é desvalorizado e seus habitantes são designados

como indesejáveis. Em outro local, em contrapartida, num município fechado da Califórnia, reservado a moradores com mais de 55 anos, a agressividade da cerca serve essencialmente para tranquilizar os habitantes, sem repousar sobre uma verdadeira utilidade operacional: "Aqui, a aparência de segurança é mais importante do que a segurança efetiva".[7]

Todas essas possibilidades de agenciamento dos instrumentos de delimitação do espaço desenham um leque estratégico de grande riqueza: multiplicação e reforço dos limites graças a uma suavização simbólica, mas também endurecimento da segregação graças à sua brutalidade, real ou espetacular. O objetivo das divisões do espaço hoje não é binário: não se trata de uma "grande reclusão" da qual o arame farpado e a multiplicação das fronteiras blindadas seriam o sintoma, tampouco de uma simples liberação da circulação dos fluxos em razão da utilização de tecnologias virtuais.

O objetivo reside em uma diversificação estratégica que permite todas as misturas, todas as articulações e todas as ambiguidades. Paradoxalmente, um instrumento como o arame farpado, sobre o qual poderíamos pensar que focaliza nossa atenção em objetivos arcaicos da violência – a visibilidade de uma brutalidade intensa exercida sobre a carne –, nos leva, ao contrário, a deslocar nosso olhar. As formas atuais da violência política se reconhecem menos por sua intensidade manifesta do que por seus meandros refinados.

Olivier Razac *é filósofo, é autor da Histoire politique du barbelé [História política do arame farpado], Flammarion, Paris, 2009.*

1 "Concertina" porque esse arame farpado do tipo lâmina se desenrola como um acordeão.

2 Disponível em: .

3 Entrevista com Gÿula Horn, Le Monde, 5 nov.1999.

4 Alain Brossat, La démocratie immunitaire [A democracia imunitária], La Dispute, Paris, 2003.

5 "Les établissements pénitentiaires pour mineurs" [Os estabelecimentos penitenciários para menores], Ministère de la Justice, Paris, 31 jan. 2005.

6 Gérard Billard, Jacques Chevalier e François Madoré, Ville fermée, ville surveillée. La sécurisation des espaces résidentiels en France et en Amérique du Nord [Cidade fechada, cidade vigiada. A segurança dos espaços residenciais na França e na América do Norte], Presses Universitaires de Rennes, 2005.

7 Ibidem.

T5 Possuir ou partilhar? (Ano 7 / n° 75 / Out – 2013)

*por Martin Denoun e Geoffroy Valadon**

E se o uso não fosse mais necessariamente sinônimo de propriedade? Preocupadas em acabar com o hiperconsumismo e confrontadas com um poder de compra em queda, diversas pessoas se organizam para dividir e trocar. Um movimento em plena expansão que os grupos privados desviaram para aumentar o círculo... de consumidores

Na casa de cada um de nós existem ao mesmo tempo um problema ecológico e um potencial econômico. Temos em nosso lar muitos bens que não utilizamos: a furadeira que dorme dentro de um armário e só será útil, em média, por treze minutos em sua vida, os DVDs que foram vistos uma ou duas vezes e se acumulam, a máquina fotográfica que capta mais pó do que luz, mas também um carro que só usamos sozinhos menos de uma hora por dia, ou o apartamento que fica vazio por todo o verão. A lista é longa. E representa uma quantidade impressionante tanto de dinheiro quanto de lixo futuro." Tal é,*grosso modo*, a chamada principal dos teóricos do consumo colaborativo. Pois, acena com um grande sorriso Rachel Botsman,[1] uma das chefes da fila, "precisamos do buraco, não da furadeira! Do filme, não de um DVD, de transporte, não de um carro".

Jeremy Rifkin foi quem diagnosticou essa transição de uma era da propriedade para uma "era do acesso",[2] na qual a dimensão simbólica dos objetos diminui à medida que aumenta sua dimensão funcional: enquanto um carro era outrora um elemento de*status*social que justificava sua compra para além de sua utilidade, os consumidores passaram agora a alugar seu veículo.

Hoje, é o próprio carro ou a própria casa que os jovens propõem para locação. Se desse modo provocam o desespero de muitos industriais da automobilística ou da hotelaria, outros veem nisso um desapego com relação aos objetos de consumo que traz esperanças. As plataformas de troca permitem um melhor emprego dos recursos, atomizam a oferta, eliminam os intermediários e facilitam a reciclagem. Assim, elas destroem os monopólios, fazem baixar os preços e trazem novos recursos aos consumidores. Estes seriam, assim, levados a comprar bens de qualidade, mais duráveis, incitando os industriais a renunciar à obsolescência programada. Seduzidos pelos preços baixos e pela comodidade dessas relações par a par (P2P), eles contribuiriam com a redução dos dejetos. A imprensa internacional, do *Times* ao *Le Monde*, passando pela *The Economist*, deu "capa" sobre essa "revolução no consumo".

Um truque de astúcia

Os partidários do consumo colaborativo são frequentemente pessoas que se decepcionaram com o "desenvolvimento sustentável". Mas, ainda que critiquem sua superficialidade, é raro que façam uma crítica aprofundada. Dizendo-se, sobretudo, seguidores de Rifkin, nunca evocam a ecologia política. Citam Gandhi com boa vontade: "Há recursos suficientes neste planeta para suprir as necessidades de todos, mas não haverá nunca o bastante para satisfazer os desejos de posse de alguns".[3] Isso não os impede de manifestar uma forma de desprezo em relação aos partidários da diminuição e dos militantes em geral, vistos como utopistas marginais e "politizados".

"Foi em 2008 que atingimos o limite. Juntos, a mãe natureza e o mercado disseram 'stop!'. Sabemos bem que uma economia baseada no hiperconsumo é uma pirâmide de Ponzi,[4] um castelo de cartas", argumentava Rachel durante a conferência Technology, Entertainment and Design (TED).[5] Segundo ela, a crise, obrigando as pessoas a se virar, teria gerado um aumento de criatividade e confiança mútuas que provocou a explosão desse fenômeno do consumo colaborativo.[6]

Cada vez mais sites na internet propõem trocar ou alugar bens "adormecidos" e caros: lava-roupas, roupas de marca, objetos *high-tech*, equipamentos de acampamento, mas também meios de transporte (carro, bicicleta, barco) ou espaços físicos (depósitos, vagas na garagem, quartos etc.). Esse fenômeno atinge até a poupança: melhor do que deixar o dinheiro dormindo na conta, particulares realizam empréstimos evitando os bancos.[7]

Na área dos transportes, o *carpooling* consiste em dividir o custo de um trajeto; uma espécie de carona organizada e contributiva, que permite, por exemplo, viajar de Lyon a Paris por 30 euros, em vez de 60 euros de trem, e ainda conhecer pessoas durante o trajeto. Diversos sites surgiram na França nos anos 2000 para propor esse serviço. Depois aconteceu a evolução típica dos *start-ups* da web: eles lutam para se impor como o padrão incontornável gratuito e, uma vez que conseguiram obter essa posição, impõem aos utilizadores uma cobrança por meio do site, "para maior segurança", tirando uma comissão de 12%. Enquanto o número um francês, o Covoiturage.fr, se tornou BlablaCar a fim de se lançar na conquista do mercado europeu, e seu equivalente alemão, Carpooling, chegou à França, caronistas irritados pela mudança mercantil do site francês lançaram a plataforma associativa e gratuita Covoiturage-libre.fr.

A partilha de automóveis também é um avanço cultural e ecológico. Plataformas como Drivy permitem a locação de carros entre particulares. No entanto, os agentes dominantes do mercado são na verdade as locadoras flexibilizadas (locação por minuto e *self-service*) que possuem sua própria frota de milhares de veículos. A redução anunciada do número de veículos é, então, completamente relativa. Mesmo a frota dos Autolib, colocada em ação pela prefeitura de Paris com o grupo Bolloré no mesmo modelo do Vélib [Vélib é um sistema de empréstimo de bicicletas mediante um valor simbólico, da prefeitura de Paris; Autolib segue seu modelo, emprestando pequenos carros elétricos – N.T.], substitui o transporte coletivo mais do que permite a diminuição dos carros.[8]

No que se refere à moradia, a internet também favoreceu o aumento das trocas entre particulares. Diversos sites[9] permitem contatar uma multidão de anfitriões dispostos a recebê-lo gratuitamente em casa por algumas noites, e isso em quase todos os países. Mas o fenômeno do momento é o *bed & breakfast* informal e citadino e seu líder incontestável, o AirBnb. Essa *start-up* propõe aos interessados passar a noite na casa de atenienses ou marselheses que vão preparar um generoso café da manhã "opcional" por um preço menor do que o de um hotel. Um quarto desocupado em casa ou seu apartamento vazio quando você sai de férias podem assim se tornar uma fonte de renda. Em uma palavra: "AirBnb: travel like human" – "Com AirBnb você viaja como um ser humano". Na imprensa econômica, no entanto, a *start-up* mostra outra face. Ela se orgulhava de cobrar mais que 10% da soma paga pelos hóspedes e de ver seu valor de negócios de US$ 180 milhões em 2012 crescer tão rapidamente quanto sua capitalização na bolsa, de cerca de US$ 2 bilhões.

“A riqueza reside muito mais no uso do que na posse – Aristóteles”, clamava a empresa de partilha de veículos City Car Club. Mas, olhando mais de perto, o desapego com relação à posse diagnosticado por Rifkin não parece implicar uma relação com o consumo: o sonho de outrora de possuir uma Ferrari hoje é simplesmente o de dirigir uma. E, se as vendas diminuem, as locações aumentam. Essa “era do acesso” é na verdade uma mudança na forma de consumo ligada a uma mudança logística: a colocação em circulação de bens e competências de cada um por meio de interfaces desenvolvidas da web. Longe de se assustar, as empresas veem nessa fluidificação todo um potencial de novas transações, das quais elas serão os intermediários remunerados.

Por um lado, isso permite ampliar a base de consumidores: os que não tinham meios para comprar um objeto caro podem alugá-lo de seus pares. Por outro lado, a mercantilização se estende para a esfera doméstica e para os serviços entre particulares: um quarto de hóspedes ou o assento do passageiro de um carro podem ser oferecidos para locação, assim como uma ajuda no encanamento ou em inglês. Pode-se, inclusive, antecipar a mesma repercussão que na área energética, na qual as reduções de despesas consequentes do progresso técnico levaram ao aumento do consumo:[10] o lucro que uma pessoa consegue pela locação de seu videoprojetor vai incitá-la a consumir ainda mais.

No entanto, existem muitas novas práticas que vão na contracorrente do consumismo. Elas são muito diferentes: os *couchsurfers*(literalmente “surfistas de sofá”) recebem gratuitamente desconhecidos para dormir em casa ou se beneficiam de sua hospitalidade. Os utilizadores do Recupe.net ou do Freecycle.org doam objetos que não utilizam mais, em vez de jogar fora. Nos sistemas de troca locais (SEL), os membros oferecem suas competências sobre uma base igualitária: uma hora de jardinagem vale uma hora de serviços de encanador ou de web design. Nas Associações pela Manutenção de uma Agricultura Camponesa (Amap), cada um se compromete a fazer suas compras durante um ano do mesmo agricultor local, com quem pode desenvolver relações, e participa gratuitamente das distribuições semanais de legumes. Esse compromisso relativamente obrigatório traduz uma iniciativa que ultrapassa a simples *consomm’action*(jogo de palavras com a palavra “consumo” em francês – N.T.), consistindo em “votar com a carteira”.

Qual é o ponto em comum entre esses projetos associativos e as *start-ups*de distribuição C2C – *consumer to consumer*, “de consumidor a consumidor”? Comparemos os*couchsurfers*e os hospedeiros do AirBnb: para os primeiros, o essencial reside na relação com a pessoa encontrada, e o conforto é secundário, enquanto para os segundos é o contrário. Os critérios de suas avaliações respectivas são, então, sensivelmente diferentes: o que prima no AirBnb, para além do preço, é a limpeza do local e a proximidade com o centro turístico, enquanto no Couchsurfing.org, para além da gratuidade, são os momentos partilhados com o hospedeiro. Da mesma forma, plataformas como a Taskrabbit.com propõem também a troca de serviços entre particulares pagantes, enquanto os SEL repousam na troca gratuita.

Se, em seus artigos destinados ao grande público, os promotores do consumo colaborativo citam frequentemente as iniciativas associativas para se vangloriar do aspecto “social” e “ecológico” dessa “revolução”, estas desaparecem para dar lugar às*start-ups*quando se expressam na imprensa econômica. Não apenas porque as trocas com fins não lucrativos são mais dificilmente monetarizáveis, mas também porque não são “massificáveis”. Na verdade, só podemos reunir as duas iniciativas sob a etiqueta de “economia da partilha” se focalizarmos a forma dessas relações, desprezando as lógicas muito diferentes que as

alimentam. Esse amálgama, que culmina no truque de mágica que consiste em traduzir *to share*(compartilhar) por "alugar", é amplamente encorajado por aqueles que buscam lucrar com esse fenômeno. Por um subterfúgio que se aproxima do*greenwashing*, projetos como os Amap vêm servir de caução a essas indústrias. Aqueles que fazem eco diminuindo os valores sociais subjacentes a esses projetos participam assim de uma espécie de *collaborative-washing*. As pessoas que oferecem seu teto, sua mesa ou seu tempo a desconhecidos se caracterizam geralmente por valores de partilha, igualdade e ecologia; o que os aproxima mais das cooperativas de consumo e de produção do que das plataformas de troca C2C.

Essa dualidade recorta muitas outras: a que separa o "desenvolvimento sustentável" da ecologia política, ou ainda o movimento do software *open source* – que promove a colaboração de todos para melhorar os programas de computador – e o do software livre – que promove as liberdades dos utilizadores numa perspectiva política. Em cada uma dessas áreas, poderíamos ouvir a famosa distinção operada por Richard Stallman, um dos pais do software livre: "O primeiro é uma metodologia de desenvolvimento; o segundo é um movimento social".[11]

*__Martin Denoun e Geoffroy Valadon__ *são Autores de* Ju-jitsu politique, l'art du levier *(Política do jiu-jitsu, a arte da alavanca). Integrantes do coletivo La Rotative (www.larotative.org).*

1 Cf. Rachel Botsman, What's mine is yours: how collaborative consumption is changing the way we live [O que é meu é seu: como o consumo colaborativo está mudando o modo como vivemos], HarperCollins, Londres, 2011; Lisa Gansky, The Mesh: why the future of business is sharing [O Mesh: por que o futuro dos negócios é compartilhar], Portfolio/Penguin, Nova York, 2010; www.shareable.net. Na França: www.ouishare.net; www.consocollaborative.com; Observatoire société et consommation, www.lobsoco.com.

2 Jeremy Rifkin, L'âge de l'accès. La nouvelle culture du capitalisme [A era do acesso. A nova cultura do capitalismo], La Découverte, Paris, 2005 (1. ed.: 2000).

3 Citado em Anne-Sophie Novel e Stéphane Riot, Vive la corévolution! Pour une société collaborative [Viva a correvolução! Por uma sociedade colaborativa], Éditions Alternatives, Paris, 2012.

4 Montagem fraudulenta inaugurada em 1920 por Charles Ponzi, que consistia em remunerar investidores graças à entrada constante de novos contribuintes. Ler Ibrahim Warde, "Ponzi, ou le secret des pyramides" [Ponzi ou o segredo das pirâmides], Le Monde Diplomatique, ago. 2009.

5 "Rachel Botsman: à propos de la consommation collaborative" [Rachel Botsman: a respeito do consumo colaborativo], maio 2010. Disponível em: .

6 Ler Mona Chollet, "Yoga du rire et colliers de nouilles" [Ioga do riso e colar de macarrão], Le Monde Diplomatique, ago. 2009.

7 Zopa, Prosper e Lending Club são as principais plataformas nos Estados Unidos. Na França, além do Prêt d'union, o Frendsclear selou uma parceria com o banco Crédit Agricole.

8 "'On a raté l'objectif. Autolib ne supprime pas de voitures', l'interconnexion n'est plus assurée" ["Erramos o alvo. O Autolib não diminui os carros", a interconexão não é mais garantida], 26 mar. 2013. Disponível em: .

9 Couchsurfing.org, Hospitalityclub.org e BeWelcome.org, principalmente. Este último reuniu os insatisfeitos com os dois primeiros.

10 Ler Cédric Gossart, "Quand les technologies vertes poussent à la consommation" [Quando as tecnologias verdes induzem o consumo], Le Monde Diplomatique, jul. 2010.

11 Richard Stallman, "Pourquoi l''open source' passe à côté du problème que soulève le logiciel libre" [Por que o "open source" passa na tangente do problema que o software livre levanta].

T6 Agonia silenciosa da República Centro-Africana (Ano 7 / n° 76 / Nov – 2013)

*Por Vincent Munié**

Deslocados internos: 230 mil; refugiados: 70 mil... Após o golpe de Estado, a República Centro-Africana submerge no caos. Os gritos de alerta lançados pela ONU parecem ter finalmente tirado a "comunidade internacional" de seu torpor. Mas a resolução preparada por Paris para o Conselho de Segurança será suficiente?

Meados de setembro de 2013, os partidários do presidente François Bozizé, deposto por um golpe de Estado em 24 de março, lançam uma ofensiva militar em Bossangoa, no noroeste da República Centro-Africana (RCA). Eles afirmam querer recuperar o controle do país, que caiu nas mãos da Seleka, uma coalizão de movimentos rebeldes vindos do norte.[1] Sessenta pessoas teriam morrido no ataque. Desde março, os combates fizeram centenas de vítimas e provocaram uma vasta crise humanitária que afeta mais de 1 milhão de habitantes, que foram obrigados a fugir da violência. Tudo isso diante da quase indiferença da "comunidade internacional". País pobre – 180º em 2013 na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –, a RCA não dispõe de recursos estratégicos. Mas, agora, é o desmoronamento do Estado inteiro que se desenha, tendo por chave a aparição de um vasto território de instabilidade e de não direito no centro do continente, às fronteiras com grandes vizinhos explosivos, a República Democrática do Congo (RDC), o Chade, a Uganda e o Sudão, um novo cruzamento entre o islã e os cristãos.

Silêncio total. Em março, os pedidos de ajuda desesperados de Bozizé pela primeira vez não receberam nenhuma resposta. A Seleka, mantida às portas de Bangui desde novembro de 2011, acabava de tomar a capital. Mais bem equipada, mais organizada, com cerca de 4 mil combatentes, seu poderio militar era superior ao das Forças Armadas Centro-Africanas (Faca), sem formação, sem meios logísticos e até mesmo sem armas. Dos 5 mil soldados regulares, apenas 3 mil dispunham de um fuzil; os outros se viam confinados ao papel de bombeiros. Apenas os oitocentos homens da guarda presidencial pareciam estar em condições de se opor ao ataque rebelde. Mas esses soldados, temidos por terem derrubado o presidente Ange-Félix Patassé em benefício de Bozizé em 2003, foram rapidamente vencidos, depois de um curto combate no norte da capital.

O chefe de Estado mal teve tempo para fugir: atravessou o Rio Ubangui para se refugiar no RDC. Do seu lado, os soldados africanos da Força Multinacional da África Central (Fomac), enviada em interposição pela Comunidade Econômica dos Estados da África Central (Ceeac) em 2008, e os seiscentos franceses do destacamento "Boali" empregado para proteger os cidadãos do país quando do golpe de Estado de 2003 não manifestaram reação. Enquanto em março de 2007 uma operação de paraquedistas franceses, apoiada por elementos do Chade, tinha expulsado os rebeldes de Birao perto da fronteira com o Sudão,[2] desta vez Paris e N'Djamena pareciam ter abandonado seu aliado.

Uma colcha de retalhos

Nas mãos da Seleka, Bangui tornou-se logo palco de pilhagens e de abusos frequentemente dirigidos contra qualquer indivíduo suspeito de ter apoiado o presidente deposto. Os postos da ONU, em especial o Escritório de Coordenação dos Casos Humanitários (Ocha), foram roubados; os bairros tradicionalmente ligados ao poder precedente foram submetidos a

violentas represálias. De modo inexplicável, a embaixada da França contentou-se com medidas mínimas para proteger os 1,2 mil expatriados, enquanto estes foram diretamente ameaçados e, em alguns casos, vítimas de assaltos.

Presentes desde a independência em virtude de um acordo de defesa, os paraquedistas e os marinheiros franceses, para os quais uma das missões era a proteção dos cidadãos, continuam confinados no acampamento de Mpoko. É verdade que os riscos de uma intervenção são muitos: a Seleka revelou-se uma colcha de retalhos complexa de facções políticas de todas as origens. Assim, encontramos nela rebeldes chadianos do coronel Aboud Moussa Mackaye, *jenjawids* sudaneses fugidos do conflito de Darfur, tropas vindas do norte, entre as quais a Frente Democrática do Povo Centro-Africano (FDPC) e a União das Forças Democráticas pela Reunificação (UFDR) – uma coalizão criada em 2006 no norte do país por partidários de Patassé, decepcionados com Bozizé e soldados inativos. O caos político era evidente e nenhum responsável de envergadura surgiu dessa união.

Michel Djotodia, muçulmano do norte, culturalmente próximo do Sudão e líder da UFDR, foi designado chefe de Estado por aclamação e colocado à frente de um Conselho Nacional de Transição (CNT) criado para essa finalidade. Sem grande legitimidade popular em Bangui, a Seleka deu provas de abertura ao acolher no seio do CNT membros da oposição e do antigo governo, e agora Nicolas Tiangaye no posto de primeiro-ministro. Este – uma figura da defesa dos direitos humanos e um dos raros agentes políticos considerados íntegros – tinha sido nomeado por ocasião dos acordos de Libreville (Gabão) de janeiro de 2013 entre a Seleka e o governo de Bozizé.

No entanto, apesar desses sinais de paz, outra realidade se estabeleceu em todo o território: os ex-rebeldes ditam sua lei, violenta. Os soldados da Seleka impõem o terror sob diversos pretextos, entre os quais o desarmamento da população. Casos de ódio religioso aparecem. Os ex-rebeldes importam consigo o islã do norte num sul majoritariamente católico. Ao prestar juramento, no dia 18 de agosto, Djotodia tornou-se o primeiro presidente muçulmano do país. Mas essa legalização nada muda, muito pelo contrário: em setembro, os incidentes e assassinatos se multiplicaram na capital, até levarem a totalidade dos moradores do bairro Boeing, vizinho do aeroporto, a se refugiar nas pistas de voo, bloqueando o tráfego, mas abrigando-se sob a proteção dos paraquedistas franceses que guardam as instalações. Depois, no dia 7 de setembro, a tomada de Bossangoa no noroeste pelos partidários de Bozizé, que atacavam os muçulmanos, provocou uma grande batalha e uma repressão anticristã cheia de mortes por parte da Seleka. A situação continua muito confusa nessa região, opondo agora comunidades religiosas.

A RCA encontra-se em ponto morto. A mecânica instável das microtrocas de víveres que tecem dia após dia a sobrevivência da maioria dos 4,5 milhões de centro-africanos está congelada pela insegurança. Por sua vez, na escalada de acontecimentos após março, a ONU só empregou uma parte de seu dispositivo. Mesmo se Djotodia denuncia algumas dessas violências, as tropas da Seleka parecem escapar a todo controle. Reforçadas pelo recrutamento de todo tipo de supletivos armados,[3] elas têm sua autonomia velada pelos senhores da guerra, que não estão nem aí para um fantasmagórico poder central.

Aliás, por que estariam? Fora da capital, o Estado não existe mais. Nas regiões, esse desmoronamento não é recente. Em 2013, o país, maior que a França, tem a maioria de seu território desprovida de qualquer infraestrutura. Com exceção daquela que vive na região de

Bangui, a população está entregue a si mesma, inclusive para se proteger de predadores armados, como os bandos vindos de Camarões que atacam nas estradas. E, principalmente, o Estado parece virtual. Pouquíssimas escolas, quase nenhuma estrada, serviços de saúde embrionários, falta de energia elétrica, funcionários públicos frequentemente não remunerados num contexto de corrupção generalizada: a nação está em situação de fracasso.

Assim, a 1,5 mil quilômetros, na fronteira com o Chade e o Sudão, os habitantes de Birao, isolados pela ausência de estradas, não têm absolutamente nenhum contato com a capital. Essa região sempre ocupou o posto de base recuada das rebeliões nacionais. Mas o resto do território está pouco mais equipado, e as hordas da Seleka encontram ali um território propício para sua predação. O país está desmoronado, as populações sofrem e um drama humanitário de grande amplitude se apresenta. A ONU conta 230 deslocados, 62 mil refugiados na RDC e em Camarões, e 500 mil pessoas em situação de carência alimentar. Os doadores não se precipitam: os "pedidos de fundos consolidados" do Ocha foram financiados em apenas 30%. O esquecimento do país é manifesto, sintoma trágico de sua falta de interesse, incluindo o campo humanitário. Pois a RCA continua sendo um caso de "baixa intensidade": não há massacres em grande escala, incêndio total ou fome generalizada. A infelicidade do país continua refletindo a imagem de seu peso econômico: negligenciável.

No plano diplomático, a situação também parece obscura. Nenhum dos "amigos" de Bozizé (França, Chade, África do Sul, Uganda) veio em seu auxílio, e a "comunidade internacional" brilhou por seu silêncio. É verdade que a França está, desde janeiro de 2013, engajada em outro território africano, o Mali. No entanto, o Exército tricolor, presente há muito tempo, sempre moldou a vida política colocando seus protegidos em seus postos, mesmo que fosse para em seguida destituí-los *(ver a cronologia)*. O "abandono" de Bozizé não foi acompanhado por um apoio a seu sucessor, nem sequer por uma gota de interesse diplomático a respeito do futuro do país. No Mali, Paris fez de tudo para dar uma aparência legal à transição, obtendo, por intermédio da Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (Cedeao), a nomeação de Dioucouda Traoré, presidente interino, antes de impor as eleições de julho de 2013. Nada disso para a RCA, a não ser uma folha em branco assinada, dada para a mediação da Ceeac, dirigida pelos presidentes Idriss Deby (Chade) e Denis Sassou Nguesso (República do Congo), pelas costas da União Africana. À frente de regimes autoritários, os dois chefes de Estado são aliados históricos de Paris.

Ascensão do Chade

O presidente do Chade foi um dos instigadores da tomada de poder de Bozizé em 2003 e, durante dez anos, seu principal apoio regional, alimentando com suas tropas as forças de interposição locais, entre as quais as da Fomac. No entanto, ao reconhecer agora a legitimidade da Seleka, sabendo-se até mesmo que os rebeldes chadianos foram a ponta de lança do ataque a Bangui, ele só tem uma certeza: ao participar da guerra do Mali ao lado dos franceses e ao se impor como principal interlocutor na RCA, Deby se posiciona como o grande líder da região. Ele restaura assim seu brasão manchado pela chuva de críticas que lhe foram dirigidas pelos defensores dos direitos humanos. É claro, Bozizé, refugiado em Paris, bem que lembra que foi eleito "democraticamente" e que retornará ao poder... Mas parece que a página já foi virada. Ao reconhecer o CNT desde o mês de junho, depois ao organizar um calendário de retorno à democracia com a instauração de eleições nos próximos dezoito meses, a Ceeac ratificou o golpe de Estado.

Entretanto, no meio de julho de 2013, os relatórios da missão conjunta da União Europeia e da ONU – dirigida por Kristalina Georgieva, comissária europeia da Cooperação e das Questões Humanitárias, e Valérie Amos, subsecretária-geral da ONU para as Questões Humanitárias – e as declarações do representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, o general senegalês Babacar Gaye, começaram a balançar os gabinetes. Desde o início de agosto, a União Africana anunciou a substituição, até o fim do ano, da Fomac pela Missão Internacional de Apoio à África Central (Misca), dotada desta vez de 3,6 mil homens.[4] Por sua vez, Fatou Bensada, procuradora da Corte Penal Internacional (CPI), declarou, no dia 7 de agosto, "sua preocupação a respeito dos crimes perpetrados na RCA".

Afundada, a RCA é agora um imenso território completamente fora de controle. Será preciso ver se instalar no coração da África outro *no man's land*, entregue a todo tipo de grupos extremistas, religiosos ou emanações de potências estrangeiras, encontrando ali um espaço de retiro? De Boko Haram ao Exército de Resistência do Senhor,[5] sem omitir a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (Aqmi), os pretendentes são muitos...

BOX:

Uma história violenta

1º de dezembro de 1958

Barthélemy Boganda, presidente do Grande Conselho da África Equatorial Francesa (AEF), propõe a criação de uma República Centro-Africana composta de Ubangui-Chari, Chade e Gabão.

29 de março de 1959

Boganda falece num acidente não elucidado de avião.

13 de agosto de 1960

Proclamação da independência do antigo Ubangui-Chari, que passa a se chamar República Centro-Africana (RCA). O presidente David Dacko instaura um regime de partido único.

1º de janeiro de 1966

Golpe de Estado do coronel Jean Bédel Bokassa.

4 de dezembro de 1977

Bokassa é coroado imperador na presença do ministro francês da Cooperação, único governo ocidental representado.

21 de setembro de 1979

Bokassa é deposto em benefício de Dacko com a ajuda do Exército francês (operação "Barracuda"). A República é restabelecida. O multipartidarismo é autorizado.

1º de setembro de 1981

Golpe de Estado do general André Kolingba, que instaura um regime militar.

Setembro de 1993

Ange-Félix Patassé é eleito presidente e reeleito em 1999, sob um pano de fundo de corrupção, violência política e motim militar.

Fevereiro de 1997

Primeira missão da ONU na RCA.

16 de março de 2003

Golpe de Estado do general François Bozizé.

Primavera de 2005

Eleições presidenciais e legislativas ganhas por Bozizé e seus partidários.

2006

Início das rebeliões no norte.

24 de março de 2013

A Seleka tomou o poder. Michel Djotodia se tornou presidente do Conselho Nacional de Transição (CNT).

1 A União das Forças Democráticas pela Reunificação (UFDR) de Michel Djotodia, a Frente Democrática do Povo Centro-Africano (FDPC) de Aboufaye Miskine, a Convenção dos Patriotas pela Justiça e pela Paz (CPJP) de Abdoulaye Issène e a Convenção Patriótica pela Preservação do Kodro (CSPK) de Moussa Dhaffane.

2 "En Centrafrique, stratégie française et enjeux régionaux" [Na RCA, estratégia francesa e objetivos regionais], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2008.

3 Dos quais uma estimativa de 3,5 mil crianças soldados. Ocha, Grupo de Proteção, 6 set. 2013.

4 Há quinze anos, a RCA provoca a presença de forças de interposição com siglas labirínticas e de origens multilaterais diversas, mas frequentemente inofensivas: Minurca, Fomuc, Fomac, Eufor, Micopax e Misca.

5 Lord Resistance Army (LRA) de Joseph Kony, vindo da Uganda e instalado há muito tempo no leste do país.

T7 Xenofobia em nome do Estado de bem-estar social (Ano 7 / n° 77 / Dez – 2013)

*Por Alexis Spire**

Uma vez que as finanças públicas vão mal, é preciso resguardar o sistema de proteção social rastreando os fraudadores, mas também os estrangeiros. Esse raciocínio, martelado por diversos dirigentes políticos europeus, ganha cada vez mais legitimidade

Enquanto as soluções para tirar a União Europeia da crise econômica despertam ásperos debates, há um assunto que é consenso entre os líderes políticos do Velho Continente: a luta contra aqueles que estariam abusando dos sistemas de proteção social. Os imigrantes da África e do Magrebe, e mais recentemente os ciganos, são o foco principal dessa nova cruzada contra os "assistidos". Em uma carta de 23 de abril de 2013, os ministros do Interior alemão, inglês, austríaco e holandês apresentaram queixa à Presidência da Irlanda denunciando "fraudes e abusos sistemáticos do direito à livre circulação proveniente dos outros países da União Europeia". Teríamos passado de uma imigração econômica para um turismo de benefícios sociais.

É um tipo de recriminação que não resiste à observação da realidade social e jurídica: em todos os países europeus, as populações estrangeiras e os ciganos estão entre os mais vulneráveis em termos de acesso aos cuidados de saúde, e a atribuição de benefícios de renda mínima exige condições severas de tempo de residência no território. Na França, por exemplo, um estrangeiro só pode receber a renda de solidariedade ativa (RSA) se tiver visto de residência com permissão de trabalho há pelo menos cinco anos.[1] Mas seria um erro subestimar essa visão de mundo por conta de sua imprecisão. Na verdade, ela preenche uma função ideológica decisiva em tempos de crise econômica e pânico moral: fornecer legitimidade simbólica a políticas de exclusão que de outra forma teriam de enfrentar a desaprovação de parte da população.

Simples e eficaz, essa retórica consiste em associar a manutenção da proteção social à rejeição aos estrangeiros. Ela prospera no terreno das "reformas do Estado", que, sob o pretexto da racionalização e da luta contra a fraude, criam ao mesmo tempo uma insegurança interna, sentida pelos assalariados fragilizados em suas condições de vida e de trabalho, e uma insegurança social generalizada, que se concretiza no enfraquecimento da proteção social. Já não se trata de rejeitar os estrangeiros em nome de uma visão racista de nação, mas em virtude de um ideal muito mais consensual: salvaguardar o "modelo social francês". A seção do programa da Frente Nacional (FN) na área da saúde explica as posições do partido assim: "Restaurar o equilíbrio das contas sociais, dando prioridade aos franceses... Estabelecer um período de espera de um ano de residência contínua na França e contribuição, para acessar os benefícios da previdência social; eliminar a ajuda médica do Estado [AME] reservada aos imigrantes clandestinos; criar um observatório dos direitos sociais dos estrangeiros e do uso das convenções bilaterais sobre atendimento à saúde; lutar contra fraudes e abusos".[2]

Mas a FN não é a única a encampar essa batalha. Na Suécia, na Dinamarca e na Holanda, formações políticas inventam uma curiosa mistura de ideias de extrema direita e preocupações de esquerda para reformar o Estado de bem-estar social. Autor de uma pesquisa sobre os movimentos reacionários europeus, o jornalista Andrew Higgins observa: "O Partido Popular Dinamarquês transformou-se em defensor do Estado-providência, pelo menos para o dinamarquês de origem. Assim, lançou um 'chauvinismo da proteção social' logo incorporado

por muitos partidos populistas europeus, que acusam os estrangeiros de tirar proveito do sistema de aposentadoria e assistência social".[3] Na França, após a expulsão, em outubro, de Leonarda Dibrani, estudante detida durante uma excursão da escola, Jean-François Copé, presidente da União por um Movimento Popular (UMP), defendeu a abolição da AME – destinada a estrangeiros sem documentos e sem recursos –, dando a entender que se trata da sobrevivência do sistema francês de seguridade social.

Esse processo de instrumentalizar uma causa progressista para mobilizá-lacontra um inimigo fácil não é novo. Em meados da década de 2000, a direita e a extrema direita europeias conseguiram, a pretexto de garantir a igualdade entre os sexos e a laicidade, envolver os partidos do governo na estigmatização do islã. Agora é em nome da defesa do modelo social que se excluem, ainda mais amplamente, todas as populações suspeitas de abusar dele. O tema da luta contra a fraude não é apenas uma ladainha repetida por governos que querem desviar a atenção das verdadeiras causas da crise das finanças públicas. Ela se tornou um argumento unificador para os altos funcionários encarregados da "modernização" da administração.

Em uma pesquisa sobre os serviços de controle de imigração, é possível constatar que a retórica da defesa do Estado de bem-estar social foi um poderoso vetor de mobilização para aqueles que, nos bastidores da administração, conduzem a política dos guichês.[4]Vindos de horizontes políticos e sociais muito diferentes, os homens e mulheres alocados nesses serviços têm uma missão comum: assegurar que cada direito concedido a um estrangeiro não seja uma ameaça à manutenção da ordem política, econômica e social. Mas como aderir a essa missão? Por muito tempo, o objetivo de controlar a imigração ganhava sentido pela necessidade de proteger o mercado de trabalho nacional de uma concorrência estrangeira desleal. Agora, isso se conjuga a uma cruzada moral que busca caçar o "assistencialismo" e transformar o imigrante no coveiro do Estado de bem-estar social.

Controles cada vez mais minuciosos

O medo de que os estrangeiros tenham acesso aos benefícios sociais na França e, assim, ampliem os déficits é particularmente presente entre os funcionários encarregados das regularizações por motivo médico: "Sobre o procedimento de regularização por motivo de saúde, não podemos fazer nada, estamos completamente dependentes do parecer do médico. Felizmente, hoje há um pouco mais de pareceres negativos. Mas eu me revolto com os abusos em torno desse procedimento. A seguridade social francesa não paga alguns medicamentos para os franceses, o que faz uma grande diferença para funcionários como nós, mas o Estado se encarrega da saúde de doentes estrangeiros. Alguma coisa está errada aí, isso não faz sentido" (entrevista com uma funcionária que se tornou auditora).

A relação causal aqui estabelecida entre imigração e degradação da assistência social também é muito presente nas administrações envolvidas na prestação de serviços aos idosos. Como tanto os estrangeiros como os nacionais são obrigados a residir na França para ter acesso aos serviços, as caixas de assistência de saúde empreendem desde o final da década de 2000 uma luta impiedosa contra os velhos imigrantes que recebem os benefícios de renda mínima e ocasionalmente voltam a seu país.[5]

Essa guerra contra a fraude que mira nos estrangeiros tem como principal efeito alçar a crise de financiamento dos sistemas de proteção social a um problema de identidade nacional.[6] Para alguns funcionários do Estado, a oposição entre "nós, franceses" e "eles, estrangeiros"

constitui assim um suporte de identificação e fator de coesão. Esse desejo de enfrentar usuários percebidos como hostis ou espertos não se limita aos serviços de imigração: ele se encontra também nos guichês de seguro-desemprego e está ainda mais presente em todos os escritórios responsáveis pela concessão de benefícios sociais.

Desde o fim da década de 1990, a maioria dos países europeus, a pretexto de racionalizar o Estado de bem-estar social, intensificou as medidas de controle contra os beneficiários de seus serviços. Por muito tempo relegado ao plano de atividade secundária, até marginal, o controle da população precária foi alçado ao plano de prioridade política, recebendo importantes recursos materiais e humanos. Enquanto se afrouxou a vigilância sobre diversas formas de crime de colarinho branco, a informatização dos arquivos e o aumento das trocas de informações entre administrações tornaram possível o advento de um controle por capilaridade, visando todas as populações dependentes dos subsídios do Estado de bem-estar social.

Agora, qualquer beneficiário que declare um montante diferente daquele registrado em sua folha de impostos é convocado a dar declarações coerentes, sob pena de perder os benefícios.[7] Nas caixas de benefícios à família (CAF), a generalização da prospecção de dados (*datamining*), uma técnica de elaboração de perfil desenvolvida para checar fichas e identificar possíveis fraudadores, é a nova arma de repressão em massa. O registro e a coleta sistemática de dados, como situação familiar, atividades, recursos e histórico dos últimos 24 meses, permitem aos estatísticos das CAF dispor de cerca de mil informações por beneficiário verificado.[8]

A lista de critérios que definem o fraudador continua secreta. Mas sua eficácia é de dar medo: em seis meses, "a quota de casos identificados como pagamento inadequado (serviço indevido ou retorno do benefício) aumentou 38%",[9] e o montante médio das somas recuperadas por controlador dobrou. Mais uma vez, encontramos o mesmo argumento utilizado pelos diretores das CAF para obter o assentimento dos funcionários encarregados de operar essa máquina de punir beneficiários de renda mínima: trata-se simplesmente de aprimorar a qualidade do serviço, a fim de melhor garantir o acesso aos benefícios para quem tem direito a eles. Porém há poucas chances de que esses caros dispositivos sejam mobilizados para identificar beneficiários que, por falta de informação ou medo de procedimentos muito complexos, desistam de fazer valer seus direitos.[10]

Para ir mais longe nesse minucioso controle, um decreto de 8 de outubro de 2013 permite que diferentes instituições verifiquem on-line as informações obtidas pela administração fiscal, por meio de um tratamento automatizado de dados pessoais denominado "serviço de verificação de parecer de imposto de renda". Esse novo serviço de teleatendimento deve possibilitar que principalmente bancos, organismos de gerenciamento de benefícios sociais, doadores e autoridades locais verifiquem dados tão pessoais como situação familiar, número de dependentes, renda bruta total e montante de imposto.[11]

A política dos cofres vazios

Para explorar esses novos recursos de controle a distância, as autoridades responsáveis pela gestão das populações mais vulneráveis dão a seus agentes um grande poder discricionário, sobretudo para interpretar noções tão vagas como "boa integração", no caso dos estrangeiros;

“atos positivos de procura de emprego”, para os desempregados;[12] ou ainda “isolamento”, no que diz respeito às mães que cuidam de seus filhos.[13]

Assim, esses funcionários são muitas vezes levados a fazer um paralelo entre os direitos oferecidos às populações carentes e a degradação contínua do tratamento reservado aos agentes do Estado: falta de aumentos salariais, questionamento dos direitos de aposentadoria, cortes drásticos nos créditos de funcionamento, supressão de empregos induzindo a uma intensificação do trabalho e uma concorrência entre serviços... Para as classes médias do serviço público, esse questionamento sistemático de sua situação não combina com o sentimento – equivocado – de que o poder público continua a gastar cada vez mais para proteger os estrangeiros e as populações carentes. Sem conseguirem ser ouvidos no plano político, alguns desses agentes traduzem seu sentimento de injustiça por meio da aplicação do espírito da lei, recusando no guichê aquilo que uma interpretação mais generosa da lei lhes permitiria conceder. Pertencendo às frações inferiores de salário, eles aderem ainda mais a essa cruzada contra o “abuso” dos necessitados, convencidos de que assim defendem seu futuro sob a asa protetora do poder público. O fortalecimento das práticas de controle alimenta-se, portanto, da desestabilização dos agentes do Estado.

A supressão contínua de postos de trabalho e recursos nos setores encarregados de acolher e apoiar as populações mais vulneráveis ajuda a aumentar essa tensão, fazendo dos guichês uma nova linha de frente. Nesse contexto, deve-se lembrar que a atual crise do Estado de bem-estar social é em primeiro lugar o resultado de uma “política dos cofres vazios”,[14] que consiste em secar as receitas das administrações qualificadas de “perdulárias”. Essa crise de financiamento advém das múltiplas derrogações e exonerações concedidas aos mais poderosos, além de todos os meios que estes colocam em ação para fugir de suas obrigações.[15] Para além do debate ideológico, o desafio é reorientar os meios de controle do Estado para as empresas fiscalmente protegidas e os mais ricos na esperança de que, um dia, o medo mude de lado.

***Alexis Spire**, sociólogo, é autor de Accueillir ou reconduire. Enquête sur les guichets de l’immigration[Acolher ou reconduzir. Pesquisa sobre os guichês da imigração], Raisons d’Agir, Paris, 2008.*

1 Antoine Math, “Minima sociaux: nouvelle préférence nationale?” [Renda mínima: nova preferência nacional?], Plein Droit, Paris, n.90, out. 2011.

2 “Garantir l’accès à la santé pour tous les Français” [Garantir o acesso à saúde para todos os franceses].Disponível em: .

3 Andrew Higgins, “Right wing’s surge in Europe has the establishment rattled” [Onda da direita na Europa abala a situação], The New York Times, 9 nov. 2013.

4 Accueillir ou reconduire. Enquête sur les guichets de l’immigration [Receber ou rejeitar. Pesquisa sobre os guichês de imigração], Raisons d’Agir, Paris, 2008.

5 Antoine Math, “Les prestations sociales et les personnes âgées immigrées: la condition de résidence et son contrôle par les caisses” [Benefícios sociais e imigrantes idosos: a condição de residência e seu controle por parte das caixas de assistência], Revue de Droit Sanitaire et Social, Paris, n.4, jul.-ago. 2013.

6 Ler Serge Halimi, “Lampedusa”, Le Monde Diplomatique Brasil, nov. 2013.

7 Ler “Du souci de la justice à la surveillance des pauvres” [Da preocupação com a justiça à vigilância dos pobres], Le Monde Diplomatique, fev. 2013.

8 Pierre Collinet, “Focus – Le datamining dans les CAF: une réalité, des perspectives” [Focus – O datamining nas CAF: realidade e perspectivas], Informations Sociales, Paris, n.178, abr. 2013.

9 Ibidem.

10 Philippe Warin, “A face oculta da fraude social”, Le Monde Diplomatique Brasil, jul. 2013.

11 O decreto com essas novas disposições foi publicado no Journal Officiel de 15 de outubro de 2013. A Comissão Nacional de Informática e Liberdades (Cnil) denunciou os riscos para a privacidade dos contribuintes, mas o governo decidiu seguir em frente e colocou em prática o novo dispositivo.

12 Emmanuel Pierru, Guerre au chômage ou guerre aux chômeurs [Guerra ao desemprego ou guerra aos desempregados], Éditions du Croquant, Bellecombe-en-Bauges, 2005.

13 Vincent Dubois e Delphine Dulong, “Les ruses de la raison juridique. Le contrôle sur place des allocataires” [As astúcias da razão jurídica. O controle local dos beneficiários], Recherches et Prévisions, Metz, n.73, 2003.

14 Sébastien Guex, “La politique des caisses vides. État, finances publiques et mondialisation” [A política dos cofres vazios. Estado, finanças públicas e globalização], Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n.146-147, mar. 2003.

15 Ler “Comment contourner l’impôt sans s’exiler” [Como evitar os impostos sem exilar-se], Le Monde Diplomatique, fev. 2013.

T8 Fracasso da União Europeia na Palestina (Ano 7/ n° 77/ Dez – 2013)

*Por Laurence Bernard**

A França mantém sua cooperação com Israel como se a ocupação não existisse mais. Já a União Europeia, mesmo que enfim decida adotar medidas de retaliação contra a colonização, o fará com tal timidez que esta a tornará incapaz de impor uma paz duradoura à região

Vinte anos depois dos acordos de Oslo, a União Europeia acaba de vencer uma primeira etapa para tornar plausível sua posição oficial em favor de um Estado palestino "independente, democrático, unificado e viável". Uma diretiva publicada em julho de 2013 torna efetivamente inabilitada a receber financiamentos europeus, a partir de 2014, qualquer instituição israelense – empresa, universidade, laboratório de pesquisa, associação – situada além das fronteiras de 1967 e que exerça uma atividade em uma colônia na Cisjordânia ou em Jerusalém Oriental.

Isso deveria pôr fim ao apoio a uma empresa como a Ahava, que explora sedimentos e sais minerais do Mar Morto, ao qual os industriais palestinos continuam privados de acesso; ou ainda à Autoridade das Antiguidades de Israel, por meio da qual as autoridades israelenses exercem praticamente um monopólio sobre a regulamentação, a conservação e a apresentação das obras arqueológicas na Palestina.

Uma decisão como essa era ainda mais esperada porque a União Europeia jamais pôde, ou quis, aplicar as declarações e resoluções acumuladas desde dezembro de 2009 e que exortam o governo israelense a "acabar imediatamente com todas as atividades introduzidas em Jerusalém Oriental e no resto da Cisjordânia, inclusive na extensão natural das colônias, e a desmantelar todas as colônias de povoamento selvagem instaladas desde março de 2001".[1] Atualmente, apesar da constatação das violações das resoluções da ONU e das convenções de Genebra e da advertência consultiva da Corte Internacional de Justiça emitida contra o muro de separação,[2] nenhuma sanção foi aplicada.

No entanto, ela é urgente, pois a política do fato consumado continua dia após dia a corroer os territórios palestinos, comprometendo a resolução de dois Estados. A Cisjordânia já não é mais que um arquipélago de pequenas ilhas urbanas, em razão do muro da separação, cujo traçado anexa na realidade cerca de 10% do território palestino, e da manutenção de 60% de sua superfície sob o controle total de Israel – a famosa "área C".[3] Esta já totaliza 350 mil colonos instalados em 135 colônias, para 180 mil palestinos que ali residem. Por outro lado, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Ocha) está preocupado com o crescimento das violências cometidas pelos colonos, com o bloqueio das permissões palestinas de construir, dadas pela administração civil israelense encarregada dos territórios, e com as demolições sistemáticas de edificações erguidas "sem permissão".

Pressões israelenses e norte-americanas

Essas demolições não poupam os projetos financiados pela União Europeia, que paga a reconstrução de infraestruturas destruídas pelo Exército israelense. São, por exemplo, o porto e o aeroporto de Gaza, mas também prédios administrativos de segurança da Autoridade

Palestina – principalmente em Naplouse e em Jénine, onde a União Europeia destinou 30 milhões de euros para a reconstrução de duas *mouqatas*, que devem ser terminadas no início de 2014 –, ou ainda instalações básicas na zona rural. Até mesmo equipamentos móveis de uso humanitário (tendas, abrigos, latrinas...) são regularmente saqueados pelo Exército ou pelos colonos, sem que nenhuma demanda de indenização tenha sido formulada. Somente o Escritório de Ajuda Comunitária da Comunidade Europeia (European Community Humanitarian Aid Office, Echo) reivindicou por escrito, em 2013, compensações financeiras. Ele recebeu uma declaração de recusa à sua demanda extremamente seca, sob o pretexto de que as estruturas não tinham sido construídas de maneira coordenada pelas autoridades israelenses.

Os incidentes – envolvendo inclusive diplomatas europeus *(ver boxe)*– são frequentes, mas na maioria das vezes abafados por chancelarias preocupadas em não fazer barulho. Assim, o apoio ao fortalecimento institucional da Autoridade Palestina – *leitmotiv*dos mandatários que impõem o desenvolvimento econômico na falta de uma solução política – foi mantido sem pestanejar. No entanto, com o passar do tempo, ele se transformou em uma perfusão contínua, permitindo que se mantenha flutuando a Autoridade, da qual a União paga grande parte dos funcionários, o equivalente a 150 milhões de euros por ano.

Os recursos hídricos sempre constituíram uma disputa maior. No entanto, sua divisão permaneceu amplamente desfavorável aos palestinos, dependentes de um conselho conjunto [Israel e Palestina] para tratar dos assuntos concernentes à água e ao sistema sanitário, que supostamente deveria favorecer a codecisão entre as duas partes, mas é utilizado pela parte israelense para bloquear a maior parte dos projetos palestinos relativos aos lençóis de água subterrâneos. Os palestinos têm acesso a apenas 20% dos recursos da Cisjordânia, enquanto os israelenses ficam com 80%;[4] os primeiros consomem, em média, quatro vezes menos água por dia e por pessoa. A "comunidade internacional", inclusive a União Europeia, não parece incomodada de financiar projetos de tratamento das águas cujo investimento, assim como os custos de operação, é mais caro em razão das restrições impostas pelo ocupante.

Em Jerusalém, as autoridades israelenses expropriaram mais de um terço da cidade, logo declarado "território do Estado". Em 2013, foram inventariados 250 mil colonos estabelecidos nos bairros palestinos, seja no centro velho e nas bacias históricas ou nos vastos conjuntos urbanos dispostos em círculos concêntricos em torno da cidade. Até mesmo a cultura, a história e o patrimônio são domínios estritamente controlados pelas autoridades israelenses: retenção de permissões da prática de guia turístico, de restauração de obras e manuscritos, do controle de escavações arqueológicas... De acordo com o último relatório dos chefes de missão diplomática europeus em serviço em Jerusalém, parece que isso resulta "de um esforço premeditado, que visa se servir da arqueologia para reforçar as pretensões a uma continuidade histórica judaica em Jerusalém e, assim, criar uma justificativa para seu estabelecimento enquanto capital eterna e indivisível de Israel".[5]

Apesar das conclusões sem rodeios desse relatório transmitido a todas as capitais europeias, a UE ficou bem atrapalhada para impor uma medida qualquer às autoridades israelenses, a começar pela reabertura das instituições oficiais em Jerusalém Oriental, das quais as primeiras seriam a Casa do Oriente – sede da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Jerusalém até o ano 2000 – e a Câmara de Comércio palestina.

Em 2010, Israel fechou todos os pontos de passagem para a Faixa de Gaza, exceto os de Erez (com acesso restrito) e de Kerem Shalom, única entrada autorizada para as importações de algumas mercadorias, em benefício do Hamas. As exportações continuaram proibidas, com poucas exceções. Ao longo de toda a Faixa de Gaza, que já é um dos lugares mais densamente povoados do mundo, com cerca de 2 milhões de pessoas em 400 quilômetros quadrados (4.500 habitantes por quilômetro quadrado), as autoridades israelenses impuseram uma zona-tampão (*buffer zone*) de 100 a 500 metros de largura no interior do muro de segurança, impedindo a partir de então o acesso da população a 17% do território, ou seja, cerca de um terço de sua superfície cultivável. Tais restrições existem também para a orla marítima, uma vez que o limite de pesca – inicialmente estabelecido, pelos acordos de Oslo, em 20 milhas náuticas – está compreendido hoje entre 3 e 6 milhas náuticas, de acordo com o período do ano.[6]Resposta da União Europeia: 15 milhões de euros suplementares para o aumento das infraestruturas fronteiriças na passagem de Kerem Shalom, ou seja, um investimento na infraestrutura de segurança israelense, na falta de obter a supressão do bloqueio que, afinal, reclama oficialmente.

Por outro lado, o destino dos refugiados palestinos também se deteriorou. Expulsos de seus povoados durante as guerras de 1948 e de 1967, aproximadamente 5 milhões foram registrados pelas Nações Unidas. Um terço deles ainda vive em campos "provisórios" em Gaza, na Cisjordânia, no Líbano e na Síria; são 3,5 milhões que dependem da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (Unrwa) para os serviços básicos de saúde e educação. Essa situação, que custa à União Europeia cerca de 300 milhões de euros por ano sob a forma de apoio financeiro à Unrwa, é agravada também pelo fluxo atual de refugiados sírios e pela instabilidade dos países da região.

O *status quo* no Oriente Médio ilustra a incapacidade da União Europeia de impor as condições de uma paz duradoura na região. No entanto, ela dispõe de todos os meios para fazê-lo.[7]

Em primeiro lugar, a União Europeia poderia assumir o passo importante dado com a publicação de sua diretiva, em vez de tentar atenuar seu impacto, e recusar-se a ceder às pressões exercidas a partir de então pelas autoridades israelenses – que proibiriam o acesso de seus representantes a Gaza – e norte-americanas. Além disso, com um volume de trocas de aproximadamente 30 bilhões de euros por ano, a Europa representa o primeiro parceiro comercial de Israel e um quarto de suas exportações. A UE poderia, assim, ameaçar Tel-Aviv de retaliações no quadro do acordo de associação assinado em 2000, congelar os acordos específicos em vigor ou em curso de negociação (Israel permanece o primeiro beneficiário dos Programas Mediterrâneos) e suspender qualquer negociação em vista de um fortalecimento do acordo de associação.

E mais, ela poderia parar de importar produtos fabricados ou embalados nas colônias israelenses da Cisjordânia. Em 2012, um coletivo de 22 ONGs estimou essas importações em 230 milhões de euros, ou seja, quinze vezes mais que as importações europeias dos produtos palestinos.[8] Não dependendo de financiamentos europeus diretos, essas exportações não estão, de fato, relacionadas com a diretiva recente. E, na falta de etiquetagem precisa, esses produtos *made in Israel*, na verdade originários das colônias, beneficiam-se da isenção de imposto... Com a preocupação de transparência diante do consumidor europeu, uma demanda de rotulagem está em desenvolvimento em treze Estados. Porém, alguns deles, como a

Irlanda, pedem que essa iniciativa não chegue à proibição pura e simples desses produtos no mercado europeu.

Enfim, a União Europeia poderia intervir no comércio de armas com Israel, que continua a crescer apesar do código de conduta europeu que proíbe qualquer comércio de equipamento militar com autoridades "que fazem uso de repressão interna, de agressão internacional ou contribuam para a instabilidade regional". Essa importação de equipamentos, o investimento em pesquisa (em parte, graças a subvenções europeias) e as recentes operações militares homicidas em Gaza – verdadeiro laboratório das tecnologias de ponta em matéria de armamento – permitiram o aumento das vendas de armamentos israelenses no mundo: elas alcançaram, em 2012, o nível recorde de 5,3 bilhões de euros, roubando assim o quarto lugar no quadro de honra dos exportadores de armas da França.

Há um ano, a União Europeia ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Talvez fosse hora de ela se lembrar disso.

BOX:

Quando Paris dorme...

Há muito tempo abriram a temporada de caça aos beduínos não somente na Palestina ocupada, mas também em Israel, onde dezenas de milhares deles são expulsos de suas terras.[1] Sexta-feira, 20 de setembro, na Cisjordânia: um comboio humanitário se dirige ao vilarejo beduíno de Makul, destruído pelas forças de ocupação israelenses. A comissão de auxílio transporta tendas para oferecer um teto, mesmo que precário, aos cerca de sessenta habitantes. Destinadas a substituir os abrigos da Cruz Vermelha, confiscados pelos israelenses, essas tendas foram financiadas pela União Europeia e pela França. Para evitar uma nova apreensão, diplomatas europeus e humanitários escoltam o caminhão – que rapidamente é bloqueado pelo Exército israelense.

Para proteger a carga, os diplomatas sobem na cabine do veículo, entre eles Marion Fesneau-Castaing, assistente de cooperação no consulado da França em Jerusalém, que dispõe de imunidade diplomática. Alguns soldados agarram seus braços e pernas e a jogam para fora do caminhão. Ela se levanta e é interpelada por um militar que ordena que ela pegue sua bolsa. Ela se recusa a fazê-lo com um gesto registrado por um vídeo e que, editado pelos israelenses, se transformará em um "soco", versão que o correspondente de*Le Monde*reproduziria com complacência.[2]

O incidente ofereceu a Paris a oportunidade de mostrar sua pusilanimidade e deu aos meios de comunicação uma história divertida que permitiu desviar a atenção da repressão contra o comboio, que contou com granadas ensurdecedoras e gás lacrimogêneo, além de golpes e detenções. Sem mencionar o escândalo que representa essa violação das convenções de Genebra. Enquanto a União Europeia protesta, o Quai d'Orsay se cala e depois decide... repatriar a diplomata.

Israel desenvolveu o hábito de atacar diplomatas franceses – de preferência, mulheres[3] –, sem suscitar qualquer medida de retaliação. Trata-se de não abalar as excelentes relações entre a França e esse país que viola alegremente o direito internacional. Houve um tempo em que as

potências coloniais pensavam que esse direito não podia ser aplicado aos povos "selvagens". Na Palestina, ainda é assim.

1 Émilie Baujard, "'Et le phénomène des bédouins disparaîtra'. Moshe Dayan, 1963" ["E o fenômeno dos beduínos desaparecerá." Moshe Dayan, 1963], 20 out. 2013. Disponível em: .

2 Laurent Zecchini, "Et du gauche, la diplomate frappe le soldat au menton" [E com um esquerdo, a diplomata golpeia o soldado no queixo], Le Monde, 23 set. 2013; "La diplomate boxeuse en poste en Israël sera mutée" [Diplomata boxeadora será transferida de seu posto em Israel], Le Monde, 28 set. 2013.

3 "Tel-Aviv piétine ses alliés" [Tel-Aviv espezinha seus aliados], Le Monde Diplomatique, abr. 2010.

**Laurence Bernard é jornalista.*

1 Conclusões do Conselho de Relações Exteriores da União Europeia, 8 dez. 2009.

2 Em 2004, a Corte Internacional de Justiça emitiu parecer declarando o traçado do muro ilegal para o direito internacional. Ler William Jackson, "Détruire ce mur illégal en Cisjordanie" [Destruir o muro ilegal na Cisjordânia], Le Monde Diplomatique, nov. 2004.

3 Cf. "The prohibited zone" [A zona proibida], Bimkom, Jerusalém, 2009. Disponível em: .

4 Cf. o relatório da Assembleia Nacional sobre a geopolítica da água denunciando o "novo apartheid" praticado por Israel em seus domínios. Disponível em: .

5 Relatório dos chefes da missão da União Europeia

a Jerusalém Oriental, fev. 2013.

6 Ler Joan Deas, "Em Gaza, um mar cada vez mais estreito", Le Monde Diplomatique Brasil, ago. 2012.

7 Cf. "Failing to make the grade. How the EU can pass its own test and work to improve the lives of Palestinians in Area C" [Caindo para passar de ano. Como a UE pode passar na prova e trabalhar para melhorar a vida dos palestinos na Área C], Association of International Development Agencies (Aida), 10 maio 2013. Disponível em: .

8 "Trading away peace: how Europe helps to sustain illegal Israeli settlements" [Negociando a paz: como a Europa ajuda a sustentar as colônias ilegais israelenses], Fédération international des ligues des droits de l'homme, Paris, out. 2012.

T9 No tempo dos levantes (Ano 7 / n° 78 / Jan - 2014)

Por Serge Halimi [diretor LMD]

É exatamente a falta de disputa em torno das orientações essenciais que explica o desgosto dos franceses com o som e a fúria de sua classe política, em que duas correntes rivais e cúmplices monopolizam a representação nacional

À primeira vista, o contraste é absoluto. Na Alemanha, as duas principais agremiações políticas, a União Cristã Democrata (CDU) e o Partido Social-Democrata (SPD), acabam de dividir os ministérios após se engalfinhar (cordialmente) diante do eleitorado. Na França, direita e esquerda se insultam a ponto de dar a entender que quase tudo as separa: o montante dos impostos, a assistência social, a política de imigração...

No entanto, agora que se delineia a perspectiva de uma desforra para o Elysée, cujo cenário os meios de comunicação já estão preparando, os senhores Nicolas Sarkozy e François Hollande bem poderiam se inspirar na franqueza de Angela Merkel e Sigmar Gabriel para montar um governo que, à exceção de alguns detalhes, retomaria as orientações gerais dos últimos trinta anos.

Em 2006, numa obra apropriadamente intitulada *Devoirs de vérité* [Deveres de verdade], Hollande admitiu a convergência de socialistas e liberais de direita em matéria de política econômica, financeira, monetária, comercial, industrial e europeia: "Foram François Mitterrand e Pierre Bérégovoy que desregulamentaram a economia francesa, abrindo-a de par em par a todas as formas de concorrência. Foi Jacques Delors que, em Paris e Bruxelas, construiu a Europa monetária, com as evoluções políticas aí implícitas, no plano das políticas macroeconômicas. Foi Lionel Jospin que patrocinou os reagrupamentos industriais mais inovadores e a abertura do capital das empresas públicas – sendo censurado por isso. Deixemos, pois, de ostentar papéis ideológicos que já não enganam ninguém".[1] Oito anos depois, que poderíamos acrescentar a isso?

É exatamente a falta de disputa em torno das orientações essenciais que explica o desgosto dos franceses com o som e a fúria de sua classe política, em que duas correntes rivais e cúmplices monopolizam a representação nacional. De nada vale os socialistas e a direita deterem 532 das 577 cadeiras da Assembleia Nacional e 310 das 348 do Senado: as decisões governamentais provocam uma rejeição profunda, sem que a oposição parlamentar tire vantagem disso. Aparentemente, pouco importa: o regime se sustenta, apoiado em instituições que conferem todos os poderes ao presidente da República, inclusive o de adiar por tempo indeterminado a aplicação de um dispositivo fiscal (a ecotaxa) votado pela quase totalidade dos parlamentares.

Contudo, as revoltas se multiplicam. O descrédito do mundo político contribui para elas, alimentado por sua incapacidade de propor ao país uma perspectiva qualquer. A pretensa modéstia de sua ambição não ajuda em nada, tanto mais que a imprensa divulga e amplifica boatos e conflitos pessoais. As "indiscrições" maldosamente atribuídas a Sarkozy, quando ele evoca seus "amigos" políticos, tornaram-se um filão jornalístico mais lucrativo que as maledicências dos socialistas lançadas contra o primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault. Clima semelhante alimenta um neopujadismo que vai crescendo à margem das formações tradicionais em proveito de acessos intermitentes de cólera e do ruído incessante das redes

sociais.[2] Patrões "trouxas", povo tradicionalista da "manifestação para todos", "barretes vermelhos", bretões – tudo em menos de dezoito meses!

O distanciamento entre eleitos e eleitores se deve, de um lado, à americanização da vida política francesa: quase todos os partidos são meras máquinas eleitoreiras, cartéis de notáveis locais cuja única seiva militante é uma população envelhecida.[3] Percebe-se bem por que pouca gente se apressa em participar, já que os instrumentos de uma política diferente parecem ter sido esquecidos para sempre. Protestar contra o ensino discriminatório nas escolas ou opor-se à cobrança de pedágio nas estradas não modifica em nada a alocação de recursos para a educação nem o valor da evasão fiscal, mas oferece ao povo pelo menos uma oportunidade de agrupar-se e a satisfação de ver um ministro ceder. Passada uma semana, a amargura retorna, quando se nota que o essencial não mudou, porquanto o essencial não depende mais deste ou daquele ministro.

Não depende também do Elysée. De repente, Hollande resolveu adotar a paralisia em vez da audácia.[4] O resto, consequentemente, não passa de teatro ou, em outras palavras, de automatismos políticos. Tão logo a esquerda chega ao poder, a direita acusa-a de solapar a identidade nacional, de acolher os bandos de imigrantes e de afogar o país em impostos. E quando a direita retoma as rédeas, logo reclama que a estão censurando por conservar os privilégios. Afirma também, aos adversários transformados em (quase) revolucionários, aplicar muitas vezes uma política mais liberal que a deles: "No fundo", entoou François Fillon, então primeiro-ministro, por ocasião de um debate em fevereiro de 2012 com a dirigente socialista Martine Aubry, "sinto-me magoado ao ouvir dizer que favorecemos os ricos. Quando a senhora foi ministra [de 1997 a 2000], o capital era taxado dez pontos a menos que hoje. Quando a senhora foi ministra, o imposto de renda baixou. Nós taxamos o capital, tomamos decisões que vocês jamais tomaram com relação às *stock-options*, aos lucros dos comerciantes, às aposentadorias. [...] Em 2000, o senhor Fabius [então ministro da Economia] suavizou as obrigações fiscais sobre uma parte das *stock-options*".[5]

Dez anos antes, Laurent Fabius censurava um ministro da Assistência Social chamado François Fillon por não aumentar suficientemente o salário mínimo. Resposta de Fillon: "Em 1999, o senhor não aumentou o salário mínimo. Em 2000, o senhor não aumentou o salário mínimo. E, em 2001, deu-lhe um aumentozinho de 0,29%". E não haverá sequer um "aumentozinho" em janeiro de 2014... Os mesmos atores, os mesmos discursos, a mesma lógica: basta ter um pouco de memória para prever o que acontecerá. Daqui a três anos e meio, o "mundo das finanças" voltará a ser sem dúvida o "verdadeiro adversário" dos socialistas franceses. Mas hoje, conforme reconhece até mesmo um ministro, Bercy serve de refúgio para o lobby bancário.

No momento, porém, a direita não admitiria que os socialistas apenas retomam as orientações de Sarkozy e Fillon, tolhidas por tratados que uns e outros negociaram e assinaram. Em consequência, há dezoito meses a França sente medo, as prisões se esvaziam, os imigrantes proliferam, os ricos fogem. Lendo *Le Figaro*, aprendemos que Hollande provocou "o maior êxodo de forças vivas desde a revogação do Édito de Nantes por Luís XIV" (27 nov. 2012). Aprendemos também que "o governo Ayrault decidiu escancarar a porta do assistencialismo aos rapazolas para 'formatá-los' de modo a esperarem tudo do Estado e serem, *ad vitam aeternam*, uns encostos" (9 out. 2013). Descobrimos enfim que, "como os bons alunos, vítimas frequentes das zombarias dos coleguinhas, o homem branco e heterossexual, em nosso país, logo será obrigado a se esconder" (13 dez. 2013). Cessar fogo!

Mergulhada nesse banho-maria, a fração mais exaltada da direita lamenta sua falta de pulso quando manobrava o leme do poder. E jura corrigir tudo tão logo o retome. Também aí o cenário é conhecido, pois reproduz o dos anos 1983-1986, durante os quais se assistiu ao rompimento da Frente Nacional. Na época, a virada neoliberal dos socialistas decepcionou uma parte de seu eleitorado popular; interpretando essa virada como o reconhecimento de que a política de esquerda precipitara o país no abismo, a direita reclamou uma guinada para a sociedade de mercado; os socialistas fustigaram então a radicalização de seus adversários e, incapazes de defender seu (fraco) orçamento econômico e social, popularizaram o grito: "Socorro, a direita voltou!". As ideias xenófobas de alguns caciques conservadores e o alvoroço provocado por suas tentativas de aliança com a extrema direita fizeram o resto, saturando o espaço público. Enquanto isso – porém, mais discretamente –, as empresas transferiram suas plantas para o exterior e as desigualdades se agravaram.

Amanhã, a terapia de choque... Numa entrevista ao *Échos*, Jean-François Copé, presidente da União para um Movimento Popular (UMP), divulgou o programa de seu partido: "A supressão das 35 horas e a diminuição em grande escala dos impostos, associada a um corte nas despesas públicas. [...] Ninguém parece entender que o regime de trabalho temporário continua a custar 1 bilhão! Precisamos mesmo de tantas redes de televisão públicas? Outro exemplo: somos, com a assistência médica estatal, o único país da Europa que continua a cobrir 100% das despesas médicas dos clandestinos. [...] Os gastos públicos representam hoje 57% do PIB. Seria necessário voltar à média da zona do euro, cerca de 50% do PIB. [...] Isso representa uma economia de 130 bilhões de euros em alguns anos".[6] Estará Copé tentando realizar a façanha de impingir a política dos socialistas como uma política de esquerda?

Ayrault não vai facilitar seu trabalho, pois acaba de anunciar que o mandato presidencial será marcado até o fim pela austeridade: "Economizaremos 15 bilhões de euros em 2014, mas teremos de continuar no mesmo ritmo em 2015, 2016 e 2017".[7] Os gastos públicos aumentaram, em média, 1,6% durante o quinquênio de Sarkozy. Os socialistas fixaram a meta de... 0,2% de aumento nos três próximos anos. Terão alguma escolha, se as autoridades europeias de tutela da França não se cansam de lembrar que "o acerto das contas públicas não pode depender do aumento dos impostos"?[8]

O cenário não é mais bonito nas frentes da produção e do emprego. O governo francês, como se sabe, deseja restabelecer a saúde e a competitividade externa das empresas nacionais com base num mercado livre e honesto. Como? Por um lado, favorecendo a deflação salarial. Por outro, impondo ao conjunto da população um acréscimo na taxa do valor agregado (TVA) destinada a financiar um crédito de imposto para a competitividade e o emprego (Cice), tão ambicioso (20 bilhões de euros) quanto generosamente distribuído a todas as empresas, sem a contrapartida da oferta de mais empregos. Em suma, assalariados ganhando pouco ajudarão seus patrões – inclusive os gigantes da distribuição, que não enfrentam nenhuma concorrência internacional e vergam ao peso de seus lucros.[9]

Se é realmente inútil recriminar o caráter pouco socialista dessa política, podemos ao menos dizer que ela não obtém resultados. Impedida de desvalorizar sua moeda, a França promove uma campanha de austeridade orçamentária e redução do "custo do trabalho" – ou seja, dos salários.[10] Mas a "melhora da oferta", penosamente conquistada pela pressão sobre o poder de compra das famílias, logo piora em razão da valorização do euro diante do conjunto das outras moedas (6,4% em 2013). De qualquer modo, é preciso ser muito crédulo para imaginar que um país de crescimento nulo, com demanda interna deprimida e com vários de seus

principais clientes europeus à beira da falência, possa inverter de modo duradouro a curva do desemprego, quando ele próprio corta suas despesas públicas. Uma aposta desse tipo já foi tentada no início dos anos 1930 – com o êxito que se sabe.

Quando, a partir de 1983, a esquerda entregou os pontos em questões econômicas e financeiras, rompendo os laços com sua história revolucionária, ofereceu como alternativa uma utopia europeia, universalista e antirracista. Hoje, esses recursos não funcionam mais. Portanto, com Hollande, não há nenhuma esperança, apenas um discurso de contador espremido entre as expectativas de seu eleitorado, que acreditou – pela última vez? – na promessa de "mudança já", e as exigências de seus cães de guarda financeiros, a quem ele deve convencer o tempo todo que adotou "uma política de credibilidade", pois "todo sintoma de fraqueza será punido".[11] Quando o único progresso alardeado consiste em gastar menos que Sarkozy, o progressismo morre.

A Frente Nacional se agarra a esse fiapo de esperança. Ninguém acha que ela melhorará o estado de coisas, e sim que o fará explodir. Sua alegação de que está fora do sistema e o caráter radical de suas propostas tornam seu projeto político mais atraente (também nas questões europeias). Não é, pois, casual que um ex-ministro de direita e vice-presidente da UMP, famoso pelo oportunismo e pela teatralidade, tome por sua vez liberdades com o consenso de Bruxelas. E proponha concentrar a Europa útil num "núcleo sólido" de oito membros "que incorpore a França, a Alemanha, os países do Benelux, a Itália e sem dúvida a Espanha e Portugal, mas só". "Com o Reino Unido de um lado e a Europa Central de outro", explica Laurent Wauquiez, "a Europa não irá a lugar nenhum. [...] Há muitos países diferentes, com diferentes regras sociais."[12] Ora, a mesma observação se aplica ao euro, traje único para economias heteróclitas.

Se a questão da moeda única divide a esquerda anticapitalista,[13] ela não afeta os socialistas. No entanto, mesmo em suas fileiras, nota-se o desejo comum de encontrar uma porta de saída, a soberania, uma esperança. Pouco antes de se tornar ministro, Benoît Hamon resumia de maneira ambiciosa o dilema da esquerda: "combater ou trair".[14]Seu governo não combate.

E é justamente por isso que podemos criticá-lo, muito mais que pela falta de resultados. Com efeito, uma equipe mais pugnaz teria enfrentado também enormes dificuldades: uma Europa na qual as forças progressistas são fracas, desanimadas, e as normas liberais e monetaristas, sempre muito coercitivas; um movimento social que não sai do limbo; uma taxa de sindicalização abissal (7,6% na França); socialistas que governam ora à direita, ora com a direita em mais da metade dos países da União Europeia. Pouco importa: doravante, teremos de esperar sentados que os meios dirigentes dos outros países reconsiderem e avaliem os riscos econômicos e democráticos da via de austeridade que se impuseram. E esmiuçar todas as "derrapagens" das forças conservadoras para acusá-las de "fazer o jogo da extrema direita" significa aceitar que esta passe a dominar cada vez mais o cenário.

Nos momentos em que o fatalismo e a expectativa de uma inversão das correntes da história retardam ao mesmo tempo o trabalho da reconquista intelectual[15] e o esforço da mobilização política, o único recurso é a construção de uma força social confiante e aguerrida. Uma força destemida apesar de tudo, pois, como diz Glenn Greenwald, que assumiu o risco de publicar as revelações de Edward Snowden sobre a espionagem norte-americana, a história nos ensina que "a coragem é contagiosa".

Serge **Halimi é o diretor de redação do Le Monde Diplomatique (França).*

1 François Hollande, Devoirs de vérité [Deveres de verdade], Stock, Paris, 2006, p.192.

2 Cf. Cécile Cornudet, "Ces politiques qui veulent faire oublier qu'ils le sont" [Esses políticos que querem fazer esquecer o que eles são], Les Echos, Paris, 10 dez. 2013. Ver também Ramzig Keucheyan e Pierre Rimbert, "Le carnaval de l'investigation" [O carnaval da investigação], Le Monde Diplomatique, maio 2013.

3 Ver Rémy Lefebvre, "Faire de la politique ou vivre de la politique?" [Fazer política ou viver de política], Le Monde Diplomatique, out. 2009.

4 Ver "L'audace ou l'enlisement" [A audácia ou o afundamento], Le Monde Diplomatique, abr. 2012.

5 Des paroles et des actes [Palavras e atos], France 2, 2 fev. 2012.

6 Les Échos, 10 dez. 2013.

7 Entrevista ao Échos, 19 nov. 2013.

8 Entrevista de Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu (BCE), ao Journal du Dimanche, Paris, 15 dez. 2013.

9 Ver Martine Bulard, "Social-défaitisme à la française" [Social-derrotismo à francesa], Le Monde Diplomatique, abr. 2013.

10 Ver Christine Jaske, "Vous avez dit 'baisser les charges'?" [Você disse "baixar as despesas"?], Le Monde Diplomatique, nov. 2012. Em 17 de dezembro de 2013, interrogado pela RMC-BFM sobre a decisão governamental de não aumentar o salário mínimo, Benoît Hamon, ministro em exercício da Economia Social e Solidária e do Consumo, explicou: "Para favorecer o emprego, é necessário impedir que o custo do trabalho prejudique demasiadamente a competitividade das empresas".

11 Entrevista de Pierre Moscovici, ministro da Economia e das Finanças, ao Journal du Dimanche, 19 ago. 2012.

12 BFM-RMC, 3 dez. 2013.

13 Ver Frédéric Lordon, "Sair do euro, mas como?", Le Monde Diplomatique Brasil, ago. 2013.

14 Benoît Hamon, Tourner la page. Reprenons la marche du progrès social [Virar a página. Retomemos a marcha do progresso social], Flammarion, Paris, 2011, p.23.

15 Ver "Estratégia para uma reconquista", Le Monde Diplomatique Brasil, set. 2013.

T10 Os censores e os celerados (Ano 7 / n° 79/ Fev – 2014)

*Por Serge Halimi [diretor LMD]**

Cerca de dois séculos depois, os revoltados, os párias e os celerados dispõem de dezenas de milhares de seguidores em suas contas no Twitter; o YouTube lhes permite fazer uma reunião em sua sala falando irresponsavelmente deitados em um sofá, diante de uma câmera.

A liberdade de expressão só existe quando a aplicamos aos propósitos que reprovamos. As violações a princípio sobrevivem por muito tempo aos motivos que as justificaram e aos governantes que delas se apropriaram para punir com rigor. Em 25 de outubro de 2001, no clima de quase pânico que se seguiu aos atentados assassinos do 11 de Setembro, um único senador norte-americano, Russel Feingold, votou contra o Patriot Act, arsenal de disposições liberticidas que o pretexto do combate ao terrorismo permitiu que fossem aprovadas em bloco pelos eleitos do Congresso. Treze anos e um presidente depois, essas medidas de exceção continuam sendo lei nos Estados Unidos.

Sabe-se que os ministros da Defesa preocupam-se mais com a ordem e a segurança que com as liberdades. Cada ameaça os encoraja a exigir uma nova parafernália repressiva que reunirá em torno deles uma população inquieta ou escandalizada. Em janeiro, a França proibiu a título preventivo várias reuniões e espetáculos julgados contrários ao "respeito devido à dignidade da pessoa humana". Elevando-se contra as tiradas antissemitas de Dieudonné, que "não é mais um comediante" e cujo esforço "não mais destaca a criação", Manuel Valls, ministro do Interior, ameaçou: "Não quero eliminar nenhuma possibilidade, aí incluído um endurecimento da lei".[1] Mas um Estado democrático não deve aceitar sem estremecer que o ministro responsável pela polícia julgue, na sua essência, o humor e a criação – inclusive quando ambos estão ausentes.

Em julho de 1830, Carlos Xrevogou por uma portaria a liberdade de imprensa. Um de seus partidários justificou nestes termos o restabelecimento do princípio da censura prévia, que acabava de tomar o lugar do recurso *a posteriori*diante dos tribunais: "Quando a repressão intervém, o dano é cometido; longe de repará-lo, a punição a isso acrescenta o escândalo do debate".[2] Contudo, no dia seguinte à portaria real, os jornais foram publicados sem autorização prévia, graças a diversos subterfúgios. O público se precipitou para lê-los, comentá-los. E a Revolução derrubou o regime de Carlos X.

Cerca de dois séculos depois, os revoltados, os párias e os celerados dispõem de dezenas de milhares de seguidores em suas contas no Twitter; o YouTube lhes permite fazer uma reunião em sua sala falando irresponsavelmente deitados em um sofá, diante de uma câmera. Uma vez proibidos alguns espetáculos e reuniões públicas considerados indignos da pessoa humana, seria então o caso de sancionar igualmente a difusão das mesmas mensagens pelas redes sociais? Isso seria conferir imediatamente a aura de vítimas do "sistema" a comerciantes da provocação. E dar crédito a suas acusações mais paranoicas.

Reagindo às últimas iniciativas de Valls, um ex-ministro socialista preocupou-se com um "profundo retrocesso que tende a instaurar uma espécie de regime preventivo, até mesmo de censura moral prévia à liberdade de expressão". E concluiu, sem dúvida caridosamente: "No caso presente, a emoção, a cólera e a revolta contra a infâmia fizeram vacilar as melhores cabeças".[3]

Serge* ***Halimi* *é o diretor de redação de Le Monde Diplomatique (França).*

1 Entrevista ao Aujourd'hui en France, Paris, 28 dez. 2013.

2 Citado por Jean-Noël Jeanneney, Les grandes heures de la presse qui ont fait l'histoire [Os grandes momentos da imprensa que fizeram história], Flammarion, Paris, 2013, p.28.

3 "Jack Lang sur l'affaire Dieudonné: 'La décision du Conseil d'État est une profonde régression'" [Jack Lang sobre o caso Dieudonné: "A decisão do Conselho de Estado é um profundo retrocesso], Le Monde, 13 jan. 2014.

T11 Na Europa, extremas direitas mutantes (Ano 7 / n° 80/ Mar – 2014)

*Por Jean-Yves Camus**

Há trinta anos, por toda a Europa, as extremas direitas vão de vento em popa. Se alguns partidos ainda empregam diatribes neonazistas, a maioria procura respeitabilidade e invade o terreno social

Se olharmos para a emergência dos populismos de extrema direita no início dos anos 1980, veremos que mais de trinta anos se passaram sem que aparecesse mais claramente, na abundante literatura científica, uma definição ao mesmo tempo precisa e operacional dessa categoria política. É preciso, então, tentar ver com mais clareza a categoria genérica daquilo que chamamos na França comumente de "extrema direita" ou "populismo".[1]

Na Europa, desde 1945, o termo "extrema direita" designa fenômenos muito diferentes: populismos xenófobos e "antissistema", partidos políticos nacional-populistas, às vezes fundamentalismos religiosos. A consistência do conceito é questionável, posto que, de um ponto de vista mais militante do que objetivo, os movimentos que recebem essa etiqueta são interpretados como uma continuação, por vezes adaptada às necessidades da época,das ideologias nacional-socialista, fascista e nacionalista-autoritária, em suas diversas declinações, o que não reflete a realidade.

É verdade, o neonazismo alemão – e o Partido Nacional Democrata (PND) em certa medida – e o neofascismo italiano (reduzido a CasaPound Italia, Flama Tricolor e Força Nova, ou seja, 0,53% dos votos totais) se inscrevem diretamente na continuidade ideológica de seus modelos, assim como os avatares tardios dos movimentos dos anos 1930 na Europa central e oriental: Liga das Famílias Polonesas, Partido Nacional Eslovaco, Partido da Grande Romênia. No entanto, no plano eleitoral, apenas o defunto Movimento Social Italiano (MSI), cuja história foi interrompida em 1995 com a virada conservadora impulsionada por seu chefe Gianfranco Fini, conseguiu sair da marginalidade política na Europa ocidental;[2] e, no Leste, ela míngua *(ver mapa)*. Mesmo que os sucessos da Aurora Dourada na Grécia e do Jobbik na Hungria[3] tenham provado que ela não foi definitivamente enterrada, em 2014 ela é muito minoritária.

Aceitação da democracia parlamentar

Em uma época na qual não se prezam mais as grandes ideologias que pregam o advento de um homem e de um mundo novos, os valores dessa extrema direita tradicional se revelam inadaptados. O culto do chefe e do partido único convém mal às expectativas de sociedades divididas, individualistas, nas quais a opinião se forma por meio dos debates televisivos e das redes sociais.

No entanto, o legado ideológico dessa extrema direita "à moda antiga" permanece fundamental. É, em primeiro lugar, uma concepção de racismo étnico do povo e da identidade nacional, da qual provém o duplo ódio contra o inimigo externo – o indivíduo ou o Estado estrangeiros – e o inimigo interno – as minorias étnicas ou religiosas e o conjunto dos adversários políticos. É também um modelo de sociedade organicista, frequentemente corporativista, fundado sobre um antiliberalismo econômico e político que nega a primazia das liberdades individuais e a existência dos antagonismos sociais, salvo o que opõe o "povo" e as "elites".

Os anos 1980-1990 viram o sucesso eleitoral de outra família, que a mídia e muitos de seus comentaristas continuam a chamar de "extrema direita", mesmo que alguns já sentissem que a comparação com os fascismos dos anos 1930 já não era mais pertinente e que ela impedia a esquerda de elaborar outra resposta que não fosse uma "fórmula mágica" a seus adversários. Como nomear os populismos xenófobos escandinavos, o Front National (FN) na França, o Vlaams Blok em Flandres, o Partido da Liberdade na Áustria (FPÖ)? A grande disputa terminológica começava e estava longe de acabar. "Nacional-populismo" (utilizado por Pierre-André Taguieff),[4] "direitas radicais", "extrema direita": a exposição das controvérsias semânticas que opõem os cientistas políticos necessitaria de um livro inteiro. Vamos então simplesmente sugerir que os partidos mencionados foram transferidos da extrema direita para a categoria das direitas populistas e radicais.

A diferença se deve, formalmente e com frequência, ao fato de que esses partidos aceitam a democracia parlamentar e a ascensão ao poder somente pelas urnas. Se seu projeto institucional permanece vago, é claro que ele valoriza a democracia direta, por meio de um referendo de iniciativa popular, em detrimento da democracia representativa. O slogan da "faxina" destinada a tirar do poder as elites consideradas corruptas e distantes do povo é comum a todos eles. Ele defende ao mesmo tempo a social-democracia, os liberais e a direita conservadora.

O povo é para eles uma entidade trans-histórica que engloba os mortos, os vivos e as gerações por vir, religadas por um fundo cultural invariável e homogêneo. Isso introduz a distinção entre os nacionais "de raiz" e os imigrados, em particular os extraeuropeus, dos quais será preciso limitar os direitos de residência, assim como os direitos econômicos e sociais. Se a extrema direita tradicional permanece ao mesmo tempo antissemita e racista, as direitas radicais privilegiam uma nova figura do inimigo, ao mesmo tempo interno e externo: o islã, ao qual são associados todos os indivíduos originários de países culturalmente muçulmanos.

As direitas radicais defendem a economia de mercado, pois esta permite ao indivíduo exercer seu espírito empreendedor, mas o capitalismo que elas promovem é exclusivamente nacional, daí sua hostilidade à globalização. São, em suma, partidos nacional-liberais, que admitem a intervenção do Estado não apenas nos campos de competência soberanos, mas também para proteger os marginalizados da economia globalizada e financeira, como testemunha o discurso de Marine Le Pen, presidente do FN.[5]

Em que as direitas radicais se distinguem finalmente das extremas direitas? Antes de mais nada, por seu mínimo grau de antagonismo com a democracia. O cientista político Uwe Backes[6] mostra que a norma jurídica em vigor na Alemanha admite como legítima e legal a crítica radical da ordem econômica e social existente, enquanto define como um perigo para o Estado o extremismo, que é uma rejeição em massa dos valores contidos na lei fundamental. Sobre a base dessa classificação, parece pertinente nomear "extremas direitas" os movimentos que recusam totalmente a democracia parlamentar e a ideologia dos direitos do homem, e "direitas radicais" as que se acomodam a elas.

As duas famílias ocupam, além disso, uma posição diferente no sistema político. Não apenas a extrema direita se encontra na situação daquilo que o pesquisador italiano Piero Ignazi chama de "polo excluído",[7] mas ela também se vangloria dessa posição e dela tira suas forças. As direitas radicais, por sua vez, aceitam participar do poder, seja como parceiras em uma coalizão governamental – a Liga do Norte na Itália, a União Democrática do Centro (UDC) na

Suíça, o Partido do Progresso na Noruega –, seja como força complementar parlamentar em um gabinete que não lhes pertence: o Partido pela Liberdade (PVV) de Geert Wilders na Holanda, o Partido do Povo Dinamarquês. Sua perenidade é garantida? Esse tipo de partido vive constantemente no fio da navalha, entre uma marginalidade que, se perdura, carrega um "telhado de vidro" eleitoral e uma normalização que, se se revela muito evidente, pode conduzir ao declínio.

O exemplo grego é um caso de estudo. Até 2009, e depois de quase trinta anos de existência de grupos pequenos, o movimento neonazista Aurora Dourada obteve cerca de 7% dos votos durante as duas eleições legislativas de 2012.[8] Disso se deduz que seu racismo esotérico-nazista de repente ganhou 426 mil eleitores? Claro que não. Estes primeiro preferiram a extrema direita tradicional, encarnada pelo Alarme Popular Ortodoxo (Laos), que entrou no Parlamento em 2007. Mas entre as duas eleições legislativas de 2012 houve um acontecimento-chave: a participação do Laos no governo de união nacional dirigido por Lucas Papademos, cuja orientação consistia em obter a aprovação do Parlamento de um novo plano de "resgate" financeiro, acordado pela Troika,[9] em troca de medidas de austeridade drásticas. Tendo se tornado uma direita radical,[10] o Laos perdeu em atrativos para uma Aurora Dourada que recusava qualquer concessão.

Ao contrário, na maioria dos países europeus, as direitas radicais ou suplantaram totalmente seus rivais extremistas (Suécia, Noruega, Suíça e Holanda), ou conseguiram, como os Verdadeiros Finlandeses, emergir onde aquelas haviam fracassado.

Último caso de análise, que tem se tornado frequente: aquele em que a direita radical sofre a concorrência eleitoral de formações "soberanistas". A vontade de sair da União Europeia constitui o coração do programa desses partidos, mas eles também exploram as temáticas da identidade, da imigração e do declínio cultural, sem ter de, por isso, carregar o estigma de uma origem extremista e evacuando a dimensão racista. Mencionaremos a Alternativa para a Alemanha, o Partido pela Independência do Reino Unido (Ukip), a lista Stronach na Áustria e o Debout la République [República de Pé], dirigido por Nicolas Dupont-Aignan, na França.

Não é o menor defeito do termo "populismo" o fato de ser utilizado para cima e para baixo, em particular para descreditar qualquer crítica do consenso ideológico liberal, qualquer questionamento da bipolarização do debate político europeu entre conservadores liberais e sociais-democratas, qualquer expressão nas urnas do sentimento popular de desconfiança contra os maus funcionamentos da democracia representativa. O universitário Paul Taggart, por exemplo, apesar das qualidades e da relativa precisão de sua definição dos populismos de direita, não pode se impedir de estabelecer uma simetria entre estes últimos e a esquerda anticapitalista. Ele esvazia assim a diferença fundamental que constitui o racismo étnico explícito ou latente das direitas extremas e radicais.[11] Para ele, como para muitos outros, o populismo da direita radical não se define por sua singularidade ideológica, mas por sua posição de dissenso no seio de um sistema político em que apenas seria legítima a escolha de formações liberais ou de centro-esquerda.

Da mesma forma, a tese defendida por Giovanni Sartori, segundo a qual o jogo político se organizaria em torno da distinção entre partidos do consenso e partidos protestantes, os primeiros sendo aqueles que têm a capacidade de exercer o poder e são aceitáveis como parceiros de coalizão, levanta o problema de uma democracia de cooptação, de um sistema fechado. Se a fonte de qualquer legitimidade é o povo e uma parte consequente deste (entre 15% e 25% em muitos países) vota em uma direita radical "populista" e "antissistema", em

nome de que princípio se deve protegê-la de si mesma ao manter um ostracismo que guarda essas formações à distância do poder – sem inclusive, a longo prazo, conseguir diminuir sua influência?

Esse ponto de filosofia política é ainda mais importante porque se refere também à atitude dos formadores de opinião a respeito das esquerdas alternativas e radicais, que perdem legitimidade porque querem transformar – e não arrumar – a sociedade, o que faz que elas, frequentemente, segundo a velha e falsa ideia dos "extremos que se encontram", sejam designadas como o duplo invertido das radicalidades de direita. O cientista político Meindert Fennema constrói assim uma vasta categoria dos "partidos protestantes", definidos como os que se opõem ao conjunto do sistema político, culpando este por todos os males da sociedade e, segundo ele, sem oferecer nenhuma "resposta precisa" aos problemas que levantam. Mas o que é uma "resposta precisa" aos problemas que a social-democracia e a direita liberal-conservadora não conseguiram resolver?

O problema da Europa, inclusive, é o crescimento das direitas extremas e radicais ou a mudança de paradigma ideológico das direitas? Um dos fenômenos mais importantes dos anos 2010 é que a direita clássica tem cada vez menos reticências em aceitar como parceiros de governo formações radicais como a Liga do Norte na Itália, a UDC suíça, o FPÖ na Áustria, a Liga das Famílias Polonesas, o Partido da Grande Romênia, o Partido Nacional Eslovaco e agora o Partido do Progresso Norueguês.

Não se trata de tática e de aritmética eleitorais. A porosidade crescente entre os eleitorados do FN e da União por um Movimento Popular (UMP) demonstram isso, a ponto de o modelo das três direitas – contrarrevolucionária, liberal e plebiscitária (com seu mito do homem providencial) – elaborado por René Rémond, mesmo que acrescentarmos a ele uma quarta encarnada pelo Front National,[12] não dar mais conta da realidade francesa. Sem dúvida estamos caminhando em direção a uma concorrência entre duas direitas. Uma, nacional-republicana, operaria uma síntese soberanista e moralmente conservadora da tradição plebiscitária e da direita radical frontista; seria o retorno da família "nacional". A outra seria federalista, pró-europeia, pela livre-troca e liberal no plano de sociedade.

Tendo, é claro, variantes locais, a luta de poder no seio da grande nebulosa das direitas se opera em toda a Europa em torno das mesmas divisões: Estado-nação contra governo europeu; "uma terra, um povo" contra uma sociedade multicultural; "submissão total da vida à lógica do lucro"[13] ou primazia da comunidade. Antes de pensar na maneira de vencer as direitas radicais nas urnas, a esquerda europeia deverá admitir as mutações de seu adversário. Estamos longe disso.

**Jean-Yves Camus* *é pesquisador associado do Institut de relations internationales et stratégiques (IRIS), diretor do Observateur de radicalités politiques, fundação Jean-Jaurès. Autor do livro "Droites extrêmes en Europe", Seuil, Paris.*

1 Ler Serge Halimi, "Le populisme, voilà l'ennemi!" [O populismo, eis o inimigo!],*Le Monde Diplomatique*, abr. 1996, e Alexandre Dorna, "Faut-il avoir peur du populisme?" [É preciso ter medo do populismo?], *Le Monde Diplomatique,* nov. 2003.

2 Seu partido, Futuro e Liberdade para a Itália, teve 0,47% dos votos na eleição de fevereiro de 2013.

3 Ler G. M. Tamas, "Hongrie, laboratoire d'une nouvelle droite" [Hungria, laboratório de uma nova direita], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2012.

4 Pierre-André Taguieff, *L'illusion populiste* [A ilusão populista], Berg International, 2002.

5 Ler Eric Dupin, "Acrobaties doctrinales au Front national" [Acrobacias doutrinárias no Front National], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2012.

6 Uwe Backes, *Political extremes. A conceptual history from Antiquity to the present* [Políticas extremas. Uma história conceitual da Antiguidade ao presente], Routledge, Abingdon, 2010.

7 Piero Ignazi, *Il polo escluso. Profilo del movimento sociale italiano* [O polo excluído. Perfil do movimento social italiano],Il Mulino, Bolonha, 1989.

8 Visto que nenhuma maioria se destacou para formar um novo governo depois das eleições legislativas de maio de 2012, uma nova eleição aconteceu um mês depois.

9 A Troika compreende o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

10 Georgios Karatzaferis, que o dirige, pertencia anteriormente à Nova Democracia, do primeiro-ministro Antonis Samaras.

11 Paul Taggart, *The new populism and the new politics. New protest parties in Sweden in a comparative perspective*[O novo populismo e a nova política. Novos partidos protestantes na Suécia em uma perspectiva comparativa], Palgrave Macmillan, Londres,1996.

12 René Rémond, *La droite en France de 1815 à nos jours. Continuité et diversité d'une tradition politique*[A direita na França de 1815 aos dias de hoje. Continuidade e diversidade de uma tradição política], Aubier, Paris, 1954. Trecho considerado por Rémond em *Les droites aujourd'hui* [As direitas de hoje], Audibert, Paris, 2005.

13 Robert de Herte, *Éléments* [Elementos], n.150, Paris, jan./mar. 2014.

T12 Front Nacional passa da demonização à fascinação (Ano 7 /n° 80/ Mar – 2014)

*por Éric Dupin**

Procurando apresentar-se como um partido "fora do sistema", o Front National reclama do desdém dos jornalistas. Porém, seus representantes, como a maioria dos políticos, usam a mídia amplamente.

Como está distante o tempo em que os jornalistas hesitavam em dar a palavra ao Front National (FN)! Sua presidente, Marine Le Pen, multiplica hoje em dia as apresentações radiofônicas e televisivas. Seu segundo em comando, Florian Philippot, é uma figura constante nas entrevistas matutinas, a ponto de ter aceitado corajosamente a da rádio Europe 1 no dia 1º de janeiro. Ele falou quatro vezes nos programas matutinos em dezembro de 2013. Seus camaradas brincam a respeito de sua propensão em passar de um palco de canal de informações para outro. "A televisão enlouquece aqueles que não aparecem nela", responde Philippot.[1]

Responsável pela estratégia e pela comunicação, ele se felicita pela presença crescente de seu partido no campo midiático, ao mesmo tempo que a considera ainda insuficiente tendo em vista seu peso eleitoral. "Segundo as estatísticas do CSA [Conselho Superior do Audiovisual], desde as últimas eleições presidenciais nós nos beneficiamos de cerca de 5% do tempo de transmissão", reclama. Um exame dessas estatísticas complexas mostra que ele não está errado.[2] Na rádio, o FN aparece levemente abaixo do nível do Europe Écologie – Les Verts (EELV) *(ver boxe)*. Seu tempo de intervenção é bem melhor nos canais exclusivos de notícias; mas ele se reduz à porção devida nos jornais e programas da televisão aberta. Quantitativamente, o partido de extrema direita continua sendo tratado como os "pequenos partidos", quer dizer, bem atrás da União por um Movimento Popular (UMP) e do Partido Socialista (PS).

Outra medida confirma essa apreciação. O Lab da Europe 1 publica a cada mês uma lista dos convidados políticos dos programas matutinos do rádio e da televisão.[3] Em dezembro de 2013, as personalidades do FN totalizavam oito passagens, ou seja, tanto quanto o EELV, infinitamente mais que a Frente de Esquerda (zero), mas muito menos do que o PS (66) ou a UMP (37). Assim, o partido comemora ter conseguido "impor diversas faces": Marine Le Pen e Philippot, mas também a deputada Marion Maréchal-Le Pen e ainda seu vice-presidente, Louis Aliot.

Falta de jeito dos entrevistadores

A presença reforçada na cena midiática de um FN cujo discurso evoluiu levanta um problema estratégico aos jornalistas. Convém a partir de agora interrogar um dirigente de extrema direita como se fosse qualquer outro dirigente político? Nos fatos, esse velho debate é tratado no sentido de uma normalização. "Eu não tenho nada a reclamar sobre o tom das entrevistas", declara Philippot, que domina perfeitamente o jogo midiático. "Eu sei antes do fim do programa qual vai ser o título da AFP", orgulha-se. Jean-Michel Aphatie, o entrevistador político da RTL, não o contradiz: "Ele sabe muito bem responder às nossas perguntas de maneira a garantir uma continuação". "As entrevistas dos dirigentes do FN não são mais tão militantes. Elas se tornaram mais jornalísticas", estima o entrevistador, que considera essa evolução fruto de uma mudança das temáticas. Ao focar menos os assuntos sulfurosos da imigração e da falta de segurança e ao abandonar velhas bandeiras da extrema direita, como a

luta contra o aborto – pelo menos de forma direta[4] –, o partido teria ganhado seu tíquete de entrada em um debate público mais tranquilo.

Por que a imprensa deixou de concentrar sua atenção no duo imigração-insegurança, sobre o qual o FN, para além das variações semânticas que o fizeram trocar "preferência nacional" por "prioridade nacional", não mudou em nada seu programa? Essa ausência de críticas se deve sem dúvida também à disseminação de seus modos de ver o mundo, principalmente graças à sua propagação em amplos setores da direita, especialmente entre os eleitos do sul. A falta de jeito dos jornalistas sobre esses temas beneficia o FN. "Por que a nacionalidade parece tão importante para você?", perguntou Patrick Cohen, no dia 29 de outubro de 2013 na rádio France Inter, para Marine Le Pen, que pôde então lhe explicar que queria reservar certas vantagens aos titulares da nacionalidade francesa, qualquer que seja sua origem.

O FN é hoje em dia mais comumente questionado sobre o aspecto social e econômico de seu programa. Mas, ainda ali, as perguntas se mostram hesitantes. Há a técnica de fazer muito estrondo, empregada por Jean-Jacques Bourdin diante de Marion Maréchal-Le Pen, no dia 16 de dezembro de 2013 no microfone da RMC: "Ao ler o programa do FN, eu tive a impressão de estar lendo um programa comum da esquerda, o programa [do ex-presidente venezuelano Hugo] Chávez!".[5] Essa variante original de "demonização" teve como único efeito provocar riso na neta de Jean-Marie Le Pen. Aphatie se pergunta em voz alta: "Pedem-nos que analisemos o programa do FN. Mas é também uma maneira de dar crédito a ele, e não é tão fácil assim atacar suas propostas enquanto os fracassos dos partidos do governo são percebidos por todo mundo...". Se até mesmo esse comentarista liberal declarado tem dúvidas sobre a eficiência de uma crítica econômica das teses do FN, é porque a coisa está feia.

Tudo isso diverte Philippot. "Diante de nós, temos pessoas sem estratégia, que hesitam entre criticar nossas posições em profundidade e ficar numa condenação puramente moral", observa, falando ao mesmo tempo de seus adversários políticos e dos jornalistas. O FN lucra com a incapacidade confessa do debate público de abordar como se deveria um tema que se tornou central em seu discurso e em seu sucesso: a questão do euro. Nos raros debates sobre o assunto, o isolamento do FN – única formação além da de Nicolas Dupont-Aignan (Debout la République – República de Pé) a se pronunciar claramente pela saída do euro – acaba sendo de grande valia. "Durante um *Palavras cruzadas*,[6] eu estava sozinho contra todos", lembra Philippot. "Mas Yves Calvi entrou no jogo e me permitiu responder a meus contraditores." A saída do euro "é um debate que gira em círculos", refuta sem energia Aphatie, que se defende contra a evidência da acusação de privilegiar o que ele chama de um "círculo da razão consciente"...

Diante de um partido outrora lançado para fora da ágora democrática, os jornalistas se reduzem a tentar algumas manobras com armadilhas cada vez menos bem-sucedidas à medida que o discurso dos dirigentes do Front fica mais liso. Acontece também que a contradição dos moralistas patenteados não está bem ajustada. "Não podemos deixar que digam qualquer coisa", reclama Jean-Pierre Elkabbach, no dia 9 de dezembro de 2013 na Europe 1, porque Marine Le Pen ousou atacar... o artigo 20 da Lei de Programação Militar, considerado assassino da liberdade por uma grande parte dos comentaristas, porque ele autoriza o acesso dos serviços de informação aos dados pessoais na internet.

No estúdio e nos palcos, os momentos de tensão se tornaram raros. Se eles reaparecem de vez em quando, isso se volta na maior parte das vezes em favor do FN. No dia 6 de junho de 2013, dia

seguinte à morte do jovem militante antifascista Clément Méric sob os golpes de militantes de extrema direita, Aphatie confrontou Marine Le Pen a um testemunho garantindo que um dos agressores vestia uma camiseta do Front National. "Eu não pretendo ser acusada por você, já que você não tem nenhuma prova do que quer que seja", exaltou-se a convidada. De fato, a Europe 1 só tinha coletado, na noite anterior, um testemunho não confirmado, e Aphatie teve de se desculpar em 11 de junho.

O último atrito que houve entre o FN e a mídia diz respeito à sua etiquetagem política. Marine Le Pen acreditou que era bom proibir os jornalistas de situarem seu partido na "extrema direita". A proibição, repleta de ameaças judiciais, provocou grande rebuliço. A maioria dos jornalistas considerou questão de honra persistir nessa qualificação, mesmo que a análise do Front de hoje deva se ligar tanto à sua identidade histórica quanto à evolução das correntes ditas "nacionais-populistas" *(ver p. 18)*. Mas nada garante que esse chamado à ordem semântico tenha qualquer efeito dissuasivo na fração da população tentada pelo FN, que zomba particularmente dos apelidos em uso no microcosmo político-midiático.

"Eles são obcecados por nós", diz, sorrindo, Philippot. Incontestavelmente, a imprensa escrita trata muito do assunto. Entre os dias 14 de setembro de 2013 e 7 de janeiro de 2014, ou seja, em menos de quatro meses, o *Le Monde* consagrou oito manchetes ao FN, enquanto o partido não viveu, ao longo desse período, nenhuma crise particular nem congresso. Nenhuma outra formação teve direito a tal atenção. Algumas dessas "capas" tinham até mesmo um tom estranhamente valorizador: "O Front National parte para a conquista do poder" (14 set.) ou "Municipais, europeias: o FN no centro do jogo" (11 out.).

Tais exageros não são facilmente explicáveis, de tanto que se misturam a eles fantasias jornalísticas, motivações ideológicas e segundas intenções comerciais. Questionado pelo semanário *Politis*, Alexandre Dézé, mestre de conferências em Ciência Política na Universidade de Montpellier 1, afirmou que o FN tem "a vantagem de fazer vender jornal".[7] O jornalista Daniel Schneidermann lembra que em uma época (1996-2004) em que Edwy Plenel dirigia a redação do *Le Monde*, o tratamento exagerado do FN tinha uma motivação militante. Sem contar que as manchetes consagradas à família Le Pen por muito tempo deram ao*Libération* suas melhores vendas (fora as necrologias). No dia 12 de outubro de 2013, o jornal deu como título em letras garrafais "100% extrema direita" e sua "capa" trazia uma foto de Marine Le Pen sorridente – uma escolha iconográfica criticada pelo autor da foto, que julgou a encenação muito positiva.

Desde o surgimento eleitoral do FN, no início dos anos 1980, as mídias alternaram atitudes contraditórias. Da recusa em dar a palavra aos dirigentes de extrema direita sucedeu-se um embalo midiático. Nos dois casos, o partido se esforçou para tirar proveito do incômodo dos jornalistas, seja denunciando o ostracismo do qual era vítima, seja aproveitando ao máximo os convites oferecidos.

Uma profecia autorrealizável?

Nos últimos anos, a mídia faz alarde anunciando um futuro que é marcado pela formação frontista. Quantos comentaristas, baseados em pesquisas de opinião pouco profundas e com pouco sentido, não anunciaram a qualificação de Marine Le Pen para 2012? A revista semanal*Nouvel Observateur* (10 out. 2013) se distinguiu mais uma vez nesses exercícios vãos de política-ficção ao marcar um enorme "24%" sobre o rosto da presidente do FN a fim de provocar arrepios em seus velhos leitores, com uma "sondagem de dar medo" na perspectiva das eleições europeias.

Uma análise rigorosa das pesquisas de opinião impede, no entanto, que se apresente tão facilmente a tese de um irresistível aumento de poder do FN.

No dia 13 de outubro de 2013, a eleição parcial de Brignoles (Var) viu o apogeu de uma histeria midiática precisamente analisada pela associação Action Critique Médias (Acrimed).[8] Acontecimento raríssimo, Hervé Béroud, diretor de informação da BFM-TV, inclusive lamentou ter dado "cobertura demais" para essa modesta eleição regional.[9] Esses excessos fazem pensar sem dúvida na estranheza persistente do voto no FN para uma classe midiática muito distante de seu eleitorado. "Nós fomos ao seu encontro para ouvir suas lamentações", anunciou piedosamente o jornal televisivo das 20 horas do canal TF1 do dia 14 de outubro. Tal distância sociológica autoriza todos os clichês e atalhos pouco propícios à compreensão de um fenômeno eleitoral complexo.

Mais grave: "Há uma fascinação do mundo jornalístico pelo FN que aparece sozinho contra todos diante do esgotamento do sistema político", analisa Aphatie. "O Front National mudou muito, a direita está mudando; e quem pode garantir que eles não vão chegar ao poder? Ninguém!" É exatamente essa linha de fuga prospectiva que explica, e para alguns justifica, essa atenção excessiva. Alguns falarão até mesmo de profecia autorrealizável. Antecipando uma futura participação do FN no poder, muitos jornalistas se mostram mais compreensivos em relação a ele. Os dirigentes desse partido não escondem que essa busca por respeitabilidade é central em sua estratégia.

Tão deformadoras e desmoralizadoras quanto possam ser, as mídias não fazem a história. Arnaud Mercier, professor de Comunicação Política da Universidade de Lorraine, lembra que Jean-Marie Le Pen foi qualificado para o segundo turno da eleição presidencial, em 21 de abril de 2002, mesmo tendo sido mais ignorado do que nunca ao longo do período anterior. No entanto, tínhamos assistido a uma avalanche de assuntos sobre a "insegurança". Hoje, é com certeza a encenação angustiante e tendenciosa – da caça aos romenos à obsessiva denúncia do sistema tributário – à qual cede o essencial do sistema midiático que contribui para "jogar o jogo do Front National".

*__Eric Dupin__ *é jornalista.*

T13 Trabalho terceirizado, trabalhadores acorrentados (Ano 7/ n° 81/ Abr – 2014)

*Por Gilles Balbastre**

Mudança de pessoal: de 22 a 25 de maio de 2014 os europeus vão eleger seus deputados, o que influenciará a escolha do próximo presidente da Comissão Europeia. Mas a União vai abandonar um roteiro político que, por enquanto, se caracteriza pela organização do dumping social?

Eles são quatro, um pouco afastados da última rotatória que leva, por uma pequena estrada, a um posto de vigia. Não tiram os olhos dos cerca de vinte militantes da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que nesta manhã de janeiro, parados e com os braços carregados de panfletos, esperam a saída de centenas de trabalhadores do imenso canteiro de obras ao lado.

Uma primeira caminhonete se aproxima. Sindicalistas a param, interrogam os trabalhadores a respeito de sua origem, entregam panfletos em português. Apesar da barreira da língua, uma troca de informações sobre seus direitos começa através da janela entreaberta. Logo, os quatro homens se aproximam. "Circulem!", solta o mais velho, ameaçador. "Vocês não têm o que falar com eles. Entrem no canteiro." Os sindicalistas expulsam energicamente o quarteto, que volta a se distanciar.

A cada nova caminhonete parada, os quatro indivíduos anotam o número da placa e discretamente tiram fotos, sussurram num pequeno gravador. A cena aconteceu em 2014, na França. Em Loon-Plage, mais precisamente: um *no man's land*varrido por um vento glacial, na costa do Mar do Norte.

Descobrimos que o homem agressivo é ninguém menos que o responsável pelo canteiro do terminal de navios metaneiros [que transportam gás natural liquefeito – GNL] da Electricité de France (EDF); os três outros, seus capangas. Todos se recusam a responder a nossas perguntas. "Aqui é uma rotatória pública", solta Marcel Croquefer, delegado CGT da Polimeri Europa France. "Vocês imaginam o que acontece dentro da obra?"

Efetivamente, é preciso ter imaginação para saber o que ocorre no segundo maior canteiro de obras da França – atrás apenas do canteiro do reator pressurizado (EPR) de Flamanville. O release de imprensa produzido pela responsável pelas obras, a Dunkerque LNG (filial da EDF), e datado de 19 de fevereiro de 2014 anuncia 1.337 trabalhadores: "95% europeus, dos quais um terço originário do Nord-Pas-de-Calais". Mas, se os sindicalistas se deslocaram com seus panfletos em línguas estrangeiras, é porque eles sabem que ali os trabalhadores provêm majoritariamente da Itália, de Portugal e da Romênia.

É esse o resultado da diretiva europeia 96/71/CE sobre o trabalho terceirizado que permite às empresas europeias recrutar estrangeiros pagando as taxas sociais de seus países de origem? "Temos dificuldade em saber o número exato de trabalhadores estrangeiros no canteiro. Gira em torno de 60%", estima Christelle Veignie, secretária da união local da CGT de Dunkerque.

Os sindicalistas vão esperar por muito tempo os trabalhadores italianos. Bloqueados por sua direção nos acampamentos onde estão acomodados, eles só serão autorizados a voltar para o trabalho lá pelas 10 horas da manhã, quando o último militante tiver ido embora...

Foi graças a uma operação similar, realizada em 10 de dezembro de 2013 por sindicalistas da Confederação Francesa do Gerenciamento – Confederação Geral dos Gerentes (CFE-CGC) e da CGT da construção, que essa questão da proporção dos trabalhadores terceirizados estrangeiros no canteiro do terminal de navios metaneiros ganhou visibilidade na imprensa local. No entanto, foi preciso esperar a intervenção espetacular de cerca de quinze militantes do Front National (FN) para que o caso ganhasse espaço. No dia 12 de dezembro, estes ocuparam o telhado da Câmara do Comércio e da Indústria (CCI) de Dunkerque e desenrolaram a faixa: "Emprego, os nossos primeiro". A ação chamou a atenção da mídia nacional, que enlouqueceu as autoridades políticas e das prefeituras a alguns meses das eleições municipais. Claramente, a bela fachada que rodeava o canteiro acabava de desmoronar.

Quando o presidente Nicolas Sarkozy, no dia 3 de maio de 2011, anunciou a construção do terminal em Loon-Plage, este ganhou ares de panfleto publicitário patronal e político em matéria de luta contra o desemprego na região de Dunkerque, que sofria particularmente com o problema. Tudo começou quando, diante de uma multidão de jornalistas, Sarkozy prometeu centenas de empregos – no ano anterior, o fechamento da refinaria de Flandres tinha levado à demissão de 370 trabalhadores. A responsável pelas obras, a Dunkerque LNG, e os agentes locais, econômicos e políticos, promoveram então uma jornada midiática de envergadura: em 12 de dezembro de 2011, por exemplo, a filial da EDF organizou uma grande manifestação no Palácio do Congresso de Dunkerque, em parceria com o Polo Emprego, a CCI e a Entreprendre Ensemble (Empreender Juntos), uma associação para a inserção e o emprego presidida pelo prefeito socialista da cidade, o ex-ministro do Trabalho Michel Delebarre. Este evocou, na ocasião, uma "chicotada psicológica" para a região (*Nord Littoral*, 19 dez. 2011).

Dispostas a fazer qualquer coisa para encontrar o Graal de um emprego, 1,5 mil pessoas se deslocaram: "Um verdadeiro rush, à altura das esperanças suscitadas pelo canteiro do terminal metaneiro", comentou o jornal *Nord Littoral*, em 19 de dezembro de 2011. "O terminal metaneiro tem um efeito objetivo e indiscutível", declarou em outubro de 2012 o responsável pela seção local do Polo Emprego, Cyrille Rommelaere. "Seiscentos e dezoito contratos foram assinados com os interessados pelo emprego. A metade deles estava inscrita no Polo Emprego havia mais de doze meses, e 68% deles vinham da Costa de Opale."[1]

"Contra o dumping social"

Algumas semanas depois, já se ouvia falar italiano, português e romeno na região. A miragem se dissipou; a população entendeu: "Nós lutamos contra o *dumping* social, contra as distorções do direito do trabalho, não contra os estrangeiros", insiste Christelle. "Mas as pessoas estão cansadas das belas promessas", completa Croquefer. "O FN só precisa surfar na decepção acumulada. O voto em Le Pen nas eleições municipais será culpa deles!"

O escândalo dos trabalhadores estrangeiros de Loon-Plage caiu mal para o governo de Jean-Marc Ayrault, emaranhado no fim de 2013 pela promessa do presidente François Hollande de inverter a curva do desemprego. Em dezembro, uma renegociação em Bruxelas da diretiva relativa aos terceirizados estrangeiros ofereceu ao ministro do Trabalho Michel Sapin um pretexto para esclarecer, ao retornar, que a França obteve um "acordo satisfatório e ambicioso, conforme a posição [que ela] defendeu com constância".[2] As mídias propagaram rápido.

Mas não se trata apenas de um "compromisso" entre os ministros do Trabalho europeus no seio do Conselho, que suaviza uma proposta inicial do Parlamento – e que permanece submissa à validação dos deputados. Acompanhado do ministro do Interior Manuel Valls (e então de um grande número de câmeras), Sapin se dirigiu rapidamente ao terminal metaneiro para uma visita surpresa: "Para ver se o código do trabalho e as diretivas europeias sobre a terceirização estão sendo bem aplicados", explica "com firmeza" à AFP a comitiva do ministro (19 dez. 2013).

No local, alguns agentes do Estado ficam furiosos. A visita "surpresa" tinha sido anunciada... no dia anterior pela imprensa local. Na data em questão, os empregadores aconselharam os trabalhadores italianos e portugueses a ficar em seus trailers. O diretor adjunto da inspeção do trabalho de Dunkerque, Olivier Moyon, que se recusou a participar dessa "farsa", denunciou a expedição em uma carta de 5 de fevereiro, que chegou ao nosso conhecimento: "A divulgação na imprensa local na véspera dos detalhes da operação eliminou qualquer chance de efetuar as constatações em flagrante das infrações do trabalho ilegal, além de descreditar nossos serviços, sobre os quais alguns trabalhadores encontrados em nossas missões já expressaram regularmente suas dúvidas. [...] [Eles questionam] a realidade de nossa determinação em fazer que o direito trabalhista seja respeitado por seus empregadores".

Fracasso do controle, vitória da operação de comunicação. As mídias foram embora de Loon-Plage, as autoridades locais puderam novamente fechar os olhos, e a Dunkerque LNG pôde continuar a subcontratar seus trabalhadores com uma forte proporção de operários estrangeiros.

O retorno da lei do silêncio, contudo, não satisfez os militantes sindicais. No dia 14 de fevereiro, em mais uma manhã glacial, a união local da CGT de Dunkerque se instalou novamente na entrada do canteiro com um caminhão de som e panfletos. Mais jornalistas, mas ainda muitos trabalhadores italianos e portugueses... Ônibus, caminhonetes, alguns carros: numa contagem baixa, quatrocentos trabalhadores desfilavam diante dos sindicalistas, decididos a não aceitar tal situação.

No dia seguinte, em torno das 17h30, o mesmo balé retornou, mas no sentido contrário. O que houve com as 35 horas regulamentares? Um operário português ousou responder: "Atualmente, trabalhamos quarenta horas por semana, mas normalmente trabalhamos cinquenta. Para a gente é bom, pois ganhamos um pouco mais. Precisamos do dinheiro, precisamos trabalhar".

No canteiro, não há sindicato nem Comitê de Higiene, de Segurança e de Condições de Trabalho (CHSCT). Difícil, então, obter informações sobre o respeito ao pagamento das horas extras. "Na construção, as sete primeiras horas além das 35 têm um acréscimo de um quarto. As seguintes, de 50%. Vocês imaginam quanto as empresas podem ganhar se não respeitarem isso?", solta David Sans, delegado CGT do grupo Vinci. "Não pudemos ver as fichas de salário, porque elas são entregues diretamente aos países. Soubemos que alguns operários estavam hospedados em cinco em uma pequena casa. Eles recebiam o Smic [salário mínimo interprofissional de crescimento], mas seu aluguel era descontado do pagamento." "Durante os chamamentos da Dunkerque LNG no lote de eletricidade, a empresa Spie se posicionou com o valor de 16 milhões de euros em um mercado proposto de 25 milhões. Os italianos da Techint Sener ganharam por 12 milhões", confiou Didier Czajka, delegado CGT da Spie. "O

diferencial do nível de encargos sociais entre a França e a Itália não é tão grande assim." Uma única explicação: "O desrespeito às convenções coletivas francesas".

Traduzir a notificação custa mais do que a multa

No dia 5 de março, o triálogo *(ler o artigo na pág. 22)* entre negociadores do Parlamento Europeu chegou a um acordo de princípio visando "reforçar os controles e responsabilizar as empresas que dão ordens", segundo Sapin. Para o comissário europeu encarregado das questões sociais, László Andor, trata-se de um "sinal claro: a Europa não aceita a fraude ou o abuso das regras aplicáveis em detrimento dos trabalhadores terceirizados".[3]

Entre os agentes do Estado, nem todos estão convencidos disso, principalmente os inspetores do trabalho, dos quais muitos denunciam as dificuldades crescentes em garantir sua missão. Num primeiro momento, a empresa estrangeira que contrata um trabalhador estrangeiro para a França deve fornecer uma declaração à direção local do trabalho. Mas o documento – no qual constam o nome do trabalhador, sua qualificação, a empresa onde ele deve trabalhar, a duração de sua missão, seus horários, suas horas de descanso, a taxa de salário por hora – normalmente fica esquecido. E, quando um inspetor constata a presença de um estrangeiro sem o envio da famosa declaração, a sanção do empregador continua sendo uma ameaça muito longínqua. "Se um de nós tentar contatar a empresa por carta, a tradução se revela frequentemente mais cara do que a multa paga. Na maior parte das vezes, o tribunal torna o caso sigiloso", constata, um pouco amargo, Pierre Joanny, inspetor do trabalho em Lille e ex-secretário da Sud Travail. Imaginemos que, apesar de tudo, a justiça condenasse uma empresa? "As multas raramente são pagas", diz.

Restam as dezenas de milhares de trabalhadores terceirizados regularizados, que poderiam ser controlados. Mas ainda aí seria preciso poder fazê-lo... A árvore do canteiro do terminal metaneiro esconde uma floresta densa. A leitura dos quadros de declarações de terceirização de 2013 e 2014 ilustra a amplitude do fenômeno, em uma região onde se concentram um dos principais portos da França e quinze fábricas de tipo Seveso 2, majoritariamente controladas por multinacionais. Vinte e cinco romenos na Polimeri Europa France, oito lituanos na Total, treze romenos no McDonald's, diversas centenas de portugueses na Aluminium Dunkerque... No total, diversos milhares de trabalhadores europeus foram contratados em 2013 para empresas de Dunkerque. Eles eram 144.411 na França em 2011, contra 16.545 em 2002, segundo um relatório parlamentar publicado em abril de 2013.[4]

Basta passear um domingo pelos campings da região de Dunkerque – Mer et Vacances, em Leffrinckoucke; Les Palominos, em Les Hemmes de Marck; ou Vert Village, em Crochte – para ver caminhonetes portuguesas, carros italianos e homens discretos e furtivos, que falam pouco e entram nos trailers. Basta ir ao hotel Première Classe de Armbouts Cappel à noite para ouvir polonês, a Looberghe para aprender romeno, a Bray Dunes para descobrir o lituano. Nos sites de pousadas francesas do norte, em pleno inverno, todas as hospedagens na região de Dunkerque estão lotadas.

"As empresas alegam se voltar para o estrangeiro por não poder encontrar na França as especializações de que necessitam. Na verdade, os trabalhadores franceses poderiam efetuar a maior parte das funções", precisa Joanny. "A verdadeira motivação? Os ganhos obtidos sobre os horários, os salários, os abonos profissionais, a hospedagem e a alimentação", completa

Christelle. “Para os trabalhadores franceses, é a introdução organizada da maçã podre no cesto.”

Essa concentração maciça de estrangeiros terceirizados aumenta a carga de trabalho que já é pesada para os dez agentes encarregados do serviço da inspeção do trabalho de Dunkerque. Mas uma reforma governamental em andamento poderia piorar ainda mais as coisas: no Nord-Pas-de-Calais, há atualmente 147 agentes. “Não haveria mais que 129 se essa reforma terminasse”, preocupa-se Joanny. “Se os governantes tivessem realmente a vontade de proteger os trabalhadores, bastaria, por exemplo, construir o mesmo quadro de cooperação internacional que existe em matéria policial. Poderíamos então ir para outro país europeu para trabalhar com nossos colegas.”

Mas essa vontade política existe? Em sua carta a Sapin, Moyon escreve: “O procurador da República em Dunkerque já foi destinatário de dois processos verbais de infrações múltiplas constatadas junto a empresas estrangeiras controladas em 2012, sobre os quais no dia de hoje os prosseguimentos judiciários são desconhecidos”. Os empregadores dos trabalhadores terceirizados talvez tenham razões para não se preocupar com o “endurecimento” da diretiva 96/71/CE...

*__Gilles Balbastre__ *é jornalista e codiretor, com Yannick Kergoat, do documentário Les Nouveaux Chiens de Garde [Os Novos Cães de Guarda], (Jem produções, 2012).*

1 *Libération*, Paris, 5 out. 2012.

2 Libération, 9 dez. 2013.

3 AFP, 5 mar. 2013.

4 Éric Bocquet, “Rapport d’information fait au nom de la commission des affaires européennes sur les normes européennes en matière de détachement des travailleurs” [Relatório de informação feito em nome da Comissão de Casos Europeus sobre as Normas Europeias em Matéria de Terceirização de Trabalhadores Estrangeiros], Senado, Paris, 18 abr. 2013.

T14 O mito da invasão árabe-muçulmana (Ano 7/ n° 82/ Mai – 2014)

*Por Raphäel Liogier**

Uma escola vendida pela prefeitura e transformada em mesquita... Essa imagem – pelo menos aproximada – destacada no dia 11 de abril no canal Europe 1 pelo filósofo Alain Finkielkraut revela o fantasma cada vez mais difundido da invasão árabe-muçulmana da Europa. Especialmente graças ao livro Eurábia, lançado em 2005.

O outono europeu de 1956, a França e o Reino Unido, aliados de Israel, ocuparam durante alguns dias o Canal de Suez, que acabara de ser nacionalizado pelo presidente egípcio. Porém, sob pressão soviética e norte-americana, as tropas viram-se forçadas a se retirar. Em reação a esse ataque, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser decidiu expulsar milhares de judeus do país. Entre eles se encontrava uma jovem cujo olhar sobre o mundo seria de várias formas determinado pelo trauma da expatriação: Gisèle Orebi, mais tarde célebre sob o nome de Bat Ye'or ("filha do Nilo", em hebraico), desenvolveu a versão mais radical do complô muçulmano contra o Ocidente.

Depois de "gangrenar" o Velho Continente, afirma ela, a "civilização árabe-muçulmana" vai conquistá-lo. Essa perspectiva apocalíptica constitui a trama do best-seller que ela publicou nos Estados Unidos em 2005, após várias décadas de maturação: *Eurábia*, traduzido em hebraico, italiano, holandês e francês. O subtítulo, *O eixo euro-árabe*, remete às "forças do Eixo" que compuseram a coalizão em torno da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme Bat Ye'or, citada no manifesto do terrorista norueguês de extrema direita Anders Behring Breivik, um mundo árabe-muçulmano conquistador estaria prestes a submergir uma Europa decadente e cínica. Esta teria barganhado, em troca de uma chuva de petrodólares, seu apoio indefectível à Palestina, a abertura escancarada de suas fronteiras mediterrâneas e a aceitação, em última análise, da islamização.

Esse cenário no mínimo grosseiro[1] conheceu um sucesso inesperado, a ponto de se tornar um dos principais argumentos da extrema direita europeia. Na França, a presidente do Front National (FN), Marine Le Pen, não para de fustigar o "imperialismo islâmico",que se manifesta segundo ela pela amplitude dos investimentos da Arábia Saudita e do Catar no estrangeiro, e a "islamização da Europa", evidenciada pelo véu.[2] Por sua vez, seu conselheiro de relações internacionais, o estudioso de geopolítica Aymeric Chauprade, declarou, alguns meses após o início da Primavera Árabe: "Ao favorecer o colapso dos regimes autoritários que formavam a última tela protetora da Europa diante da miséria africana, nós liberamos energias que vão trabalhar a serviço de três objetivos: mais imigração para a Europa, mais tráficos, mais islâmicos" (*Valeurs Actuelles*,25 set. 2011).

Inicialmente confinada a alguns grupos extremistas, a tese da Eurábiase difundiu e se banalizou. Os partidos políticos que a defendem alcançam desempenhos notáveis nas eleições. Na Suíça, ela foi defendida pela União Democrática do Centro; na Noruega, pelo Partido do Progresso; na Áustria, pelo Partido da Liberdade; no outro lado do Canal da Mancha, pelo Partido pela Independência do Reino Unido. Intelectuais a promovem, alguns explicitamente, como a jornalista italiana Oriana Fallaci (desaparecida em 2006), citada desde a primeira linha do primeiro capítulo de *Eurábia*, o economista alemão Thilo Sarrazin e o romancista francês Renaud Camus.[3] Todos tiveram muito sucesso nas livrarias.

A visão de Bat Ye'or também vende jornais: já são incontáveis as capas de revistas consagradas à "ameaça" muçulmana. Quando a *L'Express* coloca em cena o combate do "Ocidente contra o islã" (6 out. 2010) ou exibe com violência as "verdades que perturbam" sobre o islã (11 jun. 2008),[4] a *Le Point* responde agitando o "espectro islâmico" (3 fev. 2011), promete revelar "aquilo que não se diz" sobre a burca (21 jan. 2011) ou se mostra enraivecida diante desse "islã sem embaraços" (1º nov. 2012).

Mesmo pesquisadores sérios em seu campo de conhecimento participam da difusão da tese da Eurábia, como o historiador Egon Flaig[5] na Alemanha. Na França, a demógrafa Michèle Tribalat assinou um prefácio bajulatório para o livro de sucesso de Christopher Caldwell que anuncia o colapso de uma Europa vencida pelo islã.[6]

Espantalho da extrema direita

Existe realmente uma "ameaça árabe-muçulmana" que justifique o entusiasmo midiático-político que *Eurábia*contribuiu para provocar? Bat Ye'or afirma logo de início que os petrodólares do Golfo permitem aos muçulmanos "comprar para si" a Europa – um programa do Canal Plus (20 maio 2013) intitulava-se "Catar: conquistar o mundo em quatro lições". No entanto, se em 2011 o Oriente Médio realizava 22% de suas exportações para a Europa e a América do Norte, ele representava apenas 5% das importações desses dois espaços.[7] Em outras palavras, é o Ocidente que alimenta o Oriente Médio de suas divisas, e não o contrário.

A aba "relações internacionais" do cenário da Eurábia não é mais realista. Longe de se mostrarem complacentes em relação à Palestina, os Estados europeus são sólidos aliados de Israel. De fato, como sublinha com insistência Bat Ye'or, eles votaram pela Resolução n. 43/177 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em favor da independência da Palestina em 1988. Mas todas as nações do mundo, com exceção dos Estados Unidos e de Israel, fizeram o mesmo na ocasião. Desde então, a União Europeia quase não se distinguiu por seu envolvimento na causa palestina. Pelo contrário. Quando, em setembro de 2011, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, enviou ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, um pedido de reconhecimento da Palestina pelo Conselho de Segurança, o Reino Unido e a França se apressaram a declarar que iriam se abster.[8]

Caso não fosse comprada pelas monarquias do Golfo, a Europa seria ameaçada por uma inundação de populações muçulmanas? Segundo as estimativas mais altas que circulam na internet, a União Europeia seria hoje habitada, secretamente, por 50 milhões de muçulmanos, número que iria dobrar nos próximos vinte ou trinta anos. Esses dados não são inventados por visionários, mas lançados por pessoas *a priori*dignas de crédito, como o jornalista canadense Mark Steyn, pai da expressão "genocídio europeu" e um dos principais propagadores do mito da Eurábiana América do Norte. Segundo ele, os muçulmanos deverão constituir 40% da população europeia em 2020.

Sabendo que essa comunidade – entendida em seu sentido mais amplo – representa atualmente entre 2,4% e 3,2% da população da União Europeia (12 milhões a 16 milhões de pessoas), seria necessário, para ver realizadas as previsões de Steyn, que essas porcentagens fossem multiplicadas por quinze em dez anos. É uma evolução possível, afirmam os adeptos da Eurábia, pois ondas de muçulmanos emigram para a Europa, depois se reproduzem de maneira excepcional e aplicam uma estratégia de conversões em massa. Sobre esses três pontos, a realidade dos números contradiz os argumentos.

As sociedades europeias experimentam uma taxa de crescimento migratório estável desde os anos 1980. Ele é de 1,1% na França, 3% no Reino Unido e – 0,7% na Alemanha (números de 2009). Somente três países de maioria muçulmana – o Marrocos, a Turquia e a Albânia – figuram entre as dez primeiras comunidades de imigrantes instaladas na União Europeia.[9] Além disso, os muçulmanos não procriam mais que os outros. Na maioria dos países muçulmanos, a taxa de natalidade é muito próxima daquelas observadas nos países ocidentais, e por vezes mesmo mais baixa, como no Irã.[10] E as taxas de fecundidade das mulheres muçulmanas instaladas na Europa experimentam uma queda contínua desde os anos 1970, até confluir com a da população geral no início dos anos 2000.[11]

Restam as conversões. Em 4 de janeiro de 2011, o diário *The Independent* alertava seus leitores sobre um risco de "islamização do Reino Unido", porque o número de convertidos tinha duplicado em seis anos, passando de 50 mil para 100 mil pessoas entre 2001 e 2011 (para uma população total de 60 milhões de habitantes). Uma pessoa em seis seria convertida ao islã, num ritmo de 5 mil conversões por ano (pouco mais que na França ou na Alemanha). Seriam necessários assim 6 mil anos para que o Reino Unido se tornasse um país de maioria muçulmana. Uma "invasão" muito lenta, portanto, sobretudo quando a comparamos ao crescimento impressionante das conversões ao cristianismo evangélico e pentecostal no mundo, por exemplo, na China e na África: mil pessoas por dia![12] Trata-se da mais rápida progressão religiosa da história – de zero a 500 milhões de adeptos em menos de um século –, mas poucos meios de comunicação se alarmam com a "evangelização do mundo"...

Apesar de seu caráter fantasioso, a influência do cenário de *Eurábia* não para de crescer. A sombra do complô muçulmano alimenta uma nova lógica de defesa cultural: defesa dos "valores" e do "modo de vida" dos povos europeus "de cepa" ameaçados pelo conjunto das minorias etnoculturais de que os muçulmanos representam a quintessência ideal e aterrorizante. Graças ao mito da Eurábia, partidos europeus objetivamente situados à extrema direita podem pretender superar a distinção direita-esquerda. Eles podem se apresentar como defensores do progresso, da liberdade, da democracia, da independência, da tolerância e do secularismo, falsificando esses valores, e assim seduzir além de seu perímetro eleitoral habitual.

**Raphaël Liogier é sociólogo e autor de Ce populisme qui vient [O populismo que vem por aí], Textuel, Paris, 2013.*

1 Disponível em: (em grego).

2 *Eleftherotypia*, Atenas, 12 dez. 2013.

3 *Eleftherotypia*, 17 dez. 2013.

4 Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Telecomunicações e Informática (Setip), 19 dez. 2013. Disponível em: .

5 *Avgi*, Atenas, 19 dez. 2013.

6 Ler Pierre Rimbert, "Modèle social chinois au Pirée" [Modelo social chinês no Pireu], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2013.

7 *Eleftherotypia*, 21 dez. 2010.

8 "Grèce: 'Cherche femmes de chambre sans salaire, contre nourriture et gîte'" [Grécia: "Procuram-se camareiras, sem salário, com alimentação e alojamento], 29 nov. 2013 Disponível em www.okeanews.fr.

T15 Abstenção deforma a política francesa (Ano 7/ n° 82/ Mai – 2014)

*Por Céline Braconnier e Jean-Yves Dormagen**

Há quinze anos, a eleição do Parlamento europeu mobiliza apenas uma minoria do eleitorado. O aumento da abstenção tornou-se um fenômeno marcante da vida democrática francesa.

As últimas eleições municipais francesas, nos dias 23 e 30 de março de 2014, suscitaram um dilúvio de comentários sobre o crescimento da extrema direita. Alguns chegaram até a ver nisso um quase plebiscito local em favor do Front National (FN). Essa enxurrada de declarações, artigos e reportagens televisivas contrasta com o que constitui o maior dado das eleições, e mais amplamente de todas as eleições há trinta anos: a taxa recorde de abstenção, cujo estudo preciso leva a colocar em perspectiva as análises produzidas no momento dos resultados.

Se o crescimento do FN em relação às eleições municipais de 2008 é incontestável, ele continua contido. Nas 415 cidades com mais de 10 mil habitantes onde apresentava candidatos, o partido de extrema direita obteve uma porcentagem de votos expressos inferior à de Marine Le Pen nas eleições presidenciais de 2012. Em relação ao total de inscritos, o "avanço frontista" nessas cidades revela-se ainda mais relativo: enquanto Marine Le Pen conquistou 12% dos inscritos no primeiro turno de 2012, o FN reuniu apenas 8% no primeiro turno das últimas eleições municipais.

Mesma coisa em relação à "onda azul". A direita de fato levou 162 comunas com mais de 10 mil habitantes, ou seja, um de seus maiores sucessos na V República. Mas outro dado passou amplamente despercebido: nessas cidades, as listas de candidatos de direita – mesmo se incluirmos entre eles o Movimento Democrata (Modem) – mobilizaram menos eleitores em 2014 do que em 2008,[1] quando a direita parlamentar obteve um resultado muito ruim. Esse paradoxo aparente se explica em parte pelas características da abstenção. Levemente enfraquecida, a direita se impôs em 2014 graças à desmobilização ainda mais maciça dos eleitores da esquerda.

Há cerca de trinta anos, em cada pesquisa a abstenção bate um novo recorde. Apenas as eleições presidenciais escapam – por enquanto – dessa lei de ferro. Durante as eleições municipais de 1983, 20,3% dos inscritos tinham se abstido no segundo turno; em março passado, eles eram 37,8%.

Se acrescentarmos aí as pessoas que não estão inscritas nas listas (7% da população com idade para votar), o não voto se aproxima de 50% durante as eleições europeias, regionais, "cantonais" [cantão é a circunscrição para eleição dos membros do conselho geral de cada departamento – N.T.] e até mesmo legislativas e municipais. Essa crise da participação, que está se tornando o principal fato das eleições na França, é ainda mais impressionante nas comunas urbanas onde os eleitores já são minoritários: no primeiro turno das eleições municipais de 2014, a participação foi apenas de 56,5% em 980 cidades de mais de 10 mil habitantes. E ela cai para 53,8% nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

O problema se revela ainda mais sério porque essa minoria votante não é representativa, social e politicamente, do corpo eleitoral em seu conjunto. Assim, a abstenção modifica substancialmente os resultados das eleições.

Não votar obedece, de fato, a fortes determinantes sociais, constantes no tempo. Em primeiro lugar, a idade – em particular nas eleições locais. Contrariamente aos jovens, os mais velhos continuam muito mobilizados. A comparação das taxas de participação por faixa etária estabelecida pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (Insee)[2] revela diferenças de uma amplitude considerável: apenas 41,2% dos jovens entre 18 e 24 anos compareceram às urnas nas eleições municipais de 2008, contra 80,2% das pessoas entre 50 e 64 anos. Proporcionalmente, os mais velhos votam, então, quase duas vezes mais que os jovens.

Uma prefeitura escolhida por 12% da população

A abstenção provoca também uma super-representação das categorias menos afetadas pela precariedade e pela instabilidade profissional. Em 2008, uma diferença de 23 pontos percentuais separava a participação dos funcionários públicos e dos independentes daquela dos temporários e, em menor medida, dos desempregados.

Esses determinantes sociais e geracionais encontram seu prolongamento em fortes desigualdades territoriais de participação. Com sua população jovem e desfavorecida, os bairros de grandes conjuntos e moradias sociais conhecem assim uma não participação (não inscrição e abstenção) que pode atingir proporções impressionantes. A leste de Saint-Denis, nos doze prédios que formam o conjunto habitacional de Cosmonautes, o não voto é há muito tempo maioria. Nas últimas eleições municipais, ele dizia respeito a dois terços dos cidadãos.

Mais jovens, menos diplomados, mais afetados que a média pelo desemprego, os moradores questionam a utilidade de um gesto que não leva a melhorar suas condições de existência. E nada, aqui, vem contrabalançar essa insatisfação maciça. Nem seção de partido, nem associação cívica, nem mesmo presença de eleitos locais que ainda morariam no bairro: Cosmonautes se tornou, ao longo das duas últimas décadas, um deserto político. As campanhas de porta em porta realizadas alguns dias antes da votação pelos dois partidos de esquerda com chances de ganhar as eleições não foram suficientes para interromper essa pesada tendência.

Os territórios onde a participação foi mais fraca no primeiro turno de 2014 são semelhantes a esse bairro. Eles desenham uma França dos grandes conjuntos habitacionais, da imigração e da precariedade no seio da qual a segregação social e étnica produz uma segregação eleitoral. Villiers-le-Bel (onde a abstenção atingiu 62,2%), Vaulx-en-Velin (62,1%), Evry (61,3%), Stains (61%), Clichy-sous-Bois (60,2%) e Bobigny (59,4%) – cinco periferias de Paris e uma de Lyon – contam entre as dez cidades com maior abstenção na França.

Reduto histórico do Partido Comunista, Bobigny, é sabido, passou para a União dos Democratas e Independentes (UDI, centro-direita). Mas falou-se menos que a lista vitoriosa foi definida por apenas 26,4% dos inscritos e 12,3% da população residente na comuna. A forte proporção de estrangeiros privados do direito ao voto e a juventude da população – cerca de 45% dos habitantes têm menos de 30 anos – fornecem uma parte da explicação; a amplitude do desencantamento com relação à política, a outra.

O sistema eleitoral francês, um dos mais cheios de regras do mundo, agrava as desigualdades de participação. Como nos Estados Unidos, o procedimento de inscrição nas listas constitui um poderoso fator de autoexclusão: ele exige um processo específico (do qual apenas os jovens de 18 anos estão isentos), enquanto, na maioria das democracias, a inscrição é automática; é preciso renovar esse procedimento depois de cada mudança de endereço, inscrever-se no ano precedente às eleições etc. Tudo isso castiga as populações que se mudam com frequência e provoca um fenômeno de "inscrição errônea".

As pesquisas que realizamos atualmente com o Insee permitiram que estabelecêssemos que 6 milhões de eleitores (ou seja, 15% dos inscritos), principalmente entre os mais jovens, não residem mais no endereço onde deveriam votar. Nas grandes cidades universitárias como Toulouse e Mont-pellier, os jovens entre 18 e 24 anos representam mais de 20% da população, mas menos de 7% dos inscritos. Não podendo votar na região de seu domicílio, os estudantes participam pouco das eleições locais. Como também é o caso dos menos diplomados, os jovens são, em seu conjunto, amplamente ausentes nas urnas. Claro, a reforma dos procedimentos não seria suficiente para resolver o problema da participação eleitoral, mas o acúmulo dos recordes de abstenção faz questionar a perenidade de um sistema inadaptado a uma sociedade cada vez mais móvel.

Quais são as forças políticas mais punidas pelo crescimento da abstenção? Difícil estabelecer. As pesquisas nesse assunto são pouco confiáveis, pois as pessoas questionadas têm uma tendência a exagerar sua participação: mesmo quando a abstenção chega a 40% – como nas últimas eleições municipais –, 80% dos sondados se declaram invariavelmente como "certos de ir votar"... Além do mais, os eleitores efetivos, que imaginamos serem mais inclinados que os outros a responder pesquisas sobre o assunto, provavelmente estão super-representados nos grupos ditos representativos.

Causa e consequência da alternância

As transformações na sociologia dos eleitorados desde os anos 1970 complicam ainda mais a análise. Se a esquerda ainda dependesse principalmente dos votos dos operários, ou até dos meios populares, ela seria a mais afetada pela abstenção sociológica. Mas os conglomerados eleitorais sobre os quais se apoiam as diferentes famílias políticas se diversificaram. A direita e o FN reúnem hoje uma parte significativa das frações votantes dos meios populares; a esquerda, particularmente o Partido Socialista (PS), agora está bem instalada no grupo entre 50 e 64 anos, o qual, como vimos, vota muito, mas também em uma porção entre os funcionários (em particular os públicos) e entre os diplomados.

Se acreditarmos na maneira como as pesquisas descrevem seu eleitorado, poderia ser que o FN fosse o mais atingido pela abstenção sociológica. Mais jovens, mais populares e menos diplomados que a média, seus partidários apresentam um forte potencial abstencionista. Inclusive, contrariamente a um preconceito amplamente espalhado, o FN obtém seus melhores resultados nas eleições mais mobilizadoras, em particular na eleição presidencial.

Definitivamente, os efeitos da abstenção dependem sobretudo do contexto político. As últimas eleições municipais foram então marcadas por uma importante "abstenção diferencial" em prejuízo da esquerda. No segundo turno, a abstenção das cidades de mais de 10 mil habitantes que votaram em mais de 60% em François Hollande em 2012 foi cinco pontos superior ao nível de abstenção das cidades que tinham em sua maioria dado seus votos

a Nicolas Sarkozy. Tais diferenças permitem que se entenda a derrota do PS. O leve aumento de mobilização registrado entre os dois turnos nas cidades de mais de 10 mil habitantes foi, assim, lucrativo para a direita, cujo eleitorado cresceu 14%, enquanto o da esquerda só aumentou 3,5%. A alta de abstenção modifica a natureza das campanhas: o objetivo a longo prazo era persuadir os eleitores "medianos", "hesitantes", "moderados" ou "estrategistas"; agora, tornou-se prioritário mobilizar seu próprio campo.

É tentador vincular os dois fatores mais constantes da vida política: o caráter sistemático da alternância entre direita e esquerda e o aumento regular da abstenção. Exceto em 2007, desde 1978 nenhuma maioria que estava saindo do poder ganhou as eleições legislativas. Mais amplamente, o campo do primeiro-ministro em exercício sempre perde as eleições intermediárias. Essa mecânica de alternância é ao mesmo tempo causa e consequência da abstenção: ao suscitar desilusões, ela contribui para o desencantamento político e distancia a população das urnas; e, se os que deixam o poder perdem sistematicamente há trinta anos, é com frequência porque seus antigos eleitores preferiram se abster dessa vez...

*__Céline Braconnier e Jean-Yves Dormagen__ *são professores de Ciência Política, respectivamente do Instituto de Estudos Políticos de Saint-Germain-en-Laye e da Universidade de Montpellier 1. Autores de La démocratie de l'abstention [A democracia da abstenção], Gallimard, Paris, 2014 (1. ed.: 2007)*

1 25,1% dos inscritos no primeiro turno de 2014, contra 26,8% no primeiro turno de 2008.

2 "Pesquisa de participação", Insee, Paris, 2007-2008.

T16 Causas justas, sálarios baixos (Ano 7/ n° 82/ Mai – 2014)

*Por Fanny Darbus e Matthieu Hély**

Ganhar a vida servindo a um ideal: esse sonho conduz os empregados de associações e cooperativas a aceitar, com frequência, a precarização e uma remuneração modesta. Mas até que ponto?

Trabalhar de outro jeito", "reconciliar capital e trabalho", "recolocar a economia a serviço do homem": tais são as palavras de ordem gritadas há mais de um século pelas associações que se reclamam, assim como as empresas cooperativas e mutualistas, parte da tradição histórica da economia social e solidária (ESS). Por sua própria existência e modo de funcionamento, todas pretendem encarnar uma alternativa à organização capitalista das relações sociais de produção.

As noções de democracia interna e de interesse coletivo (ou com finalidade social), assim como a ideia de não lucratividade, figuram nos fundamentos dos estatutos dos órgãos da ESS. Num contexto em que a imposição da competitividade e da rentabilidade não para de fazer que o mundo do trabalho retome sua origem semântica – do latim *tripalium*, um instrumento de tortura –, esse "terceiro setor" aparece cada vez mais como um oásis protetor. Nesse universo, que emprega cerca de 2,3 milhões de pessoas na França (ou seja, cerca de 10% dos assalariados),[1] devemos, como nos lembra o lema das câmaras regionais da economia social (Cres), "trabalhar de outro jeito".

Com a multiplicação dos conflitos sociais dentro do setor nos últimos anos na França, porém, o momento não parece ser de reconciliação: greve dos conselheiros da Associação Geral da Educação Nacional (MGEN) em 2009, seguida da inédita paralisação dos trabalhadores do Emmaüs [associação que vende a preços baixos roupas e objetos doados – N.T.] em março de 2010, que provocou um ano depois a demissão de um sindicalista. No início de 2012, foi a vez de os trabalhadores da Federação de Ajuda a Domicílio no Meio Rural do Finistère (ADMR 29) entrarem em greve.[2]

Outro exemplo: em janeiro de 2013, na região de Essonne, funcionários da associação da educação em ecologia SoliCités denunciaram situações de estresse e assédio. Alguns pararam de trabalhar; outros pediram licença de saúde. Um processo na justiça do trabalho está em andamento. Enfim, último grande movimento na pauta, os trabalhadores da Aides, associação de luta contra o HIV, mobilizados desde dezembro de 2013 contra um "plano de resgate do emprego" que prevê a supressão de 65 dos 460 cargos, celebraram o dia de São Valentim de 2014 com uma jornada de paralisação.

Com algumas exceções, as condições de trabalho e emprego da ESS não têm nada de exemplar. Qualquer que seja a categoria socioprofissional, o salário é inferior aos do setor privado. Isso é particularmente verdade no meio associativo, principal empregador da ESS, com 78% dos assalariados, ou seja, 1,8 milhão de pessoas:o salário é 17% inferior ao observado no setor mercantil.[3] E os contratos precários e de meio período são duas vezes mais numerosos.[4]

Os que se juntam ao terceiro setor esperam algo diferente daquilo que geralmente encontraram no mundo empresarial. No papel, a concordância com os princípios e atos

constitui a marca da ESS: existem ali assembleias gerais (AGs) que têm um papel de instâncias de decisão democráticas e soberanas, segundo a regra "uma pessoa, um voto"; uma gestão desinteressada, sem hierarquia formal etc. Esses princípios suscitam nos trabalhadores expectativas muito elevadas. Muitos aspiram a conciliar sua atividade profissional com uma "busca de sentido", ou, em outras palavras, viver ao mesmo tempo *da*e *para a*causa que servem.

Esses modos de funcionamento se traduzem por estatutos jurídicos particulares, em geral reforçados por cartas ou regulamentos internos que lembram sua importância. Mas, na realidade, um abismo separa os princípios dos usos. Assim, a participação efetiva dos trabalhadores no sistema de decisão depende frequentemente de seu peso numérico e/ou simbólico. Além disso, como lembra Vincent R.,[5] que trabalha em uma associação cultural, as instâncias democráticas de decisão não são as únicas que regem a vida das organizações associativas, mutualistas e cooperativas: "A associação emprega cinco funcionários, e quase ninguém vai às AGs: aquilo que nos diz respeito diretamente é decidido pelo diretor e pelo conselho de administração. Mesmo que fôssemos muitos, os membros da associação não têm condições de resolver nossos problemas sobre as horas extras não pagas. Ademais, lembram-nos regularmente que, por um lado, a associação está à beira da falência – o que é verdade – e, por outro lado, que estamos em um trabalho militante. Evidentemente! Eu sei muito bem que isso é bem diferente de vender crédito *revolving*.[6] Faço meu trabalho imaginando que ele serve ao interesse comum; eu o escolhi por isso. Mas sou um trabalhador, não um voluntário!".

Os contratos precários e o baixo nível das remunerações tornam vaga a fronteira entre trabalho e voluntariado, instaurando uma névoa na relação entre o trabalhador que ajuda e o usuário ajudado. "Não podemos ser mais precários do que o público que acolhemos", resume um membro da intersindical de Emmaüs. O consentimento ao trabalho não ou pouco remunerado em nome de um engajamento militante se explica pela convicção em fazer viver uma "outra economia". Mas essa crença se revela cada vez menos fundamentada. Muitas pesquisas[7] mostram, assim, a importação das práticas do gerenciamento privado no seio da ESS, por meio do recrutamento de jovens diplomados geralmente vindos das escolas de administração.

A adoção de normas administrativas, como a passagem à contabilidade analítica ou à prática do *benchmarking*,[8] resulta tanto de decisões internas como de incitações externas levantadas por agentes privados e públicos. Assim, lançando um chamamento de projetos para a abertura de uma estrutura de acolhida destinada a jovens que sofrem do mal de Alzheimer, uma coletividade territorial como o Conselho Geral de Isère não teve nenhum escrúpulo em precisar que o promotor deverá "otimizar sua massa salarial seja adaptando as condições de remuneração [...], seja as classificações convencionais (privilegiar auxiliares médico-psicológicos, auxiliares de enfermagem e auxiliares de vida para a maioria do quadro de funcionários). O empregador poderá vantajosamente se limitar a uma aplicação parcial das convenções coletivas do setor médico-social".[9]

Os trabalhadores do mundo associativo começam a exigir serem reconhecidos como verdadeiros trabalhadores. No dia 7 de abril de 2010, eles fundaram, sob o nome de Asso, um primeiro sindicato que unifica também os voluntários, os estagiários, os intermitentes, os contratos-auxílio etc. Desde 2012, ele está afiliado à Union Solidaires. "Pensamos que é necessário hoje propor uma organização sindical que responda à especificidade do setor

associativo, ligada ao engajamento de seus funcionários e de seus trabalhadores, para além do campo profissional da associação", explicam seus fundadores. Sua ambição? "Chegar a uma convenção coletiva adaptada às especificidades do setor associativo."[10]Quatro anos depois, o objetivo ainda não foi atingido, mas as fileiras do Asso não param de crescer.

*__Fanny Darbus e Matthieu Hély__ *são, respectivamente, mestre de conferências em Sociologia da Universidade de Nantes e mestre de conferências em Sociologia da Universidade Paris X.*

1 Nacional da Estatística e dos Estudos Econômicos. Disponível em: www.insee.fr.

2 "Finistère: l'ADMR 29 met la clef sous la porte" [Finistère: a ADMR 29 coloca a chave na porta],*Les Échos*, Paris, 11 maio 2012.

3 "Eventail des salaires mensuels nets des salariés à temps complet, 2006" [Relação dos salários mensais líquidos dos trabalhadores em tempo integral, 2006], gráfico, em *Les salariés de l'économie sociale: un profil particulier* [Os assalariados da economia social: um perfil particular]. Disponível em: www.insee.fr.

4 Cf. Matthieu Hély, *Les métamorphoses du monde associatif* [As metamorfoses do mundo associativo], Presses Universitaires de France, Paris, 2009.

5 Esse trabalhador deseja preservar seu anonimato.

6 Forma de crédito ao consumo que leva frequentemente ao superendividamento.

7 Cf. principalmente Sylvain Lefèvre, *ONG et compagnie. Mobiliser les gens, mobiliser l'argent*. ONG e companhia.